



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARCELO PEREIRA SOUZA

IMIGRAÇÃO COREANA EM ARACAJU/SE: UMA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

SÃO CRISTÓVÃO

2019

MARCELO PEREIRA SOUZA

IMIGRAÇÃO COREANA EM ARACAJU/SE: UMA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe para submissão à seleção ao curso de Mestrado em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Minorias Sociais: Diferença, Desigualdade e Conflitos Sociais.

Orientador Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes.

SÃO CRISTÓVÃO

2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S729i Souza, Marcelo Pereira  
Imigração coreana em Aracaju/SE : uma construção da  
identidade / Marcelo Pereira Souza ; orientador Marcelo Alario  
Ennes. – São Cristóvão, SE, 2019.  
113 f.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal  
de Sergipe, 2019.

1. Sociologia. 2. Cultura. 3. Identidade social. 4. Emigração e  
imigração. 5. Coreanos – Aracaju (SE). I. Ennes, Marcelo Alario,  
orient. II. Título.

CDU 316-054.72(813.7)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo amparo nos momentos difíceis que passei até aqui, não me privando da sua companhia e, por todos os momentos em que o sentimento de incapacidade fora substituído pela fé, ajudando-me a concluir mais um ciclo da minha vida.

Aos meus pais (José Leandro e Maria José) e irmãos (José Filho, Rosimeire, Silene e Simone) pelo apreço e pelo amor incondicional a vocês, saibam que sempre foram a fonte de inspiração para que eu superasse a cada dia as barreiras que me limitavam. Em especial, registro meu carinho a você Simone, sem você não teria conseguido chegar até aqui.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes, agradeço pelo acolhimento, pela oportunidade de desenvolver um trabalho sob sua orientação. Devo a construção desse trabalho ao seu empenho, a sua paciência, ao seu intelectual. Tê-lo conhecido foi um privilégio, ter estado sob sua orientação foi um presente que Deus e o Programa me proporcionou durante esses dois anos. Sem o senhor, esse sonho não se tornaria uma realidade, minha profunda gratidão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, agradeço pela oportunidade de estar com excelentes professores (Fernanda, Marina, Rogério e Wilson), os senhores foram fundamentais para meu enriquecimento sociológico. Não posso esquecer dos profissionais que atuam na secretaria, sempre prestativos e acolhedores, muito obrigado.

Ao coreanos estudados, registro meu profundo agradecimento, principalmente, pela confiança na autorização do meu estudo e, sobretudo, por me possibilitar conhecer e aprender um pouco mais sobre a sua cultura. Estou muito feliz pela construção desse trabalho, principalmente por saber que a partir deste projeto, mais brasileiros conhecerão a importância da sua presença em nossa cultura. Fica minha gratidão a todos os empresários coreanos.

Aos amigos e amigas, de longe ou de perto, vocês foram fundamentais para que esse sonho se concretizasse. Nas horas boas, nas horas difíceis, nas sugestões, enfim, em todos os momentos e para todos os momentos, vocês estavam lá...gratidão a Adriana, Alessandra Santana, Alessandra Oliveira, Amanda, Audrey, Clara, Bruna, Bruno, Denise, Diná, Genilda, Omar e Patrícia.

Sem desmerecer o carinho por aqueles amigos que já foram citados, ainda preciso registrar o quanto duas pessoas foram importantes durante esse ciclo e que, eu as considero muito mais que amigos. A você Karine e a você Rafael, preciso registrar que meu último ano

foi muito mais feliz com a presença de vocês e que com o carinho que recebi de vocês, tudo ficou mais fácil de ser superado.

Ao GEPIIP e a todos os seus integrantes, registro meus agradecimentos pela oportunidade de compartilhar as contribuições da minha pesquisa e por ter aprendido com cada um de vocês, com a pesquisa de cada um de vocês. As discussões durante os ciclos do grupo foram fundamentais para o avanço do meu estudo e, conseqüentemente, contributivo para a formação da minha visão de mundo.

Aos colegas da turma de 2017, Alice, Alessandra, Andrews, Arthur, Eline, Fagner, Laise, Luana, Luiz, Lourenço e Saulo, nossas inquietações foram fundamentais para nos reconstruirmos enquanto pessoas, alunos, mestrandos, pesquisadores, educadores. Todos vocês contribuíram para minha (re) construção acadêmica, saibam disso. Entretanto, não poderia deixar de falar em especial dessa “pessoa” maravilhosa chamada Alessandra, como foi bom tê-la conhecido, muito obrigado pelos conselhos, direcionamentos e pela amizade.

A CAPES pela bolsa de estudos, que durante o breve tempo da sua aderência, foi de extrema importância para o seu desenvolvimento e a sua conclusão.

Por fim, quero reiterar minha profunda gratidão a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que esse sonho se tornasse uma realidade. A lista de agradecimentos é imensa e, caso tenha esquecido algum nome, perdoem-me. Toda via, aqueles nomes que aqui não foram citados, recebam meus agradecimentos sinceros, pois vocês também contribuíram para que cada linha deste projeto fosse escrita.

## RESUMO

Esta dissertação trata de um estudo sobre a construção de uma identidade coreana, a partir de um pequeno grupo de empresários coreanos que se estabeleceram na cidade de Aracaju/SE. Destarte, recorreremos inicialmente às contribuições teóricas para estabelecer uma possível convergência e/ou divergência sobre os resultados dessa imigração. Com efeito, os resultados apontados nesse estudo corroboram com a velha ordem dos processos migratórios sobre a questão econômica, dada a relação de busca pelo trabalho, por parte do imigrante, mas também nos revela que existe um redirecionamento sobre o contexto imigratório, que segue com a mesma motivação do deslocamento inicial, a busca por trabalho. Tão logo, tomamos como campo empírico o ambiente empresarial, cujo “espaço” nos revelou a construção de uma atmosfera cultural que, aos nossos olhos, vai ao encontro de uma “territorialização”. Nesse sentido, as redes surgem como modelos explicativos para o estabelecimento migratório entre os empresários coreanos, ao passo que prova a construção de um novo território e para o fortalecimento da relação cultural do grupo. O simbólico, então, pode ser visto frente às relações estruturais desse grupo, como a forma de organização, de hierarquia estabelecida e do poder que outrora era visto como algo impossível sobre a posse do imigrante. Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos o método de estudo de caso, buscando evidenciar um caso particular que pode se tornar algo generalizado. Além disso, a observação não participante foi fundamental para averiguar a lógica das informações coletadas durante as entrevistas, bem como constatar o pensamento teórico, em termos empíricos, que se estabelecem ao entorno da construção identitária dos empresários. Quanto aos resultados desta pesquisa, apontamos a trajetória dos imigrantes coreanos como um dos elementos influenciadores dos seus processos identitários, inclusive para a construção da sua identidade empresarial. Nos negócios criados, identificamos a hierarquia estabelecida entre eles que além de definir papéis, corrobora para a ordem entre o grupo e suas relações, inclusive para o fortalecimento do grupo. Contudo, os negócios funcionam como espaços propícios para a difusão cultural, uma vez que os coreanos vivem no trabalho e para o trabalho.

**Palavras-chave:** Imigração. Coreanos. Identidade Cultural. Relações de Poder.

## **ABSTRACT**

This dissertation deals with a study on the construction of a Korean identity, from a small group of Korean entrepreneurs who settled in the city of Aracaju / SE. Thus, we initially used the theoretical contributions to establish a possible convergence and / or divergence on the results of this immigration. Indeed, the results pointed out in this study corroborate the old order of migratory processes on the economic issue, given the relation of search for work, by the immigrant, but also reveals that there is a redirection about the immigration context, which follows with the same motivation of the initial displacement, the search for work. So soon, we take as an empirical field the business environment, whose "space" has revealed to us the construction of a cultural atmosphere that, in our eyes, goes to the encounter of a "territorialization". In this sense, networks play a role as explanatory models for the establishment of migration among Korean entrepreneurs, while proving the construction of a new territory and the strengthening of the group's cultural relationship. The symbolic, then, can be seen in relation to the structural relations of this group, as the form of organization, established hierarchy and power that was once seen as something impossible on the possession of the immigrant. For the development of this research, we use the case study method, seeking to highlight a particular case that can become generalized. In addition, the non-participant observation was fundamental to ascertain the logic of the information collected during the interviews, as well as to verify the theoretical thinking, in empirical terms, that are established around the identity construction of the entrepreneurs. Regarding the results of this research, we point out the trajectory of Korean immigrants as one of the influential elements of their identity processes, including for the construction of their business identity. In the businesses created, we identify the hierarchy established between them that besides defining roles, corroborates the order between the group and its relations, including for the strengthening of the group. However, business functions as conducive spaces for cultural diffusion, since Koreans live at work and for work.

**Keywords:** Immigration. Koreans. Cultural Identity. Power relations.

## Lista de Figuras

Figura 1 – Mecanismos estruturantes da redes migratórias .....	26
--	----

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Análise das migrações: Um modelo de investigação .....	25
Quadro 2 - Síntese dos conceitos de territorialidades, território e identidade.....	42
Quadro 3 - Fases da história da imigração coreana .....	66
Quadro 4 - Dados da imigração .....	82
Quadro 5: Dados Pessoais dos Empresários Coreanos .....	83

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Número de estrangeiros registrados como permanentes, segundo o país de origem, por ano de entrada, Brasil, 2000-2014 .....	68
Tabela 2: Número de estrangeiros registrados como permanentes, segundo o país de origem, por sexo e ano de entrada, Brasil, 2000-2014 .....	69
Tabela 3: Número de estrangeiros registrados como permanentes, segundo grupo de idade, por ano de entrada, Brasil, 2000-2014 .....	70
Tabela 4: Número de estrangeiros registrados como temporários, segundo país de nascimento, por ano de entrada, Brasil, 2000-2014 .....	71
Tabela 5: Número de estrangeiros registrados como temporários, segundo país de nascimento, por sexo e ano de entrada, Brasil, 2000-2014 .....	71
Tabela 6: Número de estrangeiros registrados como temporários, por grupo de idades e ano e entrada, Brasil, 2000-2014 .....	73
Tabela 7: Número de estrangeiros registrados como provisórios, segundo o país de nascimento, por ano de entrada, Brasil, 2000-2014.....	73
Tabela 8: Número de estrangeiros registrados provisórios, segundo o país de nascimento, por sexo e ano de entrada, Brasil, 2000-2014.....	74
Tabela 9: Número de estrangeiros registrados como provisórios, segundo o país de nascimento, por grupo de idades e ano de entrada, Brasil, 2000-2014.....	75

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2 OBJETIVOS .....	14
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>19</b>
2.1 TEORIAS DA IMIGRAÇÃO .....	19
2.1.1 Imigrações e Redes .....	24
2.2 TEORIAS DAS IDENTIDADES.....	28
2.2.1 As Relações de Poder das Identidades .....	37
2.2.2 Território das Identidades .....	40
<b>3 RECORTE SOCIOLÓGICO DAS MIGRAÇÕES .....</b>	<b>45</b>
3.1 CONTEXTO MIGRATÓRIO.....	45
3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DAS MIGRAÇÕES .....	50
3.3 IMIGRAÇÕES NO BRASIL .....	52
<b>4 IDENTIDADE E IMIGRAÇÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>5 IMIGRAÇÃO COREANA NO BRASIL .....</b>	<b>62</b>
<b>6 ESTUDO DE CASO: UMA CONTRUÇÃO DA IDENTIDADE COREANA.....</b>	<b>77</b>
6.1 ESTUDOS PRECURSORES SOBRE A IMIGRAÇÃO EM SERGIPE .....	77
6.2 DESCRIÇÃO DO ESTUDO DE CASO .....	78
6.3 RECONHECENDO O TERRITÓRIO DO ESTUDO .....	79
6.4 ATORES SOCIAIS DO ESTUDO .....	82
6.5 TRAJETÓRIA IMIGRATÓRIA EM REDES .....	84
6.6 O SIMBÓLICO NO CAMPO DO TRABALHO.....	89
6.7 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO EMPRESÁRIO .....	93
6.8 RELAÇÕES DE PODER DA IDENTIDADE COREANA .....	100
6.9 DISCUSSÕES E RESULTADOS.....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao reconstruir a história do fenômeno migratório, estamos sujeitos a encontrarmos novos elementos que permitem um desencadear de processos posteriores a migração. Temos encontrado nas sociedades contemporâneas novas rotas e direções que coexistem com outros processos imigratórios do passado, principalmente, por aqueles de teor internacional, redefinindo-se na composição de um movimento com amplitude suficiente para transformar o social, principalmente aqueles que surgiram a partir do século XX (BAENINGER, 2012).

Com efeito, as migrações vêm se redesenhando a partir da ordem internacional, e é nesse sentido que a centralidade de Aracaju como fonte de conhecimento sobre o processo migratório, vem a contribuir com os avanços no conhecimento dos processos que envolvem as migrações internacionais para a cidade, por meio dos processos identitários vivenciados entre os agentes sociais envolvidos.

Este estudo primou pelo enfoque histórico-estrutural de um pequeno grupo de imigrantes coreanos estabelecidos na cidade de Aracaju. A reconstrução das etapas desse fenômeno através de um estudo de caso foi fundamental para analisarmos as novas faces das migrações entre os coreanos. Para tanto, tomamos como ponto de partida, o conhecimento e reconhecimento das trajetórias dos coreanos aqui estudados, perfilando pela identidade cultural, seu processo migratório e as relações identitárias que se estabeleceram em Aracaju.

Encontramos no processo de construção da identidade profissional dos imigrantes empresários, uma espécie de “territorialização” estabelecida na cidade-destino, fortalecida no invólucro dos seus estabelecimentos comerciais. O termo “territorialização” será aqui empregado para justificar a construção de relações sociais sustentadas pelas redes e pelas relações de poder (HAESBAERT, 2007), dos imigrantes coreanos.

Não pretendemos analisar e discutir de forma minuciosa o processo de “territorialização” dos coreanos na cidade, entretanto, debruçamo-nos sobre o conceito para compreender a trajetória e o estabelecimento do grupo, bem como sua resistência e fortalecimento. A partir da construção dos estabelecimentos comerciais, por eles, direcionamos nosso olhar sociológico para a esse território e as relações sociais que surgem em função dele.

Duas motivações deram origem a este estudo: a primeira diz respeito à discussão teórica sobre os aspectos migratórios, procurando estabelecer possíveis divergências e/ou convergência encontrada na teoria clássica da imigração a partir do estudo de um pequeno

grupo de coreanos empresários em Aracaju/Se; A segunda motivação, pauta-se no estudo sobre o processo de construção de uma identidade coreana a partir da atividade econômica.

Nesse sentido, partimos da hipótese segundo a qual a constituição de ambientes empresarias, pelos coreanos, funciona como uma espécie de “territorialização”, tendo em vista que é no ambiente empresarial que a vida pessoal e a vida profissional do coreano chega a ser confundida, pelo fato dos coreanos viverem no trabalho e para o trabalho. Dessa forma, afirmamos que o campo do trabalho é um dos elementos influenciadores dos processos e da construção de uma identidade coreana.

Falar de migração é tratar da constante disputa de espaços que existe do migrante sobre os espaços dos autóctones (MAIA, 2003). A desterritorialização do seu meio de origem sobrevive até a ocupação dos diferentes espaços, sua fidelidade de grupo não inibe a territorialização. As ações familiares, as ações associativas e as práticas culturais são estratégias de sociabilidade que auxiliam na apropriação do local que ocupam.

A migração é um fenômeno social permanente e, para compreendê-lo sociologicamente, é necessário olhar para os fatores principais e secundários que estão ligados a certas mudanças estruturais e/ou conjunturais que atuam com impacto distinto em cada região (ANDRADE et al., 2000; CORREA, 2002).

Tão logo, esta dissertação busca contribuir com as pesquisas já realizadas sobre a imigração no Estado de Sergipe, lançando um olhar sociológico sobre a categoria migratória, discutindo o processo da construção identitária de um pequeno grupo de coreanos, a partir das suas trajetórias e do campo econômico em que estão inseridos.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

De acordo com Paiva (2013) os imigrantes possuiriam a capacidade de marcar seu território na cidade onde estabelecem sua nova moradia, isso porque, os espaços urbanos vivem constantemente em alteração e, boa parte dessas mudanças, é uma característica da dinâmica dos deslocamentos populacionais. “A análise das transformações no espaço promovido pelos processos migratórios coloca em discussão as implicações econômicas, culturais, históricas e as contradições da presença dos territórios da migração” (PAIVA, 2013).

Tão logo, buscaremos, nesse estudo, a partir dos processos identitários, romper com a imagem de “indivíduos desprovidos de poder” na cidade-destino, atribuída aos migrantes ao longo do tempo. Para tanto, propomo-nos a responder a seguintes indagações:

Como se processa a crença de que a imigração contribui para a construção dos processos identitários e em quais espaços a identidade do imigrante pode ser (re) construída?

## 1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral proposto desta dissertação será o de investigar, nos estabelecimentos comerciais dos imigrantes, como ocorre o processo de construção da identidade coreana. Para o alcance do objetivo geral da pesquisa, foram apontados três objetivos específicos, a saber:

- 1 – Refletir sobre o processo de construção da identidade coreana, buscando estabelecer uma relação entre a construção de um negócio com sua identidade profissional;
- 2 – Discutir sobre as relações de poder estabelecidas pelo grupo estudado e sua ligação com o campo econômico;
- 3 – Analisar as motivações migratórias e como elas incidem sobre a vida dos imigrantes coreanos na cidade-destino;

## 1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Participar da produção do conhecimento científico é essencial ao ofício do pesquisador, pois seu diálogo e sua avaliação crítica contribui para uma nova comunicação acadêmica. (ALVES-MAZZOTI, 2006). De fato, o conhecimento só é produzido quando tornado público, sendo preciso discuti-lo, transformá-lo em alvo para que sua contribuição passe a gerar o desenvolvimento de uma área específica da ciência (GIANFALDONI, MOROZ, 2002).

A pesquisa desemboca em situações complexas, nas quais o pesquisador precisa aderir uma postura diferenciada, pois

a complexidade dessas situações exige do pesquisador a adoção de uma postura teórico-metodológica capaz de compreender a migração como um processo social e os migrantes como agentes desse processo. Em vez de modelos de deslocamentos de população, sugere-se a análise da migração enquanto acontecimentos históricos que atinge os que partem e os que ficam, constituído por elementos objetivos (SILVA, 2005, p. 54).

Com efeito, a mobilidade humana é um fenômeno evidente do ponto de vista entre os teóricos e pesquisadores, para compreendê-lo, torna-se necessário, além da elaboração e da descoberta de um campo construído, o uso de ferramentas que possam dar conhecimento a realidade do fenômeno (LUSSI, 2015).

A indicação pelo estudo de caso, neste estudo, visa testar situações quanto à hipótese e/ou à teoria previamente explicitada, conforme descreve o autor Yin (2000), sobre as possíveis situações em que o estudo de caso é indicado. Testamos nesse estudo a hipótese de que as migrações são capazes de territorializar um campo de trabalho entre os imigrantes e, conseqüentemente, estabelecer a formação de uma identidade empresarial, confrontando o velho consenso sobre o papel dos migrantes no contexto econômico às novas possibilidades de inserção e das relações de poder.

O estudo de caso, aqui utilizado, ainda procurou considerar o conhecimento científico por meio de um processo de construção coletiva. Situando-o em uma discussão acadêmica mais ampla, não reduzindo o estudo às aplicações e suas conclusões à questão estudada. Dessa forma, evitamos que o seu interesse recaísse unicamente entre os indivíduos que dele participaram (ALVES-MAZZOTI, 2006).

Para tanto, nos baseamos no modelo de estudo de caso “instrumental” proposto por Stake (2000), através do qual a crença atribuída ao interesse do caso permitiu compreender algo mais amplo, servindo para fornecimento de *insights* sobre o assunto estudado, além de permitir uma contestação de uma generalização amplamente aceita, ao apresentar de forma científica um caso que não se encaixa na generalização.

Quanto ao universo empírico, debruçamo-nos sobre quatro estabelecimentos comerciais pertencentes aos imigrantes coreanos na cidade de Aracaju/SE. Nosso olhar sociológico para a escolha desses estabelecimentos enquanto “caso” repousa nas relações de poder atribuídas aos migrantes, primeiramente atribuídas dentro do próprio grupo e, sobretudo, entre as disputas desses empresários coreanos frente aos autóctones empresários.

Chama-nos a atenção a “territorialização” conquistada pelos coreanos em um dos bairros da cidade de Aracaju, na figura de empresários, cujo apontamento nos parece uma espécie de territorialização que, além de fortalecer o grupo de imigrantes, por meio das relações que surgem do campo empresarial, constitui uma forma de identificá-los pela identidade empresarial que se é posta e sobre o seu poder constituído, desencadeando uma realidade que merece ser tratado como um estudo de caso.

De acordo com Alves-Mazzoti (2006) o estudo de caso reside na adoção de diferentes metodologias dada a sua complexidade, sugerindo, quando o pesquisador julgar necessário a inserção de outras formas de coleta de dados. O estudo de caso de uma comunidade ou organização baseia-se no debruçar do método de observação, muitas vezes, inserindo outros métodos mais estruturados, tais como a entrevista (PARIZOT, 2015). É através da identificação dos membros, as interações, o entendimento de como as pessoas se

relacionam umas com as outras e com o grupo que se chega a compreensão abrangente do grupo de estudo. São os relatos cuidadosamente produzidos de todos os eventos observáveis que influenciam a não reprodução do *bias* (BECKER, 1997).

Observar sociologicamente remete ao abandono do raciocínio em “igualdade de circunstâncias”, um prestar contas de uma configuração de atores e de relações. Em face da pesquisa, tem-se a observação como elemento construtor do objeto, selecionando as limitações realísticas direcionadas pela problemática, o pesquisado se torna elemento desta totalidade na observação direta (PARIZOT, 2015).

Dessa forma, estivemos no universo empírico para observar como aquele mundo fora construído, bem como, entender as relações que ali surgiram. Utilizando a observação não participante como aporte metodológico, estudamos os quatro estabelecimentos durante um período de seis meses, compreendendo julho a dezembro de 2018. Não procuramos estabelecer as particularidades desses quatro negócios, nosso objetivo repousou na construção de um caso com base nas reproduções que nos levavam ao conceito de grupo.

Na observação, incluímos dias e horários alternados. Para tanto, foi solicitado aos donos dos estabelecimentos à permissão para atuar nos dias e horários oportunos, compreendendo dias com maior fluxo de atendimento e baixo movimento (sexta-feira à tarde e terça-feira à tarde, com alto movimento; segunda-feira e sábado pela manhã com baixo movimento). Aqui, nosso objetivo foi estudar as relações entre os coreanos empresários e os autóctones em adversidades temporais. Como se tratava de quatro estabelecimentos pesquisados, ocorreram revezamentos de dias e turnos entre os empresários.

Além dos empresários, observamos os seus funcionários, parentes que ali trabalhavam e os filhos que, quando chegavam do colégio, permaneciam por ali durante um certo período. Nesse momento, nosso olhar buscou a identificação do grupo, os vínculos de afetividade que se estabeleciam, bem como aspectos culturais da cultura que se revelavam.

Entrevistas e observações no campo de pesquisa não exige especializações em uma técnica, o universo de pesquisa em si dita a necessidade de coalização em detrimento da imaginação do pesquisador. Soma-se ao contexto a apresentação do objeto de estudo, a linguagem do ajustamento e a linguagem da comunicação para que se vincule a concessão autorizativa da face a face (BARBOT, 2015).

Nossas entrevistas foram direcionadas para os coreanos empresários. Nesse momento, identificamos como são impositivos e fechados a negociações. As perguntas precisavam ser previamente elaboradas para que eles analisassem a possibilidade de respondê-las. Não fui autorizado a entrevistar ninguém daquele campo, além deles.

Entrevistar membros do grupo, examinar origens sociais e estudar as experiências de um participante possibilitam a decodificação do grupo ou do indivíduo entrevistado enquanto “estudo de caso”, pois as condições informacionais reportam um histórico útil ao registro e conveniência de eventos e análises, podendo os materiais da observação ser analisados sequencialmente (BECKER, 1997).

Para destacar aquilo que é social, isto é, o da relação entre indivíduo e sociedade, iniciamos uma saga por informações e registros sobre os coreanos no Brasil, o resultado de nossa busca foi a seguinte:

Inicialmente, deparamo-nos com a dificuldade no acesso ao grupo de estudo. Conhecidos pela extrema desconfiança sobre qualquer olhar que recaia sobre eles, os coreanos já apontavam algumas limitações quanto à possibilidade da coleta de informações. A própria característica do grupo nos impossibilitou aprofundar o conhecimento sobre eles em alguns aspectos. Apesar das negociações realizadas antes de iniciar a pesquisa, conforme o acesso no campo ia sendo realizado e a “invasão” se intensificando, os coreanos naturalmente restringiam o acesso a outras informações.

Quanto a divulgação dos verdadeiros nomes dos coreanos entrevistados na pesquisa, não obtivemos autorização. Dessa forma, nomes fictícios foram adotados com o propósito de manter o anonimato. O local de origem do grupo, na Coreia do Sul, também foi alvo da restrição. Acreditamos que essa divulgação poderia ter contribuído para uma análise mais aprofundada sobre as causas e as motivações que levaram ao estabelecimento dos imigrantes no Brasil e, conseqüentemente, em Aracaju.

Da mesma forma, optaram por não divulgar dados sobre possíveis familiares residentes no país. Também acreditamos que com a divulgação dessas informações, nosso estudo poderia apresentar uma análise mais profunda sobre as relações construídas entre eles.

Ao recorrer ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na tentativa de encontrar informações sobre os coreanos no Estado de Sergipe, a última pesquisa amostral domiciliar realizada pelo Censo em 2010, não aponta imigrantes coreanos no Estado de Sergipe como residentes.

Ao procurarmos a Junta Comercial do Estado de Sergipe (JUCESE), cujo registro de todo empresário formal no Estado é obrigatório, deparamo-nos mais uma vez com outra negativa. Segundo um dos representantes do órgão, ao realizar o cadastro de empresário, o formulário não inclui a informação de nacionalidade, isso porque, segundo o órgão, para formalizar o negócio, presume-se a autorização para residir no país, quando estrangeiro, ser brasileiro naturalizado.

Nosso último local de busca por informações externas aos imigrantes, deu-se na Polícia Federal. No site desse órgão, encontramos algumas informações mais precisas que nos ajudaram a analisar o perfil por sexo, recorte temporal da imigração no Brasil e a faixa etária, cujos registros, ficam sob a responsabilidade do órgão. Apresentamos tais informações no capítulo intitulado “Imigração Coreana no Brasil”.

Para desvendar a realidade social dos imigrantes, é necessário olhá-la como um mundo social pouco a pouco construído, observadas as relações objetivas e abstratas que demarcam os processos de construção de seus territórios. É preciso romper com algumas crenças postas pelo corpo social para que o desvendar de uma nova realidade se revele.

Dentre essas crenças pré-construídas, estão as questões metodológicas, visto que a partir delas, descrevemos a realidade estudada, as representações sociais dessas realidades e o funcionamento de seus fatos. Com efeito, cabe um olhar atencioso aos métodos empregados em uma pesquisa, principalmente na compatibilidade quanto aos resultados que podem ser obtidos a partir dele e o objeto de estudo que a pesquisa pretende abordar.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 TEORIAS DA IMIGRAÇÃO

Partindo de uma leitura neoclássica da realidade, a migração seria promovida, ou não, por uma decisão racionalmente motivada, haja vista que nos deslocamentos humanos ainda prevalece às causas econômicas, como fora apontado pelo demógrafo inglês Ravenstein, autor responsável pelo primeiro estudo específico das migrações, no final do século XIX. O demógrafo inglês comprovou através de estudos empíricos que os movimentos migratórios que se destinavam aos centros comerciais e industriais do Reino Unido eram, à época, movidos pelas motivações econômicas, nas quais, os indivíduos tentavam mudar de vida. Seu estudo, assim, tornou-se a gênese das produções migratória, ao construir o conhecimento científico em um dos maiores berços das grandes migrações internacionais entre os séculos XIX e XX: na Inglaterra (LESSA, 2015; OLIVEIRA, 2014).

Foi a partir de certas regularidades encontradas nas estatísticas de Ravenstein que a teoria das migrações repercutiu no tocante aos movimentos populacionais internos, em tela, a Inglaterra. Observou-se, assim, que a maioria dos migrantes traçavam curtos percursos, enquanto que a menor parcela de migrantes deslocava-se para lugares com percursos mais longínquos, visando, sobretudo, centros comerciais ou industriais, em geral, eram originários das cercanias rurais desses centros (NOGUEIRA, 1991).

Os “vazios” deixados pelos imigrantes, frequentemente, eram preenchidos por outros migrantes de regiões mais distantes, formando uma espécie de ciclo, visto que “o ciclo repetia-se sucessivamente até que a força de atração da cidade começasse a ser sentida, gradativamente, nos lugares mais remotos (o processo de DISPERSAO é inverso do de ATRAÇÃO, porém apresenta características semelhantes)”<sup>1</sup>.

Nota-se que nos estudos de Ravenstein, uma corrente migratória principal produz, conseqüentemente, uma corrente inversa compensatória. Além disso, os naturais das áreas rurais possuíam maior propensão a migrar do que os naturais das áreas urbanas (NOGUEIRA, 1991). Ainda no bojo desse ciclo migratório, Ravenstein observou que

[...] as migrações se davam de forma diferenciada por sexo, predominando as mulheres nos trajetos migratórios de curta distância, [...] a melhoria dos meios de locomoção e o desenvolvimento da indústria e do comércio contribuíram muito para o aumento das migrações. De todos os motivos que levaram à migração, o maior foi,

---

<sup>1</sup> NOGUEIRA, 1991, p. 39.

incomparavelmente, o econômico, ou o originado do desejo de melhorar a situação material (NOGUEIRA, 1991, p.39).

Posteriormente aos trabalhos de Ravenstein e a partir dos trabalhos deste, Lee (1980) apontou que a migração se tratava de mudança permanente ou semipermanente de residência e, que a migração não só teria um lugar de origem e outro lugar como destino, haja vista uma série de obstáculos encontrados durante o percurso migratório. Lee complementa seu pensamento sobre as migrações com dois fatores que as aumentariam: o primeiro deles é que o grau elevado de diversificação em um determinado território aumentaria os níveis de migração, como no caso da industrialização; no segundo caso, os obstáculos intervenientes postos aos migrantes tendem a reduzir, com isso, os volumes migratórios também aumentariam. Com efeito, as migrações ainda possuem um grau de seletividade, sendo positivas quando o imigrante é altamente qualificado e, negativa, quando se tratar do oposto.

Outro enfoque, a partir da perspectiva sociológica, é posto por Oliveira & Stern (1980, p. 253) à luz da migração interna:

A migração interna é visualizada como um dos processos fundamentais da mobilização social, que constitui o eixo principal para a transformação de sociedades tradicionais em sociedade moderna.

O processo migratório seria explicado através do auxílio de um esquema analítico, no qual, o processo de modernização seria posto como o responsável pelas mudanças de uma cidade tradicional para uma sociedade moderna. Tais transformações seriam vistas na América Latina e nos países da Europa Ocidental, um processo de urbanização marcado pela velocidade, pela transição e pelos fatores psicossociais (NOGUEIRA, 1991).

O fluxo migratório seria um processo social, determinado por fatores de atração ou de expulsão. No âmbito da atração, os fluxos migratórios seriam orientados pelas oportunidades econômicas, como por exemplo, a demanda por força de trabalho, gerada pela expansão industrial e de serviços, que traduziriam, para o migrante, o recebimento de remuneração mais elevada que sua área de origem (SINGER, 1980).

Quanto aos fatores de expulsão, a mudança do estilo rural para uma capitalização do setor, levaria em consideração as relações de produções capitalistas, assim, com o aumento da produtividade do trabalho, existiria a redução do emprego, sugerindo a emigração (SINGER, 1980).

Outro fator dessa expulsão se basearia em fatores de estagnação do espaço rural, com o crescimento demográfico incompatível com o crescimento físico da área de agricultura, o crescimento da produtividade da terra torna-se limitado em virtude da monopolização dos grandes proprietários, reconhecendo-se, mais uma vez a emigração (SINGER, 1980).

Com os modelos de *Push-Pull* (atração e repulsão), Ravenstein explicou que no centro dos processos migratórios, existe um agente racional em posse das características mais relevantes das regiões A e B (origem-destino) e de dados contextuais respeitantes à sua situação individual e grupal, decidindo o agente racional, pela sua permanência ou pela sua migração (PEIXOTO, 2004).

As migrações são seletivas em razão das pessoas responderem de forma diferente à série de fatores positivos e negativos prevaletentes nos locais de origem e de destino, terem capacidades diferentes para superar as séries de obstáculos e diferenciam-se entre si em termos dos fatores pessoais (MOURA, 1980, p. 111).

As causas estruturais possuem uma parcela significativa na migração de um grupo social, entretanto, nem todos os membros desse grupo, apesar das causas serem as mesmas, migram de imediato. Os fatores de expulsão, de certo, reproduzem uma seletividade quanto aos motivos individuais que levam uns a migrar e outros não (SINGER, 1980).

Com o advento da economia neoclássica, duas abordagens surgem no bojo das explicações do fenômeno migratório. A primeira delas, a macroteoria, propôs uma analogia tomando o fenômeno migratório em seu âmbito internacional, como base nas desigualdades geográficas, as quais buscaram explicar que as diferentes taxas salariais resultavam dessas desigualdades. As diferenças entre localidades serviram para justificar o “desequilíbrio” entre a oferta e a demanda, posto que o excedente da força de trabalho em comparação ao capital é responsável pelas reduções das taxas salariais (NOGUEIRA, 1991).

Com isso, os movimentos migratórios partiriam dos países com taxas salariais mais baixas em direção àqueles países com taxas salariais mais elevados, criando uma espécie de círculo vicioso, no qual esse país agora receptor tenderia a virar, futuramente, exportador de imigrantes, uma vez que recairia na crise da baixa taxa salarial (ALMEIDA, 2013). De todos os motivos que levaram à migração, o maior foi, incomparavelmente, o econômico, ou o originado do desejo de melhorar a situação material (NOGUEIRA, 1991).

A segunda hipótese, na microteoria, a decisão migratória seria mais individualizada, pois o imigrante tenderia a calcular a relação custo-benefício dessa experiência, após o resultado desse cálculo, decidir sobre seu deslocamento. Na tomada de decisão acerca do custo-benefício, o potencial migrante reflete sobre a macroeconomia, a taxa de emprego do local de destino, comparando-a com a taxa de emprego local, atitude essa que transforma o migrante, segundo a microeconomia clássica, um agente racional capaz de maximizar seus ganhos (ALMEIDA, 2013).

Destarte, em condições favoráveis os processos micro estruturais convergem e participam do desenvolvimento local. Tamanha premissa é encontrada em estudos empíricos

sobre os efeitos positivos causados pelas migrações na economia, entretanto, o desenvolvimento provocado pelas migrações está associado à realidade econômica local (LUSSI, 2015).

Apesar das migrações não serem um fenômeno novo, possuem o poder de aumentar a diversidade étnica e cultural das sociedades, ajudando a reconfiguração das dinâmicas demográficas, econômicas e social. Além disso, os teóricos da migração observam cada vez mais os padrões de migração como “sistemas”, produzidos a partir da interação entre o nível macro e micro (GIDDENS, 2001). A explicação dos processos de nível macro e micro são assim simplificados por Giddens:

Por fatores de nível macro entendem-se situações de âmbito lato como a situação política na área, as leis e regulamentos que controlam a imigração e a emigração, ou as mudanças na economia internacional, fatores esses que exercem uma importante influência sobre diversos aspectos. Os fatores de nível micro, por outro lado, são os que dizem respeito aos recursos, conhecimentos e formas de pensar das próprias populações migrantes 2001, p.262).

Para Peixoto (2004), a teoria micro sociológica ajuda a compreender os envolventes e as decisões da mobilidade. Do ponto de vista da sociologia mais geral, pelo menos desde Weber, a capacidade individual de ação é promovedora de uma racionalidade em relação a um fim e, ainda, orientada em relação aos valores. Peixoto, em outras palavras, esclarece que independente das condicionantes externas postas à decisão do indivíduo, a racionalidade individual é responsável pela decisão de mudança.

Sobre a teoria macro sociológica Peixoto (2004, p. 22) corrobora:

Distinguem-se, no essencial, por privilegiar a ação de fatores de tipo coletivo, ou estruturante, que condicionam, sob formas diversas, as decisões migratórias dos agentes sociais. [...] as zonas de confluência entre as visões “micro” e “macro” são múltiplas e as distinções não são absolutas.

Os primeiros trabalhos que apontaram o contexto migratório no universo sociológico demarcam as primeiras décadas do século XX. Aos trabalhos de grande repercussão, tem-se o estudo de Thomas e Znaniecki que versam sobre a migração polonesa, quando propuseram um estudo qualitativo e buscaram demonstrar o rompimento dos laços de solidariedade do sistema familiar dos migrantes entre 1880 e 1910 (OLIVEIRA, 2014). A comparação entre os migrantes poloneses foi crucial para contrastar as tradições até então postas, visto que os costumes, atitudes individuais, e os valores sociais, contribuíram para a obtenção das formas de organização social e sobre as instituições (DIAZ, 2007).

Com efeito, na “sociologia urbana marxista”, identificamos o fenômeno sociológico das migrações, a partir da revolução industrial e, das primeiras cidades industriais inglesas tomadas pela situação da classe de trabalhadores na Inglaterra. Tratar-se-ia daquilo

que Friedrich Engels inaugurara, mas que se consolidaria em Marx: o impacto das migrações sobre as cidades, com base nas condições de vida e na mobilidade dos trabalhadores envolvidos (OLIVEIRA, 2014).

No Brasil, entre o período de 1930 e 1970, as migrações oriundas das áreas rurais com destino as áreas urbanas industrializadas, inspiraram trabalhos clássicos à luz da Sociologia brasileira, como constatamos nas obras de J. R. B. Lopes, que versam sobre os aspectos das migrações na “Sociedade Industrial no Brasil” produzido em 1971 e o “Desenvolvimento e Mudança Social” produzido em 1976. Ainda, constatamos o artigo de P. Singer versando sobre as migrações internas e suas considerações teóricas, produzido em 1976, além do livro “A Caminho da Cidade” produzido por E. Durhan em 1978. O olhar atribuído a esses estudos repousava nos fatores de expulsão e de atração, com ênfase nas transferências populacionais de uma determinada região ou de setores econômicos considerados estagnados, tratava-se de estudos tendenciosos a explorar o caráter definitivo das migrações rurais-urbanas ou entre as regiões Nordeste e Sudeste (BAENINGER, 2012).

Na construção do espaço urbano, a partir do estabelecimento migratório, o espaço é marcado pela presença das “idades da história”, um território que se apresenta plural em uma paisagem diversa encontrada nas ruas, bairros, edifícios e em seus habitantes. As ondas migratórias somam e adensam um constante movimento em camadas heterogêneas de contínua transformação (PAIVA, 2013).

Visto por outro ângulo, a mobilidade humana não pode ser resumida às determinações estruturais mais amplas, por muitas vezes, a mobilidade urge como resposta a questões cotidianas, na subjetividade, nos sonhos e nas utopias dos indivíduos ou dos grupos sociais que optam pelo deslocamento. Sabendo que o modelo de deslocamento constitui-se e transforma-se ao longo da história, as ausências explicativas desse fenômeno no tempo presente, instiga-nos a uma compreensão mais profunda no bojo das migrações contemporâneas e como elas se revelam (PAIVA, 2013), pois

“Neste momento, nos deparamos com processos sociais, temporalidades e vivências que paulatinamente vão tecendo as conexões explicativas com a atualidade, ao mesmo tempo em que nos apresentam suas próprias dinâmicas, identidades e sentidos” (pp.10-11)

Para Lussi (2015) a partir da teoria da assimilação, encontramos outra possibilidade de compreender o universo das migrações. Segundo Lussi, seria possível analisar os processos de inserção dos migrantes nas sociedades as quais se destinam. Para tanto, a teoria propõe uma análise quanto às transformações da sociedade a partir das

diferentes estratégias adotadas entre imigrantes e autóctones, inclusive no âmbito das questões identitárias, dado o seu revestimento em termos de “fenômeno multidimensional”.

No decorrer do tempo, o conceito de assimilação passou a ser substituído por outros conceitos que agregavam novos aspectos de interpretação da realidade social. Nesse sentido, urge outras nomenclaturas sinônimas do termo “assimilação”, acumulando os preceitos iniciais atribuídos a essa teoria pelos estudiosos, tais quais, entre os principais termos usados, destacam-se: a incorporação, inserção, multiculturalismo, integração, acomodação, adequação, a interculturalidade, entre outras (LUSSI, 2015).

Segundo Lussi (2015) a adoção por novas nomenclaturas, amplia as possibilidades de análise sobre o contexto migratório, dado o próprio caráter estético da “assimilação”. Segundo a autora

O que se quer é valorizar o conceito, amplamente utilizado há décadas, adaptando-o conforme o contexto e a disciplina que o adota. Tal conceito pode favorecer, sobretudo em estudos longitudinais, “representações teóricas diversificadas, multifacetadas e lineares dos processos migratórios” (LUSSI, 2015, p. 107).

Através da teoria da assimilação, tornar-se-á possível analisar os processos de inserção dos migrantes na sociedade acolhedora, bem como, identificar às transformações que a sociedade vive em decorrência do migrante, e estudar as adaptações às novas situações enfrentadas pelos migrantes e pelos autóctones (LUSSI apud CARMEM; DURAND, 2015).

O estudo sobre as migrações, somado as múltiplas pesquisas e publicações acerca das realidades pontuais, já não se fixam em desmistificar o porquê de pessoas migrarem ou não migrarem, nem muito menos buscar desvendar teoricamente o tempo de duração dessas migrações, o foco estaria direcionado aos problemas e as possíveis buscas por soluções, visto que, empiricamente falando, inexistente uma regra ou uma resposta que exaure o simbolismo presente em um movimento migratório (LUSSI, 2015).

### **2.1.1 Imigrações e Redes**

A mobilidade humana é vista como um processo em constante reelaboração, progressivo em processos internos, coletivos, pessoais e sociais. Sobretudo, a mobilidade humana contempla a complexidade e a interligação existente em processos que apontam para o surgimento da migração, outros que representariam o meio do ciclo de um indivíduo ou de um grupo. Um mesmo ciclo pode ter configurações diferentes para uns e para outros, tomados individualmente e, ainda, um terceiro significado, se tomados coletivamente (LUSSI, 2015). Não existe uma causa que sirva suficientemente para explicar porque alguém migra, muito

menos uma teoria que explique plenamente a experiência migratória e sua determinação, seus problemas e seus resultados. Entretanto, as “redes” contribuem para o estudo das relações interpessoais que ocorrem entre migrantes e não migrantes das suas regiões de origem e de seu local de destino. “As redes migratórias são, de certa forma, extensão das redes de parentesco e incluem redes de amigos, de pertença ou qualquer outra forma de interesse ou de necessidade” (LUSSI, 2015, p. 102).

Com efeito, as redes são constituídas de uma forma privilegiada de capital social dos migrantes, mas também, contribuem para espaços de conflitos e gestão de interesses. Seu potencial impacto representa uma atratividade para os estudos sociológicos como podemos observar no quadro abaixo.

**Quadro 1 - Análise das migrações: Um modelo de investigação**

Perspectiva Metodológica	Individualista	Objeto	
		Economia	Sociologia
		Racionalidade Instrumental; Mercado de Trabalho; Rendimentos; Investimento em Capital Humano;	Ciclo de vida; Carreira; Mobilidade Social; Ação Não Instrumental.
Holista	Mercado de Trabalho Segmentado; Flexibilização; Sistemas espaciais; Sistemas-Mundo; Sistemas Migratórios.	Família; Instituições; Organizações; Redes Migratórias; Enclaves Étnicos; Normas e Imagens coletivas.	

Fonte: Peixoto, 2004.

Conforme exposto no quadro acima por Peixoto (2004), as redes têm despertado a atenção de muitos estudiosos das migrações há certo tempo, principalmente pelo papel que as redes desempenham no contexto migratório.

Para Campos (2015, p. 15) “elas atuam como facilitadoras dos deslocamentos da população quando reduzem o grau de incerteza com que os migrantes se deparam. Isso faz com que as redes de contatos dos indivíduos envolvidos com a migração provoquem o estabelecimento de “redes migratórias”.

A coesão dessas redes varia de acordo com os laços criados entre os indivíduos, bem como almeja solidificar as ligações entre aqueles que compartilham o desejo de criação dessa rede, além de tornar essa ligação estável (CAMPOS, 2015). Além disso, “Sua configuração é variável, sofrendo rupturas e acoplamentos ao longo do tempo, em um processo dinâmico de (de) formação” (CAMPOS, 2015, p. 16).

Para Massey et al. (2005) as articulações em redes constituem uma forma de capital social, que no caso das migrações, facilitam o acesso ao capital financeiro, fortalece as relações sociais, promove a acessibilidade do migrante a instituições, assim como o acesso a não migrantes que possam contribuir com informações fortalecedoras do processo migratório.

As redes migratórias caracterizam-se pelos atores ligados entre si pela e para a migração, podendo ser esses atores os migrantes propriamente ditos ou pessoas envolvidas na migração, quiçá, sua composição pode ser composta por domicílios, empresas, cidades e países (CAMPOS, 2015), como podemos observar na figura abaixo:

**Figura 1 – Mecanismos estruturantes da redes migratórias**



**Fonte:** Campos, 2015, p.26.

As redes configuram-se por promover proximidade entre os contatos pessoais e o acesso ao capital social. As redes ainda funcionam como recrutador de imigrantes, entretanto, passa a ser moldada quanto a sua natureza interna, dada a circulação de informações entre esses imigrantes. Sua multidisciplinaridade comporta processos socioculturais e espaciais, como nitidamente observamos na figura acima, onde as redes são postas como articuladoras da produção do espaço (CAMPOS, 2015).

De acordo com Beck (1999), vivemos em uma época onde a sociedade tende cada vez mais a se enquadrar nos preceitos da globalização. Para Beck, foi a partir dessas aderências globalizadas pela sociedade que as pessoas se tornaram mais móveis, engenhosas, exploradoras das redes de captação do Estado, objetivando “empregar sua capacidade de

trabalho onde lhes for mais vantajoso” (p. 18). A globalização condiciona novas diversidades socioeconômicas, principalmente na extensão quantitativa de migrantes que vão em busca de regiões em pleno desenvolvimento (HIRST; THOMPSON, 2002).

Pelo caráter coletivo dos fluxos migratório, os fatos sociais e culturais de uma população são alterados. Para além de um fenômeno histórico, o fluxo migratório obriga a considerar a implantação de redes de inter-relações entre os indivíduos, os grupos e a sociedade. Com a implantação dessas redes, os comportamentos objetivos e racionais, até então vigentes, passam a ser redutíveis, surgindo, na sociedade, a partir desse feito, um desenvolvimento diversificado, complexo e interdependente (ROCHA-TRINDADE, 1995).

A presença destas redes de contato contribui para explicar a intensidade dos deslocamentos populacionais mesmo numa situação social em que os diferenciais de renda e de condição de vida se tornam pouco perceptíveis. Tais redes se tornam forças sociais vivas, a estabelecer “pontes” entre os lugares e a permitir o fluxo de informações e de pessoas que fizeram da mobilidade geográfica a sua principal estratégia de sobrevivência (PÓVOA-NETO, 1997, p. 22)

Quanto às redes migratórias, o movimento está centrado nas microestruturas que dão sentido a migração através do contato entre as pessoas no percurso de um espaço. Para além dos indivíduos envolvidos, o ganho sociológico ao se estabelecer a rede migratória está no conhecer dessas pessoas que a ela se inserem, para a partir daí, explicar o caráter diferencial da migração (BÖRÖCZ; PORTES, 1989). É possível falar da existência de várias formas de constituição de redes, ritmos e ciclos que dão sentido a uma corrente migratória (BAGANHA, 1991C).

As redes migratórias são compostas por laços sociais que atuam vinculando elementos específicos do local de origem aos locais de destinos. São esses laços os responsáveis por complementar relacionamento entre migrantes e não mirantes na teia de papéis sociais (MASSEY, et, al, 1990). As redes criam e reconstroem os territórios, ligando grupos de indivíduos pelos laços de amizade, parentesco e pelas experiências de trabalho para minimizar o encontro com a desconfiança e com os riscos (SANTOS; SAQUET; VALE, 2005). Segundo Santos et. al. (2005)<sup>2</sup> “múltiplas redes e relações estão no centro da formação territorial, é um vai e vem incessante que circula e comunica ao mesmo tempo, interliga e complementa os lugares e pessoas”.

---

<sup>2</sup> Santos et. al. 2005, p. 24.

## 2.2 TEORIAS DAS IDENTIDADES

A compreensão de “mundos” perpassa pela construção de um sentido identitário situado pelo sujeito. Durante essa construção de “mundos”, são postas interações, reconstruções e verbalizações com um “estrangeiro” que não é íntimo do sujeito de um “mundo vivido”. A linguagem “veicular” desse “estrangeiro”, então, é tomada como um empréstimo sobre aquele registro de discurso e de argumentos que serviam como suporte a uma lógica discursiva, ora compreensível para o interlocutor que não era próximo desse “estrangeiro”, mas o qual esse “estrangeiro” queria convencer (DUBAR, 2009).

O real sentido da questão identitária está sendo extensamente discutida na teoria social, devendo-se, para tanto, ao declínio das velhas identidades que por muito tempo foram estabilizadoras do mundo social. Novas identidades surgiram, a partir de então, revelando a existência de uma “crise de identidades” como um processo identitário mais amplo que desloca as estruturas centrais de uma sociedade moderna e abala as referências que ancoraram os indivíduos na estabilidade do mundo social (HALL, 2010).

De certo, são nos marcos temporais da história social que o contexto identitário ganha corpo em suas distintas concepções. No *sujeito iluminista*, trata-se o indivíduo como um ser centrado, unificado, com capacidade de razão, consciência e ação, sua centralidade identitária emergia quando o indivíduo nascia, tinha-se, assim, uma concepção muito individualista, era seu “eu” o elemento central enquanto pessoa e, ainda que o indivíduo se desenvolvesse, permanecia essencialmente o mesmo; O *sujeito sociológico* refletia sobre o complexo mundo moderno e seu crescimento, nesse marco, o núcleo interior do sujeito formava-se a partir da relação com pessoas importantes para ele, não era autônomo e muito menos autossuficiente, ele reconhecia esse fato e seu “eu real” era construído nos valores, nos sentidos e nos símbolos presentes entre suas interações com as pessoas que julgava importantes; por fim, tem-se a chegada do *sujeito pós-moderno*, um sujeito sem identidade fixa, essencial ou permanente, definido não pelo biológico, mas historicamente, com uma identidade formada com base nas interpretações ou interpelações pelos sistemas culturais que os circundam, são indivíduos contraditórios dentro de si mesmos e que assumem identidades diferentes em diferentes momentos (HALL, 1987; 1990, 2010).

Situada no enfraquecimento do modelo de estado-nação, da extensão da integração política supranacional, bem como na globalização da economia, Cuche (2002) aponta que, a problemática identitária, na década de cinquenta, nos Estados Unidos, pesquisadores em Psicologia Social já conceituavam a identidade cultural ao analisar

problemas de interação com imigrantes. Na época, a identidade cultural era vista como imutável e determinante da conduta dos indivíduos, tornando-se um pensamento ultrapassado à luz das teorias que veem a identidade como um dado independente do contexto relacional.

A luta política, descrita e teorizada nos anos 70 e 80, em termos de ideologias em conflitos, agora, repercute na caracterização pelo conflito entre as diferentes identidades, reforçando o argumento de que a identidade está em crise no mundo contemporâneo (WOODWARD, 2011).

Na atualidade, a identidade é o assunto do momento, linhas teóricas concentram-se em encontrar ou construir uma identidade para homens e mulheres quer seja individual, separadamente, ou conjuntamente em forma de grupos. A ideia de identidade não foi naturalmente gestada da experiência humana, não urgiu como um fato auto evidente. Ela chegou como uma ficção, identificou-se num fato, num dado, nascera de uma crise do pertencimento e desencadeou o “deve” e o “é”, recriando uma nova realidade diante dos padrões estabelecidos (BAUMAN, 2005).

De maneira mais precisa, a recente “moda” da identidade é o prolongamento do fenômeno da exaltação da diferença que surgiu nos anos setenta e que levou tendências ideológicas muito diversas e até opostas a fazer a patologia da sociedade multicultural, por um lado, ou, por outro lado, a exaltação da ideia de cada um por se para manter a identidade (CUCHE, 2002, p. 177).

A identidade pessoal dos sujeitos que aprendem não é, portanto, dada, tal e qual, ao nascimento. Ela se constrói durante toda a vida. Mas não se reduz a uma interiorização “passiva” e “mecânica” das identidades herdadas, do conjunto das características ligadas ao nascimento (a forma cultural do ego nominal) nem dos papéis estatutários predefinidos (a identidade estatutária do ego socializado). Ao contrário, ela se conquista com frequência contra estes, por distanciamentos e rupturas, não excluindo nem as continuidades e nem as heranças (DUBAR, 2009, p. 234).

No uso do termo identidade, o papel social que o termo carrega é problematizado por Dubar (2009, p. 240):

A identidade chamada social é tipicamente uma identidade para outrem, o que não implica de maneira alguma que as pessoas envolvidas utilizem esses termos “oficiais” para se definirem a si mesmas como “pessoas privadas”, seja nas conversações correntes, no lugar de trabalho ou de lazer, seja nas conversações íntimas com os próximos ou até “consigo mesmas”.

As grandes interrogações sobre a identidade perpassam pela questão da cultural. Existe um desejo em se ver cultura em tudo, inclusive nos traços do indivíduo. Entretanto, não se pode confundir a noção de cultura com a identidade cultural. A cultura partiria da dependência, em grande parte, dos processos inconscientes, em última instância, existiria sem

consciência da identidade. A identidade remete a uma vinculação necessariamente consciente, com base em oposições simbólicas (CUCHE, 2002).

“Quando a identidade perde as âncoras sociais que as faziam parecer natural, predeterminada e inegociável, a identidade se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a quem possam pedir acesso” (BAUMAN, 2005, p. 30).

Entre aqueles que integram a cultura como uma “segunda natureza”, da qual somos herdeiros, concebem a identidade como um dado que marcaria o indivíduo de maneira quase indelével. Desse ponto de vista, a identidade cultural remete-se necessariamente ao grupo original no qual o indivíduo vincula-se (CUCHE, 2002).

Quanto às raízes, segundo o pensamento comum das origens, aquilo que definiria o indivíduo de maneira autêntica estaria representado na genética do indivíduo, servindo de apoio para idealizar o enraizamento da vinculação cultural a naturalização. Seria a identidade preexistente ao indivíduo, sendo este portador de uma única alternativa que seria aderi-la, sobre o risco de se tornar um “desenraizado”, estando impossibilitado de evoluir individualmente, sendo seu grupo destituído de qualquer influência (CUCHE, 2002).

Quanto à hereditariedade biológica, Cuche (2002, p. 178) esclarece:

O indivíduo, devido a sua hereditariedade biológica, nasce com os elementos constitutivos da identidade étnica e cultural, entre os quais, os caracteres fenotípicos e as qualidades psicológicas que dependem da mentalidade, do gênio próprio do povo ao qual ele pertence. A identidade repousa então em um sentimento de fazer parte de certa forma inato. A identidade é vista como uma condição imanente do indivíduo, definindo-o de maneira estável e definitiva.

São nas identidades sociais que as declarações individuais são vistas sobre as dimensões objetivas, correspondentes a campos de prática, e que dão sentido as posições das categorias oficiais em que cada indivíduo, com suas várias identidades, tende a instigar, há muito tempo, o trabalho do sociólogo sobre a existência de uma identificação principal na esfera profissional, familiar, religiosa, política e de lazer (DUBAR, 2009). “Não são as pessoas em si que são classificadas, mas suas declarações, suas respostas a uma pergunta referida a dimensão particular de sua vida, num dado momento”<sup>3</sup>. A identidade é simplesmente aquilo que se é, parece ser concebida como uma positividade, isto é, “aquilo que sou”, uma característica independente um fato autônomo, uma referência autocontida e autossuficiente de si próprio (SILVA, 2011).

---

<sup>3</sup> DUBAR, 2009, p. 238.

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. [...] Assim, em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginemos ser vistos por outros (HALL, 2006, p. 38-39).

Ao conceber a identidade como aquilo que se é, isto é, a diferença que o outro apresenta em relação a mim, por eu ser o que sou, a identidade teria como referência a si própria, seria ela autocontida e autossuficiente em sua interpretação. Em primeiro momento, parece ser fácil definir uma identidade por ela já ser dada como aquilo que se é, um “sou brasileiro”, sou “homem”, sou “mulher”, entre tantos “eu sou” que caracterizam uma positividade, no entanto, esse “eu ser” torna-se ao mesmo tempo um “não sou”, uma analogia do ponto de vista da diferença, simplesmente existente, corroborando que a identidade e a diferença estão em estreita dependência (SILVA, 2011).

A afirmação “sou brasileiro”, na verdade, é parte de uma cadeia extensa de negações de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação “sou brasileiro” deve-se ler: “não sou argentino”, “não sou chinês” “não sou japonês” e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável (SILVA, 2011, p. 69).

A questão da diferença torna-se fundamental para a compreensão do processo de construção cultural de identidades. Do ponto de vista negativo, a diferença exclui ou marginaliza aquelas pessoas que são definidas como “outras” ou são vistas como forasteiras. No entanto, urge um dualismo quando a diferença é expressa pelas posições cristalinas, tais quais, natureza/cultura, corpo/mente e paixão/razão, recebendo no bojo do “sistema pensante” uma importância diferencial, visto que no âmbito da oposição, um dos elementos é sempre mais valorizado ou mais forte que o outro (WOODWAR, 2011).

Para Bauman (2001) o aspecto de semelhança é mais significativo do que aqueles aspectos que nos separam quando se trata de tomar posição. Com base no “nós” do credo patriótico/nacionalista, o autor explica que ao passo em que as características comuns vão nos assemelhando, as diferenças vão sendo diminuídas, neutralizando, assim, o impacto da diferença, pois

[...] é uma situação tipicamente ou/ou: as fronteiras que “nos” separam “deles” estão claramente traçadas e são fáceis de ver, uma vez que o certificado de “pertencer” só tem uma rubrica, e o formulário que aqueles que requerem uma carteira de identidade devem preencher com uma só pergunta, que deve ser respondida “sim” ou “não” (BAUMAN, 2001, p. 202).

Além de serem interdependentes, a identidade e a diferença são fabricadas no contexto de relações culturais e sociais, são criações sociais e culturais que não resultam de atos de construção linguística, pois é resultado de variados complexos, não sendo coisas a espera de serem reveladas, respeitadas ou toleradas, são criaturas do mundo cultural e social (SILVA, 2011).

Segundo Bauman (2001) “eles” não são diferentes de “nós” em tudo, no entanto, a diferenciação é marcada por um aspecto que “neles” é mais importante que todos os outros aspectos, tão importante que impedi uma posição comum e uma solidariedade genuína, apesar das semelhanças existentes.

Nas declarações de pertencimento e de não pertencimento, sobre quem exclui ou se exclui, demarcam a afirmação de um “nós” e de um “eles” que transcendem as categorias gramaticais. Então, uma relação de poder é localizada durante essa hierarquização entre as posições de sujeito, tratando-se de uma espécie de classificação que divide e ordena o mundo social em grupos e atribui diferentes valores a esses grupos conforme a sua classificação (SILVA, 2011).

Construir uma identidade envolve um apelo a questões que possam esclarecer conceitos centrais na discussão da construção identitária, para tanto, o autor Woodward se apodera da identidade nacional discutida por Michael Ignatieff para tratar da compreensão da construção de uma identidade. Tão logo, Woodward nos propõe alguns elementos que contribuem para explicar como as identidades são formadas e mantidas:

I - Precisamos de conceitualizações. Para compreendermos como a identidade funciona, precisamos conceitualizá-las e dividi-la em suas diferentes dimensões. II - Com frequência, a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável. III - Algumas vezes essas reivindicações estão baseadas na natureza; por exemplo, em algumas versões da identidade étnica, na “raça” e nas relações de parentesco. Mais frequentemente, entretanto, essas reivindicações estão baseadas em alguma versão essencialista da história e do passado, na qual a história é construída ou representada como uma verdade imutável. IV - A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades [...]. V - A identidade está vinculada também a condições sociais e materiais [...]. VI - O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. E por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais. VII - A conceitualização da identidade envolve o exame dos sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas; por exemplo, ela é dividida em ao menos dois grupos em oposição - “nós e eles” [...]. VIII - Algumas diferenças são marcadas, mas nesse processo algumas diferenças podem ser obscurecidas [...]. IX - As identidades não são unificadas. Pode haver contradições no seu interior que têm que ser negociadas [...], pode haver discrepâncias entre o nível coletivo e o nível individual [...] X - Precisamos, ainda, explicar por que as

pessoas assumem suas posições de identidade e se identificam com elas. Por que as pessoas investem nas posições que os discursos da identidade lhes oferecem? O nível psíquico também deve fazer parte da explicação; trata-se de uma dimensão que, juntamente com a simbólica e a social, é necessária para uma completa conceitualização da identidade (WOODWAR, 2011, pp 12-14).

As práticas de significação e os sistemas simbólicos são produzidos a partir da representação. Posicionando-nos como sujeitos, as representações nos permitem produzir significados que dão sentido à nossa experiência e aquilo que somos. Compreendida como um processo cultural, a representação produz sistemas simbólicos, tornando possível àquilo que somos e aquilo no qual poderemos nos tornar: identidades individuais e coletivas, bem como, auxiliam na construção dos lugares onde o indivíduo pode falar e se posicionar (WOODWAR, 2011).

Entre a identidade e a subjetividade, existe uma considerável sobreposição. Enquanto que a subjetividade envolve, nossos pensamentos e sentimentos mais pessoais, além da compreensão sobre esses pensamentos, sobre as emoções conscientes e inconscientes de quem nós “somos”, a identidade é adotada pela experiência que temos de nós mesmos na vivência de nossa subjetividade através da linguagem e da cultura em um contexto social. Assim, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social (WOODWAR, 2011).

Optar por uma abordagem puramente objetiva ou puramente subjetiva sobre a questão da identidade seria se colocar em um impasse. Tamanho posicionamento implicaria na afirmação da identidade em um momento e a repressão em outro, visto que “a identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e escolhas” (CUCHE, 2002, p. 182).

De acordo com Barth (1995) a alternativa objetivismo/subjetivismo pode ser ultrapassada a partir do entendimento da identidade enquanto fenômeno que ordena as relações entre os grupos sociais. Isso porque a identidade seria uma construção na relação criada entre grupos opostos que estão em contato, um modo de categorização que um grupo utiliza para realizar suas trocas.

Quando as culturas nacionais produzem sentidos sobre a nação, desde que esses sentidos nos provoquem identificações, estamos diante da construção de identidades. São nas histórias contadas sobre a nação, nas memórias que conectam o presente com o passado e, nas imagens dessas memórias construídas pelos indivíduos, que o sentido da cultura nacional ganha representatividade identitária (HALL, 2010).

Sobre os traços culturais de um grupo que o diferencia dos demais em contexto identitário Cuche (2002, p. 182) acrescenta:

Também, para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. Uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações.

Existe uma ligação entre identidade e alteridade, ao passo que ao se identificar, o indivíduo se diferencia ao mesmo tempo. A identidade é sempre resultante de um processo de transformação em face de uma situação relacional, sendo ainda relativa e evolutiva de acordo com a situação relacional, principalmente em contextos de mudança, por isso a identidade também pode conter em seu conceito operatório um processo de identificação, pois não há identidade em si e muito menos unicamente para si (GALISSOT, 1987). Afinal de contas, perguntar “quem você é” só faz sentido se você acredita que possa ser outra coisa além de você mesmo; só se você tem uma escolha, e só se o que você escolhe depende de você; ou seja, só se você tem que fazer alguma coisa para que a escolha seja “real” e se sustente (BAUMAN, 2005, p. 25).

Em Giddens (2002), a auto-identidade surge como a identidade do “eu”, um tanto amorfo e que não deve referir-se meramente a um fenômeno que persiste no tempo, como a maneira em que os filósofos rotulariam os objetos ou coisas como “identidades”. “A auto-identidade não é algo simplesmente apresentado, como resultado das continuidades do sistema da ação do indivíduo, mas algo que deve ser criado e sustentado rotineiramente nas atividades reflexivas do indivíduo”<sup>4</sup>. Diferentemente do eu como fenômeno genérico, a “identidade” do eu remonta uma consciência relativa, tratando-se de uma “autoconsciência” “de que” do indivíduo consciente.

Falar sobre a auto-identidade, é discursar sobre a não existência de um traço distintivo ou de uma pluralidade de traços que o indivíduo venha a possuir, é o “eu” compreendido reflexivamente pela pessoa em termos biográficos (GIDDENS, 2002), pois.

“a identidade ainda supõe a continuidade no tempo e no espaço: mas a auto-identidade é essa continuidade reflexivamente interpretada pelo agente. Isso inclui o componente cognitivo da *pessoa*[*personhood*]. Ser uma “pessoa” não é apenas ser um ator reflexivo, mas ter o conceito de uma pessoa (enquanto aplicável ao eu e aos outros). O que se entende por “pessoa” certamente varia nas diferentes culturas, embora haja elementos dessa noção que são comuns a todas elas. A capacidade de usar “eu” em contextos diferentes, característica de toda cultura conhecida, é o traço mais fundamental das concepções reflexivas da *pessoa*” (p. 54).

Ainda sobre a auto-identidade, Giddens (2002) reitera:

---

<sup>4</sup> Giddens, Anthony. Modernidade e identidade. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. P. 54.

“Os mecanismos de desencaixe invadem o coração da auto-identidade; mas não "esvaziam" o eu: simplesmente removem apoios anteriores em que se fundava a auto-identidade. Melhor: permitem (em princípio) que o eu alcance maior domínio sobre as relações e contextos sociais incorporados reflexivamente na forja da auto-identidade do que era previamente possível (p. 139).

Dependendo da situação relacional, a auto-identidade terá maior ou menor legitimidade que a hetero-identidade, a priori, da relação de força entre os grupos de contato, a exemplo da relação de forças simbólicas. No caso da dominação caracterizada, a hetero-identidade urge como estigmatização dos grupos minoritários, reconhecendo para si uma diferença negativa, o desprezo por si mesmo. O fenômeno da hetero-identidade é frequente entre os dominantes e está ligado a aceitação da imagem de si mesma construída pelos outros (CUCHE, 2002).

A hetero-identidade pode levar a identificações paradoxais: por exemplo, na América Latina, no fim do século XIX e no começo do século XX, os imigrantes sírio-libaneses, em geral cristãos, que fugiam do império Otomano, foram chamados (e continua a sê-lo) de *Turcos*, porque chegavam com um passaporte turco, ao passo que eles não desejavam justamente se reconhecer como turcos. O mesmo acontece com os judeus orientais que emigraram para a América Latina na mesma época (CUCHE, 2002, p. 184).

Os membros de um grupo não estariam definitivamente vinculados à questão cultural do grupo, seriam os próprios membros de um grupo os atribuidores de uma significação a esse vínculo relacional, visto que a identidade se constrói e se reconstrói de forma dinâmica no interior das trocas sociais (BARTH, 1995).

Para Bauman (2005) enquanto a ideia de pertencimento for o seu destino, a ideia de ter uma identidade não ocorrerá, tendo em vista a ocorrência de uma condição sem alternativa. Para o autor, a ideia de uma indentidade passa a ser materializada com base na realização de um tarefa que possa ser repetida vezes e vezes e não por se efetuar uma única tarefa. Em uma época líquido-moderna, presenciamos a fragmentação mal coordenada do mundo em nossa volta, nossas individualidades são fatiadas em uma sucessão de episódios, poucos são capazes de evitar a travessia por mais de uma comunidade de princípios e ideias.

Estar total ou parcialmente “deslocado” em toda parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que algum aspecto da pessoa “se sobressaiam” e sejam vistos por outras como estranhos), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora. Sempre há alguma coisa a se explicar, desculpar, esconder ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claro (BAUMAN, 2005, p. 19).

As identidades são flutuantes, cujas flutuações podem ser por nossa escolha, enquanto outras identidades atribuídas a nós são frutos das pessoas que estão em nossa volta, por isso, a vigilância torna-se constante pela defesa da própria flutuação (BAUMAN, 2005).

A identidade se revela como algo que se inventa e não se descobre, como alvo de um objetivo, como algo que ainda precisa ser construído, lutada e protegida. Nas ciências sociais, a identidade cultural caracteriza-se por sua polissemia e fluidez (CUCHE, 2002).

Para Silva (2011) raciocinar sobre “aquilo que o outro é”, torna-se uma forma de explicar a oposição existente entre os termos “identidade” e “diferença”. Silva reconhece que ambos os termos são auto referenciados e concebidos como entidades independentes, logo

quando digo “sou brasileiro” parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que não são brasileiros. Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido. De certa forma, é exatamente isto que ocorre com nossa identidade de “humanos”. É apenas em circunstâncias muito raras e especiais que precisamos afirmar que “somos humanos” (p. 70).

A identidade e a diferença não são seres da natureza, pertencem a cultura e aos sistemas simbólicos que as compõem, são compreendidas no liame dos sistemas de significação nos quais ganham vida. Ambas, seriam sistemas de significação, feitas de estruturas instáveis que produzem símbolos e discursos que as definem (SILVA, 2011).

Com base nos processos identitários construídos ao longo da história social, Hall (2010, p. 13) nos afirma que

a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

A passagem de uma concepção objetivada e reificada da identidade para outrem, quiçá de uma subjetividade virtualizada da identidade para si, permite-nos o emprego da expressão “identidade pessoal”, para contemplar a dualidade existente no sujeito que é um ser social e ao mesmo tempo um ser pessoal, que advém de uma metamorfose interacionista cotidiana e da própria projeção objetivada das categorias auto imaginadas (DUBAR, 2009).

Tratar de identidade também é uma questão de linguagem. Projetar-se sobre o outro ou identificar-se com o outro é ir além de identificar-se ou ser identificado. A identificação pressupõe uma nomeação de classes, de objetos, categorias, fenômenos, tipos de processos, forma e corpo aos olhos humanos, entre tantas outras formas que ganham sentido. A linguagem não deve ser compreendida como uma rotulação, nem muito menos uma “superestrutura”, ou ainda uma caixa preta pelo sociólogo, ela precisa ser vista como um componente maior que a subjetividade, para que assim, possa servir de mecanismo identificatório do constructo do sujeito (DUBAR, 2009).

Outros contextos podem oportunizar a utilização de palavras identitárias que não se vinculam com as “categorias oficiais”, porém, servem para dar sentido ao “mundo social” por aqueles que habitam nesse mundo e reconhecem a especificidade de colher e dispor sobre as palavras oriundas das suas experiências presentes e passadas, acompanhadas de uma reflexão pessoal (DUBAR, 2009).

### **2.2.1 As Relações de Poder das Identidades**

A rotulação de “valor humano inferior” a um grupo não pertencente, se configura como um tipo de arma pelos grupos que se julgam superiores nas disputas de poder, para assim, manterem a sua superioridade. A imposição de um estigma social pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso, impunha uma autoimagem do mais poderoso sobre o grupo menos poderoso, enfraquecendo e desarmando o grupo menos poderoso. No entanto, quando um grupo não consegue manter seu monopólio das principais fontes de poder de uma sociedade, a capacidade de estigmatizar é diminuída ou até mesmo invertida. Dessa forma, diminuem as disparidades de força, isto é, diminuem as desigualdades do equilíbrio de poder (ELIAS, 2000).

Compreender a mecânica da estigmatização da imagem que cada pessoa faz do seu grupo, entre outros grupos, e do seu próprio status enquanto membro do grupo não é uma tarefa fácil. Os grupos dominantes com elevada superioridade de forças, se veem como coletividades, sendo tal pensamento compartilhado entre aqueles que os integram, por possuírem um carisma grupal característico. Porém, há de se pagar um preço, individualmente, pela participação na superioridade, através da sujeição de sua conduta a padrões de controles de afetos (ELIAS, 2000).

[...] as relações entre grupos são constituídas como relações de poder, isto é, que cada grupo é diferente dos demais e constitui em muitos casos essa diferença com base na exclusão e subordinação dos outros grupos (LACLAU, 2011, p. 55).

O campo é marcado como um local de presença de poder por toda parte, se em um determinado tempo não se queria reconhecê-lo em inúmeras situações, era porque aqueles que exerciam um determinado tipo de poder compactuava com a cumplicidade entre aqueles que não queriam que outros sujeitos vissem o mundo sem a venda da miopia. O círculo do poder se consolidava entre aqueles em que os seus olhos dissolviam o que estava em toda a parte e em parte alguma. Destarte, a luta simbólica entre as classes ocorre em um microcosmo no campo da produção simbólica, a luta interna representa a produção dos próprios interesses,

sendo a partir dela, a exteriorização dos interesses do grupo no campo de produção (BOURDIEU, 2010).

O poder seria uma essência e um atributo, que qualificaria os que o possuem (dominantes), distinguindo-os daqueles sobre os quais exerce (dominados). Mas o poder não tem essência, ele é operatório. Não é atributo, mas relação: a relação de poder é o conjunto das relações de forças, que passa tanto pelas forças dominadas quanto pelas dominantes, ambas constituindo singularidades. “O poder investe (os dominados), passa por eles e através deles, apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que eles os afeta” (DELEUZE, 2005, p. 37).

Segundo Deleuze (2005), o poder para Foucault dar-se pela relação de forças, isto é, toda relação de forças é uma relação de poder. Para tanto, o poder não tem forma, não se estabelece entre formas, não possui significado singular, o poder desenvolve-se em três rubricas, a saber:

O poder não é essencialmente repressivo (já que incita, suscita, produz); ele se exerce antes de se possuir (já que só se possui sob uma forma determinável – classe – e determinada – Estado); passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes (já que passa por todas as forças) (DELEUZE, 2005, p. 79).

Geralmente, não nos perguntamos o que é o poder e de onde ele vem, priorizamos tentar compreender como ele é exercido, sobretudo se considerarmos que a força afeta a capacidade de sua resistência, pois (DELEUZE, 2005, p. 79)

Ao mesmo tempo, é cada força que tem o poder de afetar (outras) e de ser afetada (por outras, novamente), de tal forma que cada força implica relações de poder, e todo campo de forças reparte as forças em função dessas relações e de suas variações. Espontaneidade e receptividade adquirem agora um novo sentido – afetar, ser afetado.

Nesse sentido, as identidades estão sujeitas a vetores e a relações de poder, elas são impostas, são disputadas e envolvem em suas disputas recursos simbólicos e materiais da sociedade. São nas afirmações das identidades e na marcação das diferenças que grupos sociais, assimetricamente definidos, atuam em desejo do acesso privilegiado aos bens sociais (SILVA, 2011). Os sistemas simbólicos são como instrumentos que servem de reconhecimento e de comunicação porque estruturam o poder simbólico, isto é, tratam-se da construção de uma realidade que objetiva estabelecer uma ordem *gnoseológica*. Os sistemas simbólicos cumprem a sua função política no bojo dos instrumentos estruturados e estruturante de comunicação e de conhecimento, pois, com eles, a legitimação e a dominação de uma classe sobre a outra produz a chamada violência simbólica (BOURDIEU, 2010).

Não obstante, as identidades também podem ser vistas nas instituições dominantes, no entanto, para que isso ocorra, os agentes sociais precisam assumir o constructo da internalização (CASTELLS, 1999, p. 23), pois

“não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”.

Segundo Deleuze (2005), ao referir-se sobre a procedência do poder, citando Foucault, esclarece que o poder é mais estratégico que o postulado da propriedade, tais efeitos são visíveis nas disposições, nas manobras, nas táticas, nas técnicas, nos funcionamentos. Trata-se mais de um exercer e menos de um possuir, é um efeito das posições estratégicas e não do privilégio adquirido ou conservado das classes dominantes, define-se pela ausência da homogeneidade e pela presença da singularidade por onde passa.

Fazendo-nos pensar que não se pode separar a identidade e a diferença das relações de poder, Silva (2011, p. 73) acrescenta:

Podemos dizer que onde existe diferenciação, ou seja, identidade e diferença, aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”).

As ideologias de um produto coletivo, quando formuladas por uma classe dominante, servem aos interesses individuais comuns de um grupo. A desmobilização não passa de uma falsa consciência das classes dominantes, tratando-se de uma integração fictícia da sociedade que gera duas segmentações: uma cultura tendenciosa em unir a sociedade baseada em ideias fictícias quando vistas como fator reprodutor de ganhos coletivos e, uma outra cultura, que separa a sociedade, distinguindo na hierarquização, a cultura dominante da subcultura (BOURDIEU, 2010).

[...] o orgulho por encarnar o carisma do grupo e a satisfação de pertencer a ele e de representar um grupo poderoso – e, segundo a equação afetiva do indivíduo, singularmente valioso e humanamente superior – estão funcionalmente ligados à disposição dos membros de se submeterem às obrigações que lhes são impostas pelo fato de pertencerem a esse grupo. Tal como em outros casos, a lógica dos afetos é rígida: a superioridade de forças é equiparada ao mérito humano e este a uma graça especial da natureza ou dos deuses. A satisfação que cada um extrai da participação do carisma do grupo compensa o sacrifício da satisfação pessoal decorrente da submissão às normas grupais (ELIAS, 2000, p. 26).

No âmbito da identidade coletiva, segundo Castells (1999), são os conteúdos simbólicos que determinam, em grande medida, o porquê e o para quê dessa identidade construída. Castells argumenta que “a construção da identidade sempre ocorre em um contexto marcado pela relação de poder”, propondo a partir dessa analogia três formas e origens da construção de identidades, a saber:

*Identidade Legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos; *Identidade de Projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (p. 24).

Quando se trata da constituição de um poder, há de se falar na correlação de sua constituição com um campo de saber. Dito isso, o saber pressupõe, ao mesmo tempo em que se é construído, uma relação de poder. Se o saber consegue entrelaçar o visível e o enunciável, o poder pode ser visto como uma causa pressuposta, entretanto, inversamente, o poder implica o saber como uma bifurcação (força e forma) (DELEUZE, 2005). Seria um erro crer que o saber só aparece nas relações de forças suspensas, isso porque

não há modelo de verdade que não remeta a um tipo de poder, nem saber nem sequer ciência que não exprima ou não implique ato, um poder se exercendo. Todo saber vai de um visível a um enunciável, e inversamente, todavia, não há forma comum totalizante, nem mesmo de conformidade ou de correspondência biunívoca (Deleuze 2005, p. 48).

A forma identitária que permanece dominante, ainda hoje, seria a problemática que reúne um “nós” localizado, organizado em um Estado legítimo ou em um grupo cultural (étnico, nacional ou regional), característico entre aqueles que reivindicam o reconhecimento oficial e ainda, ancorado pela invenção de uma história imemorial, reconstruída de forma mítica, com seus “eus” presentes na cultura e no grupo local (DUBAR, 2009).

### **2.2.2 Território das Identidades**

Para compreender a formação de territórios identitários, torna-se necessário, antes de tudo, compreender o simbolismo empregado ao termo e os fatores que corroboram para a formação dessas identidades. Destarte, é preciso mencionar que diferente da ênfase materialista empregada nos estudos geográficos, a sociologia preocupa-se com a construção

desses territórios a partir das relações sociais e das redes que o estabelecem, usando ainda, a construção das relações de poder (HAESBAERT, 2007).

Haesbaert concebe três definições de território, tais quais, a materialista, a integradora e a idealista. Na visão *materialista*, as relações econômicas revelam-se enquanto modelo explicativo do território. Para tanto, a visão materialista urgiu das manifestações de concepções naturalistas apresentadas nos espaços de exclusividade, nos quais, sujeitos ou grupos sociais buscavam emocionalmente ligar-se a seus territórios restritos, buscando, assim, evitar manifestações de teor agressivo contra eles; na premissa econômica, a ideia de território buscou mostrar que as reivindicações da sociedade dariam aos membros controle e uso dos recursos que necessitariam, teoria esta que caiu por terra diante da visão limitada, visto que o território nem sempre fornece recursos; do ponto de vista jurídico-política, o território seria um espaço dominado por um grupo e legítimo por conter controle político, por isso, fundamentou-se no materialismo do Estado (HAESBAERT, 1997).

A *visão integradora* do território propunha um espaço que engloba as diferentes dimensões sociais, entretanto, torna-se difícil aceitar que um espaço consiga integrar todas as múltiplas dimensões, tais quais, político, econômico e cultural, tendo em vista os vários territórios existentes que coabitam no mesmo espaço. Dessa forma, a visão integradora do território define-se, sobretudo, a partir das relações sociais e das referências embutidas no seu contexto histórico (HAESBAERT, 1997).

Por fim, com a visão de um *território idealista*, podemos ligar a ideia, a uma simbologia e a própria identidade populacional. Nessa visão, o território reforça seu valor simbólico, por isso, o domínio e o controle político competem espaço com a apropriação, seja ela simbólica, afetiva ou mesmo identitária (HAESBAERT, 1997).

Ainda sobre os territórios e as identidades, Haesbaert (2007) completa:

[...] a cultura, a identidade, muitas vezes re-situa os indivíduos em micro ou mesmo mesoespaços (regiões, nações) em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades histórico-sociais e geográficas” (p.92).

Sobre os territórios, a territorialidade dar-se-á pela ênfase a ordem simbólico-cultural, sendo utilizada como estratégia de influenciar e controlar as pessoas e atingir seus recursos. No âmbito político, a territorialização vincula-se à maneira como as pessoas se organizam e usam o seu espaço, sendo o espaço dependente do seu controlador (SACK, 1986). Com efeito, a territorialidade estabelece relações de pertencimento entre o indivíduo e uma sociedade, com o auxílio de mediadores, como no caso das redes que permitem fontes de informações aos pertencentes de uma determinada cultura (RAFFESTIN, 1988). As redes são

responsáveis pela criação de novos territórios, sendo as redes hierárquicas, a fonte de controle identitário no meio social, isto é, além de agir feito uma espécie de dominação, as redes diversificam as incorporações pela sociedade e, conseguem, ainda, atingir as formas de resistência do meio social, contemplando os territórios ao demarcar as resistências (HAESBAERT, 1997).

Segundo Quinquilo (2016) as dimensões socioculturais necessitam ser abordadas nas territorialidades, haja vista questões culturais e hábitos dos indivíduos. Na rede social, os indivíduos compartilham de uma identidade coletiva em uma cultura de eterno movimento, seus símbolos representam a consequência desse processo e, sua cultura, posta como um modelo inovador em padrões de poder (MELUCCI, 1989).

**Quadro 2 - Síntese dos conceitos de territorialidades, território e identidade**

<b>Territorialidade</b>	<b>Território</b>	<b>Identidade</b>
<p>Sack (1986):</p> <p>Influência e controle de recursos;</p> <p>O uso depende de quem a controla;</p> <p>Maneira como se faz o uso da terra;</p> <p>Significado dado ao lugar.</p>	<p>Haesbaert (1997):</p> <p>Relações de poder e controle;</p> <p>Produção de identidade</p> <p>(controle, distinção, separação, nomeação e classificação);</p> <p>Pode ser permanente ou Temporário.</p>	<p>Bauman (2005):</p> <p>Processo em constante construção, influenciado pelos vínculos que conectam as pessoas.</p>
<p>Raffestin (1986):</p> <p>Conjunto de relações estabelecidas;</p> <p>Formado por redes, malhas e nós;</p> <p>Sentimento de pertencimento;</p>	<p>Lefebvre apud Haesbaert (1997):</p> <p>Dominação: valores de troca, uso funcional do território;</p> <p>Apropriação: processo simbólico (tempo e valor de uso);</p> <p>Significado socialmente Construído.</p>	<p>Hall (2006):</p> <p>Identidade trata-se do processo de sentimento de pertencimento a um determinado grupo</p>

**Fonte:** Quinquilo, 2016.

Na construção de uma auto-imagem, a mudança, a negociação e a transformação em função do outro estão presentes no processo identitário. A construção desse processo é referenciada ao outro quando capaz de produzir a aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade no grupo ou no meio social inserido. A identidade, tão logo, pode ser negociada, privando-lhe a essencialidade de um grupo ou de uma pessoa (POLLACK, 1992).

Inicialmente, o território, enquanto campo de estudos, era tendencioso aos desdobramentos que fortaleciam a tese da materialidade, desprezando seu conteúdo subjetivo. A visão subjetiva do território ocorreu, primeiramente, nos estudos antropológicos, os quais vincularam a consciência dos grupos humanos ao local em que habitavam. A partir dos estudos antropológicos envolvidos nas perspectivas das populações tradicionais, o território deixou de ser visto unicamente enquanto área controlada para o usufruto dos recursos que lhes eram naturais, assumindo novos referenciais indissociáveis na criação e recriação de mitos, nos símbolos e na própria definição de território para o grupo (TEIXEIRA, 2008). “De forma renovada é entendido nas ciências sociais, a partir das relações sociais expressas nas formas do poder político, cultural e econômico” (SANTOS; SAQUET, VALE, 2005, p. 13).

Para Bonnemaïson (2002) o território seria o conjunto de lugares hierarquizados, que se conectam a uma rede de itinerários, sobretudo, no interior desse espaço-território, os grupos vivenciam enraizamentos e viagens que fogem do discurso científico e, através do irracional, vive-se uma afetividade e uma subjetividade nas lembranças de ideias e diferenças.

Uma das principais características atribuídas ao conceito de território é que podemos estudá-lo quer seja na sociedade tradicional ou moderna, haja vista que, as identidades individuais e coletivas estão fortemente vinculadas à consciência territorial. Independentemente dos processos desenraizadores, entre grupos culturais, sempre haverá a perspectiva de pertencer a um território, em face às possibilidades mínimas das trocas materiais e espirituais realizadas entre grupos para exercitar a vida (TEIXEIRA, 2008).

No bojo de uma territorialização, na sociedade contemporânea, as forças de produção e reprodução existentes no espaço podem influenciar na identificação de um território.

Neste contexto restará aos grupos sociais - sejam estes culturais, excluídos, ou identitários - resistir e na medida do possível se apropriar de uma certa profundidade espacial para constituírem seus territórios e, quiçá, criar em torno de si uma área de segurança propícia as suas relações cotidianas, afetivas e espirituais (TEIXEIRA, 2008, p. 247).

No território encontramos forças, produções e relações que se interconectam para formar um processo de articulação econômica, política e cultural. Estas dimensões não são

hierarquizadas, por isso, são recíprocas no tempo e no espaço, no entanto, a produção do território, a superestrutura e a estrutura mantem-se condicionadas (SAQUET, 2004).

Na dimensão econômica, sucintamente, o território é discutido como produto da divisão territorial do trabalho; na dimensão política ou jurídico-política, compreende-se o território como um espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado e, na cultural ou simbólico-cultural, o território é visto como um produto de apropriação/valorização simbólica (SANTOS; SAQUET, VALE, 2005, p. 14).

Para Santos et al. (2005), as dimensões econômicas, políticas e culturais urgem das relações sociais através do tempo, tão logo, permite-nos compreender a sua constituição, especialmente as desigualdades e as diferenças. Não obstante, as mudanças e permanências entre os territórios são distintas de uma sociedade para outra, seus conteúdos assumem o formato de um arranjo social para demarcar as suas mudanças e, suas *tessituras*, seus nós e suas redes permanecem presentes durante a constituição territorial (RAFFESTIN, 1993).

Sobre as novas gerações, Santos et. al. (2005) esclarece que as sociedades herdam um território específico, inclusive com suas características, visto que

a cada momento, em função de suas preocupações, a sociedade vê e compreende estas características, seja como atributos/trunfos, seja como obstáculos, diante dos objetivos que ela apreendeu. Assim, cada grupo social pode re-ordenar o território, de acordo com sua lógica de vida (p.14).

O território é produzido e efetivado pelas relações de poder que estão presentes nas relações sociais, sempre se vinculando a dominação e a subordinação do controle nas mais variadas centralidades e temporalidades, isso porque, a construção do território pertence a um processo no qual a apropriação se dá com base em um domínio espacial, criado envolto de relações sociais inclinadas e legitimadas pelo poder, isto é, se existe relações entre os homens, existe um território propício para sua relação, da mesma forma que se se existe relações entre os homens, sempre haverá algum poder entre elas (SAQUET, 2004).

### 3 RECORTE SOCIOLÓGICO DAS MIGRAÇÕES

#### 3.1 CONTEXTO MIGRATÓRIO

A história da humanidade se confunde com a história dos movimentos migratórios. Em diversos momentos da história mundial, encontramos relatos de pessoas e suas motivações explícitas e implícitas. As migrações involuntárias possuem uma parcela significativa no impulso migratório, ainda que realizadas de meio forçado para fins de trabalho, como o caso dos escravos desembarcados no Brasil Colonial (SALADINI, 2011). Em outros quatro momentos diferentes da humanidade, podemos identificar grandes movimentos migratórios:

Aquele pontuado pelas grandes descobertas e pela necessidade de povoamento do Novo Mundo; os anos anteriores e posteriores às duas Grandes Guerras Mundiais; as massas migratórias encaminhadas ao Brasil e, por fim, o contexto moderno da migração para o trabalho sob a perspectiva da globalização econômica (SALADINI, 2011, p. 103).

Para Bücher (1901), as migrações ocorreram durante a história dos povos, há de se falar em tribos inteiras que empurravam e pressionavam unidades coletivas de região para região, das migrações da idade média que se tratavam de classes individuais específicas, tais quais os cavaleiros das cruzadas, os artesãos, comerciantes, além dos servos que procuravam proteção nos muros de uma cidade.

As variadas abordagens e enfoques sobre os deslocamentos populacionais têm servido como base explicativa da nossa história. Às interpretações à luz das expressões migração e migrantes apontam diferentes perspectivas quanto aos deslocamentos de homens, mulheres e crianças. A partir de uma perspectiva macroestrutural, apreendem-se como fruto desses deslocamentos as determinações econômicas e políticas, neste sentido, as razões que explicariam tais deslocamentos não fazem parte das experiências de vida daqueles que se deslocam, sendo incompreensível tal fenômeno quando não estudado para além dos sujeitos que se deslocam. Poder-se-ia, ainda, pensar na mobilidade humana a partir de outras determinações que possam responder as questões e os problemas sutis e menos visíveis que ocasionam os deslocamentos, para tanto, entraria em cena a subjetividade, os sonhos e as utopias de grupos e indivíduos (PAIVA, 2013).

Algumas tendências possibilitam a caracterização das migrações, Maia (2003, p. 76) destaca as seguintes:

i) Existe uma relação entre o tipo de migração e a distância física e, por isso, as mesmas podem ser consideradas de curta e de longa distância. A maior parte dos imigrantes provém

de espaços situados a pequenas distâncias dos centros urbanos, havendo assim uma relação inversa entre o seu número e a distância: à medida que esta aumenta, o número de migrantes diminui.

ii) As migrações não se efetuam necessariamente de forma direta de um espaço para outro, podendo fazer-se por etapas, ainda que tendam para os grandes centros urbanos.

iii) Os fluxos migratórios promovem, com maior ou menor intensidade, refluxos, ou seja, movimentos contrários àqueles que os caracterizam.

iv) As mulheres migram mais do que os homens em distâncias curtas e, por sua vez, os homens mais do que as mulheres em distâncias longas.

v) A maior parte dos migrantes são adultos, sendo que as famílias se afastam pouco dos seus locais de origem.

vi) As migrações campo/cidade afetam sobretudo a mão-de-obra não qualificada.

Independente do sentido que dermos as migrações quer sejam internas ou externas, os elementos tempo e espaço condicionam explicações, uma vez que a mudança de um espaço para outro contribui para a alteração do tamanho e da composição da população de origem e do espaço de acolhimento (MAIA, 2003).

De acordo com Marinucci (2011), no caso das migrações, a dimensão cognitiva está frequentemente relacionada com a questão do “sentido”, isso porque

por vezes, o migrante, no decorrer de sua jornada, é obrigado a rever seu projeto migratório, repensar seus objetivos, redimensionar suas expectativas. Nesta situação, a demanda por “sentido” significa a necessidade de receber uma palavra que possa justificar as decepções e as crises do presente, abrindo as portas para a esperança em relação ao futuro. Buscam-se orientações perenéticas e doutrinas que ofereçam conforto e novo alento (p.70).

Migrar é marchar pela sobrevivência, uma forma de fugir de guerras, catástrofes naturais, de buscar por novas transformações substanciais no campo político, campo esse que pode motivar a saída da sua terra e incorporá-lo noutra (SUESS, 2010).

Com base no modelo histórico-estrutural, inicialmente utilizado para analisar os deslocamentos rural-urbanos, Soares (2002) conceitua as migrações como um fenômeno social no qual o estudo deverá estar voltado para os indivíduos de determinado grupo socioeconômico, pois, segundo o autor, o ato de migrar não estaria ligado ao ato soberano ou pelas escolhas individuais, mas pelas estruturas societárias geograficamente delimitadas.

Para Bourdieu (*apud* SAYAD, 1991), a migração é um fenômeno sociológico dada a sociabilidade em que se opera. Tão logo nos expõe

[...] Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do mesmo, nem totalmente do lado do outro [...] e situa-se nesse lugar bastardo de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social. Deslocado, no sentido de

incongruente e de importuno, ele suscita o embaraço; e a dificuldade que se experimenta em pensá-lo – até na ciência, que muitas vezes adota, sem sabê-lo, os pressupostos ou as omissões da visão oficial – apenas reproduz o embaraço que sua inexistência incômoda cria (p.11).

Sobre a questão do incômodo provocado pelo migrante à sociedade receptora, Bourdieu (*apud* SAYAD, 1991, p.11) reitera:

Incômodo em todo lugar e que doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora, ele obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação ou a nacionalidade. Presença ausente, ele nos obriga a questionar não só as reações de rejeição, que ao considerar o Estado com uma expressão da Nação, justificam-se pretendendo fundar a cidadania na comunidade de língua e de cultura (quando não de raça), como também a generosidade assimilacionista que, confiante em que o Estado, armado com uma educação, saberá produzir a Nação, poderia dissimular um chauvinismo do universal. Entre as mãos de semelhante analista, o imigrante funciona, como podemos notar, como um extraordinário analista das regiões mais obscuras do inconsciente.

A imigração representa uma dupla contradição. Não seria mais possível dizer que a migração corresponde a um estado provisório que se prolonga indefinidamente, ou se a imigração estaria em um estado mais duradouro e que, no entanto, preservaria um intenso sentimento de provisoriedade (Sayad, 1998).

Essa contradição fundamental, que parece ser constituída da própria condição do imigrante, impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse “provisório” possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse “definitivo” jamais seja anunciado como tal (SAYAD, 1998, p. 46).

Ennes (2011) aborda o fenômeno da migração como um movimento que tem como objetivo deslocar pessoas de seus locais de origem para outros locais. O autor pontua que o migrante se desloca em busca de melhores condições de vida, ou pelas oportunidades de trabalho, em especial. Destaca, ainda, como ponto de relevância deste fenômeno, a conservação das relações entre o migrante com as pessoas deixadas para trás, fisicamente; o contato e o conhecimento com as pessoas do local de destino e a continuidade do movimento migratório no local de destino.

Gallo (2011) nos revela que o movimento migratório não deve ser visto de forma polarizada, unidirecional e linear, isso porque, o migrante vive em um constante sistema de referências, ainda que contraditórias, de sua terra natal ao destino final. Sua afirmação fundamenta-se nos laços de amizade, de parentesco e de pertencimento, assim como nas suposições quanto aos hábitos e condutas do seu destino que, de imediato, não são partilhados. Para Suess (2010), a palavra migração propõe algo negativo e positivo ao mesmo tempo, seria o deslocamento forçado por causa de penúria e opressão que daria a qualidade

negativa a palavra, enquanto que a opção cultural (nomadismo) ou a busca de progresso por parte do migrante, imprime seu caráter positivista. A migração ainda pode conter várias causas e vários nomes, é o caso da expulsão “forçada”, quer seja legal ou ilegal, ou ainda o “êxodo”, cujo deslocamento por motivos religiosos, culturais, sociais e psicológicos, deve-se a motivos mais ou menos voluntários (SUESS, 2010).

Quanto à questão da integração entre migrantes, é necessário compreender como eles se diferenciam, de onde vêm, quais características tinham os seus espaços de origem, quais são e como se dão os fluxos comunicacionais, de que forma seu espaço de origem se diferencia do espaço de acolhimento. Há imigrantes próximos a cidade que interagem a longa data e que não consideram haver mais a imigração devido aos processos que o tempo foi modificando. Imigrantes de áreas mais afastadas, dentro de um espaço de influência, não mantêm fluxos cotidianos, seus contatos são de caráter esporádico (MAIA, 2003).

Com a presença do imigrante em um determinado local, urge novos conhecimentos e percepções do mundo, o campo dos valores e da tradição cultural da sociedade hospedeira passa a ser oxigenada pela diversidade e diferença, criando-se um ambiente propício à pluralidade e a tolerância. Suas contribuições culturais podem até ser incorporadas pelos receptores, entretanto, podem ser avaliadas como algo negativo na perspectiva de uma invasão cultural na ótica dos padrões de referências da sociedade receptora que hierarquiza valores e padrões de conduta, levando a desqualificação dos saberes, dos hábitos e dos costumes desses imigrantes (PAIVA, 2013).

Para se fixar na nova terra, é preciso criar o seu próprio território, assim, a materialização das necessidades de recriação de uma paisagem a partir das lembranças da sociedade de origem, vão desenhando esse novo território, mantendo vínculos de pertencimento entre a terra natal e entre os próprios migrantes. As escolas, bairros, festas, igrejas, lojas, entre tantos outros territórios simbólicos, são construídos pelos migrantes para sobreviverem em território de outrem (PAIVA, 2013).

Os territórios da migração se constituem enquanto ação-reação na constante disputa por inserção, pertencimento e visibilidade nos contextos urbanos ou rurais. São totalidades complexas que se constroem sobrepondo-se e ocultando outros sujeitos, outras sociabilidades, outros territórios. Por vezes são compreendidos como *intrusos* pela sociedade de recepção, dado que adensam e materializam a presença do outro, do estrangeiro, do invasor, daqueles que portam costumes, hábitos e culturas singulares, incômodas ou *perigosas*. (PAIVA, 2013, p. 23).

Ainda segundo Paiva (2013) o território das migrações compreende as relações econômicas, sociais, culturais, históricas, ambientais e políticas que se conectam com outros territórios e tempos sociais. Tem o poder de adensar as camadas do tempo; supõe

características singulares, apesar de híbridos; pode resultar de uma ordem material e concreta, como as relações econômicas, ou pela necessidade intangível das relações sociais, dos elos de pertencimento, das necessidades da cultura.

Campos e Vasconcelos (2011, p. 14-15), seis dimensões são consideradas fundamentais para a compreensão dos processos de mudança inerentes ao percurso migratório, a saber:

i) Sócio-demográficos: características do migrante como sexo, escolaridade, estado civil, idade, local de nascimento e classe social.

ii) Percurso Migratório: identificação dos motivos dos movimentos, com quem morava antes de e com quem mora atualmente. Pessoas que influenciaram na decisão de migrar. Com quem migrou, quantas vezes migrou, por onde passou. Dificuldades que enfrentou, como resolveu essas dificuldades. Sentimento em relação à migração.

iii) Mudanças pessoais, convicções e valores: sofrimentos enfrentados no processo de migração. Como supera os sofrimentos, de quem recebe ajuda. Os valores que traz do local de origem. Valores que mudaram, valores que permanecem. Mudanças vividas no processo.

iv) Religiosidade e fé: religião que pertencia antes de migrar, religião atual. Houve mudança de religião? se sim, por quê? Causas da mudança de religião. Participação na igreja, função da religião no percurso migratório.

v) Redes sociais e integração: Organização da viagem, relacionamento com amigos e parentes no local para onde migrou. Relacionamento com a família no local de origem, apoio que recebeu durante a mudança, de quem recebeu esse apoio, relações e contatos que ajudaram ou que foram obstáculos no percurso migratório e na inserção no local de chegada.

vi) Trabalho, renda e remessa: ocupação no lugar de origem, ocupação no lugar atual. Situação financeira no lugar de origem e atual. Gastos no lugar de origem e atual, renda individual, renda familiar, relação com o dinheiro.

O processo migratório não deve ser reduzido, para efeito de análise, a uma decisão individual, mas considerado, sobretudo, a partir de motivações coletivas, pelo desejo de uma vida melhor (DURHAN, 1973).

A emigração pode ser uma aventura difícil por causa do enfrentamento de situações ameaçadoras nas áreas de atração, geralmente cidades. Daí a importância das redes sociais construídas pelos migrantes, como uma estratégia de sobrevivência existencial, social e cultural, capazes de refazer laços de pertencimento entre pessoas de lugares separados por longas ou curtas distâncias, tanto hoje como no passado (MATOS 2012, p. 8).

Quanto aos motivos que levam a imigração, os questionamentos são recorrentes e não exaustivos, para Justos (2006), por exemplo,

além do tradicional argumento neoclássico de comportamento maximizador de utilidade intertemporal do migrante, outros argumentos têm sido considerados. Forte suporte teórico e empírico existe para relevância de variáveis como idade, educação,

raça, status do emprego, pobreza, histórico familiar e a expectativa de renda entre outros. De modo geral, as características pessoais condicionam de forma importante à decisão de migrar. Ao lado destas, atributos locacionais, amenidades naturais e sociais parecem atuar sobre tal decisão (p.13).

Os processos migratórios desencadeiam valores que são incorporados pelos atores envolvidos no fenômeno, modificando tanto as histórias individuais quanto as histórias coletivas. Os costumes, as ideias e as práticas sociais são alterados, novos valores passam a ser identificados, há de se falar no predomínio de novas situações impostas pela cultura que recebe o migrante (MAIA, 2013).

### 3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DAS MIGRAÇÕES

A expansão econômica, como grande consumidora de imigração, sempre atraiu mão-de-obra imigrante permanente e numerosa. Com efeito, emanando dos horizontes políticos e sociais, durante décadas, as proclamações e declarações do patronato, dos partidos políticos e dos sindicatos de esquerda, afirmavam que, quando não indispensáveis, o corpo de imigrantes era necessário para a economia. Essas afirmações postas durante a história das migrações serviram para fortalecer a imagem de que os imigrantes possuíam um lugar durável na sociedade, inclusive conferindo-os o direito de permanecerem como imigrantes. Mas, apesar da importância atribuída ao seu trabalho, permaneciam à margem da sociedade e localizados na parte inferior da hierarquia social. Sua presença era vista como um risco quanto aos aspectos demográficos, um “custo social” que as nações acolhedoras não queriam pagar (SAYAD, 1998).

Ao tomarem consciência do seu papel na expansão econômica, o desfecho da trajetória imigrante desembocou na habitualidade reivindicatória, muitas vezes extremada, pelo direito a sua existência plena, não mais aceitando os direitos parcialmente conferidos enquanto trabalhador. Ao ultrapassarem os limites que a eles tinham sido outorgados, em certa medida, deixaram de parecer a definição que a eles e deles se dava. Não obstante, urgem reivindicações em busca de direitos de nacionalidade, político, acordos de mão-de-obra, convenções bilaterais que envolvessem os países de emigração, as condições de entrada, estadia e de trabalho. “Imigração e imigrantes só têm sentido e razão de ser se o quadro duplo erigido com o fim de contabilizar os “custos” e os “lucros” apresentar um saldo positivo idealmente, a imigração deveria compor apenas “vantagens” e, no limite, nenhum “custo”. Como maximizar as “vantagens” (SAYAD, 1998, p. 50). Essa formulação, ao mesmo que contribui para a história do fenômeno das migrações, revela uma função objetiva da

regulamentação aplicada aos imigrantes que visava “maximizar” vantagens, principalmente econômicas e reduzir o custo econômico e social imposta pela presença desses imigrantes (SAYAD, 1998), afinal

um imigrante só tem razão de ser no modo provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem uma razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele (SAYAD, 1998, p. 55).

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, uma força de trabalho que pode estar em trânsito, ser provisória, temporária. Mesmo se residir durante toda a sua vida no novo país, continuará sendo um trabalhador definido como provisório, que pode ser revogável a qualquer momento. A condição de ser que lhe reconhece é a autorização que lhe sujeita ao trabalho. O trabalho é o seu “nascer para a vida”, com ele, o imigrante nasce e o faz existir da mesma forma que determina sua “morte”. O trabalho que o condiciona no papel de imigrante não é qualquer trabalho, é um trabalho no “mercado de trabalho para imigrantes”, e da mesma forma que esse imigrante surge para esse mercado de trabalho, desaparece quando esse mercado deixa de existir (SAYAD, 1998).

Baeninger (2012) corrobora com a visão de que os movimentos migratórios apresentam características diferentes em cada época, como resposta as etapas econômicas sofridas pelo país. Segundo a autora, embora a migração seja definida como uma mudança de residência, também existe o envolvimento de sentidos, direções, causas e consequências variadas, que acabam determinando o tipo de movimento migratório.

Com efeito, o fenômeno das migrações não pode ser desvinculado da concentração do capital, isso porque, como propôs Marx, as duas esferas constituem o mesmo processo de acumulação do capital, tratando-se de uma condição *sine qua non* do desenvolvimento (LUXEMBURG, 1984).

Existe uma tendência da sociedade receptora em aceitar os migrantes apenas como força de trabalho, no entanto, as migrações tendem a subverter esse sentido tão redutor de potencialidades imposto pela sociedade receptora aos “forasteiros”. Dessa forma, os migrantes vão criando descompassos quanto às expectativas dos receptores, ao modificar, por vezes, a sociedade acolhedora (PAIVA, 2013).

Várias são as razões que levam homens, mulheres e crianças ao deslocamento, entretanto, as econômicas ainda são as mais determinantes no processo migratório. Entre os anos de 1980 e 1990, os exemplos da crise econômica, a inflação, o fracasso dos planos governamentais de estabilização da moeda e do desemprego, são enunciados que corroboram com essa tese. É preciso considerar outras realidades socioeconômicas e a variedade no perfil

dos migrantes, dentro das fronteiras nacionais, para melhor compreensão da ocorrência de tais deslocamentos (PAIVA, 2013).

Ao produzir as características de longa duração e/ou definitiva, a migração teria seu caráter econômico e social, entretanto, ao surgir os problemas de integração entre os migrantes e a etnicidade, estaríamos diante do fenômeno político (TOMÁS, 2017).

É neste domínio que surge o campo político da imigração de que fazem parte os direitos de cidadania, os programas, os projetos e as políticas de integração social, a mobilização da organização coletiva dos imigrantes, a participação eleitoral, as políticas no âmbito da inter-religiosidade entre outros (TOMÁS, 2017, p. 473).

Outras formas mais sutis de migrações econômicas podem ser identificadas na mudança de profissão ou do ramo de trabalho, o que sugeri uma readequação do indivíduo no campo econômico, como a mudança do setor industrial para o de serviço pela oferta de emprego em outra localidade. Além disso, o desemprego duradouro pode alterar a condição de vida de uma família, provocando o deslocamento migratório também entre as classes sociais. Assim, as razões econômicas derivam de outros níveis de migrações como as espaciais, culturais, identitárias e profissionais (PAIVA, 2013).

A pobreza urge como principal motivação migratória entre os trabalhadores. A ausência de rendimento que compatibilize a própria subsistência ou a subsistência da sua família induziria movimentos que cruzam os deslocamentos para além do seu próprio Estado. “O fenômeno migratório não é um produto deste século, mulheres e homens abandonaram suas terras de origem, buscando trabalho em outros lugares, desde o aparecimento do sistema de trabalho remunerado” (CUNHA, 1998, p. 498).

### 3.3 IMIGRAÇÕES NO BRASIL

A ocupação do território brasileiro, desde a colônia, dependeu da constante mobilidade da população, que se deu de forma gradual e com os diferentes ciclos econômicos que o Brasil passou. No atendimento do eixo da economia exportadora, grandes fluxos de mão-de-obra são movimentados e condicionados pelo tráfico negreiro. Após ganhar um caráter mais diversificado, o amplo leque de implicações migratórias conduz a compreensão da história social e a caracterização diversificadora da população brasileira, pois “o fato de procurar conhecer melhor como foi e o que são as imigrações leva a tratar, simultânea e complementarmente, da urbanização da sociedade e do modo como a população vem

ocupando espaços urbanos”<sup>5</sup>.

Para Balán (1974) entre o século XIX e o século XX, a migração estrangeira foi a grande impulsionadora das transformações sociais que ocorreram durante esse período no Brasil, o autor classifica as migrações como: i) migrações escravocrata, cujos trabalhadores eram vistos como mercadorias, a ênfase a essa classificação se dá as colonizações em novas áreas e pequenas; ii) migrações de mão-de-obra subvencionada a prover colonos; iii) migrações livre, sem intervenção do Estado e de companhias; iv) migrações nacionais, cuja mão-de-obra cresceu nas primeiras décadas do século XX, adentrando nos espaços deixados pela mão de obra estrangeira; v) migrações lentas e de curta duração voltadas para a agropecuária, tanto no Sudeste como no Nordeste e no Norte – no Sudeste os novos imigrantes substituíram os ex escravos que foram abolidos dos cafezais, no Norte e no Nordeste, as migrações vão surgindo a partir da queda na produção da borracha.

Durante suas diferentes etapas de desenvolvimento econômico, o expressivo contingente populacional que surgiu das migrações internacionais, foi responsável pela ocupação do território brasileiro e, conseqüentemente, da formação da sociedade. Cabe nesse aspecto salientar que os processos econômicos, sociais e políticos estiveram imbricados em nossa história migratória, assim como na redistribuição e na transformação da estrutura do país (SINGER, 1976).

Quando classificados em termos teóricos-metodológicos, a migração é apresentada como algo estruturante, dada as modalidades migratórias dela recorrente, além disso, ao definir modalidades migratórias, a migração passa a ser melhor compreendida com a apresentação das suas condicionantes, seus impactos, vínculos, sua localização, a abrangência, direção e o sentido. Quando na reconstrução do fenômeno migratório é posta uma tipologia, ficamos frente às especificidades e as características que contextualizam e reconceitualizam o fenômeno social (BAENINGER, 2012).

A emigração pode ser uma aventura difícil por causa do enfrentamento de situações ameaçadoras nas áreas de atração, geralmente cidades. Daí a importância das redes sociais construídas pelos migrantes, como uma estratégia de sobrevivência existencial, social e cultural, capazes de refazer laços de pertencimento entre pessoas de lugares separados por longas ou curtas distâncias, tanto hoje como no passado (MATOS 2012, p. 8).

Na década de 30, o Brasil concebe acontecimentos responsáveis por mudar parte da nossa história migratória. Os novos caminhos da cultura, da política e da economia

---

<sup>5</sup> DORNELAS, 2011, p. 32.

transmutam o novo contexto nacional. Diante das possibilidades de enfrentamento da crise cafeeira, a reorientação da política imigratória para uma política migratória, fez-se necessário. Distante de sanar em curto prazo a matriz da economia nacional (cafeicultura), por outra erigida gradativamente (industrialização), o país deparou-se com uma dispersão de trabalhadores nas lavouras do sudeste que fora suprida, em sua maioria, por trabalhadores nordestinos. Não obstante, o decreto de nº 19.842 do “Governo Provisório”, em 1930, serviu de legislação defensiva, limitando a entrada de estrangeiros no Brasil, diminuindo, assim, a desordem econômica, o desemprego e a insegurança social (PAIVA, 2013).

Com a ruptura política e com a crise econômica de 1929, somados a revolução que ocorreu em 1930, a economia nacional entrou em uma nova etapa. Na implantação do modelo econômico primário, o Brasil tornou-se um exportador e viu-se crescer para fora, crescimento contrário ao seu período industrial, fase em que forças centrípetas conduziram o crescimento interno. Com o excedente da acumulação cafeeira, investidos nos centros urbanos e industriais, a partir de 1930, novos padrões sociais são implantados com a urbanização, aqui se resguarda a integração econômica que agiu, ao mesmo tempo, como integrador e desenvolvedor do mercado nacional (CANO, 1977).

Entre a década de 60 e a década de 70, o país ainda vivenciou o chamado “milagre econômico”, nesse período, as grandes cidades respondem em forma de maturação, seu desenvolvimento urbano-industrial. Naquele momento, tanto as migrações curtas como as de longa duração seguiam rumo as cidades “desenvolvimentistas”. Para o sudeste, a redistribuição espacial ficou caracterizada como centrípeta, enquanto que a caracterização centrífuga ficou por conta da expansão agrícola (MARTINE E CAMARGO, 1970).

Para Oliveira & Oliveira (2011), no Brasil, as últimas décadas do século XX foram marcadas por uma profusão de estudos migratórios, com investigações de caráter empírico e restritas a subespaços nacionais, relegando a produção teórica naquele recorte temporal.

Desde as últimas décadas do século XX, o fenômeno da mobilidade populacional tem apresentado transformações em seu comportamento, tanto no Brasil, quanto em outras partes do mundo. De acordo com Justos (2006), atualmente, vivemos uma conjuntura diferente daquela verificada em décadas passadas, convencendo-nos a analisar a imigração como produto da nova realidade econômica brasileira.

Com efeito, a forte presença da iniciativa privada nos vários setores da economia contribuiu para mudanças na oferta por mão-de-obra em termos locais e valorização de características observáveis, a exemplo, a experiência adquirida na carreira profissional e a

educação adquirida. “Mudanças estas que podem ter levado a um padrão do perfil dos imigrantes diferentes entre o início das últimas décadas do século passado e o início da primeira década deste século”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> JUSTOS, 2006, p. 15.

#### 4 IDENTIDADE E IMIGRAÇÃO

Na ocorrência da imigração, a construção da identidade dos indivíduos já se encontra sedimentada, valores como os sociomoraes que imperam na comunidade, a territorialização e, o universo familiar, entre outros, são reprodutores de referenciais apreendidos em um período específico da vida do indivíduo, são os efeitos da socialização primária (MAIA, 2003).

Na visão de Ennes e Marcon (2014) os processos identitários são envolvidos por alguns parâmetros que necessitam ser estabelecidos e analisados para uma melhor compreensão. Dentre eles, o processo de construção de uma identidade envolve: i) a articulação dos atores sociais de algum modo com um grupo; ii) disputas de pertencimento ou não a determinados grupos e seus motivos; iii) elementos como os morais e normativos que atuam como reguladores dos atores sociais nas interações pelo que disputam; iv) os contextos sociais e históricos que são produzidos e que contribuem para a produção de identidades. Tais parâmetros tornam-se necessários por compreender as discussões sobre as identidades como resultados dos desdobramentos e dos debates em um contexto mais amplo a respeito da noção de sujeito.

As políticas de imigração difundidas nos séculos XX e XXI, no que se refere as concepções e ações que integram o imigrante, privilegiam e valorizam a diversidade cultural. Com efeito, as tensões, contradições e as ambivalências originadas pelas migrações internacionais, servem para explicar e dar sentido as incorporações e operacionalizações de políticas constituídas a partir da diferença produzida pelos imigrantes (ENNES, 2014).

Para Marinucci (2011) a perda dos referenciais identitários dos migrantes é fruto do deslocamento geográfico, assim como, a multiplicidade dos efeitos negativos e patológicos das eventuais situações de crises, com abrangência para aqueles que não se relacionam diretamente com o deslocamento. Com efeito, mudanças como à procura por novos referenciais, novos relacionamentos e novas respostas, estão ligadas ao afastamento de pessoas significativas para esses migrantes.

A composição identitária dos migrantes deve-se a circunstâncias da vida, a biografia, a classe social, eles são o que se tornam, herdam o “ser” e o “vir a ser” (SUESS, 2010). De acordo com Suess (2010, p. 174)

“[...] os migrantes são herdeiros de sua identidade e construtores dessa identidade na trajetória de sua migração e ao longo de sua vida. Generalizando, pode-se afirmar: somos o que nos tornamos e o que a cultura, a classe social, a biografia, as contingências da vida e a criatividade nos permitiram ser”.

A partir de uma visão articulada, os migrantes são protagonistas enquanto sujeitos de sua própria história, são veiculadores e promotores de interculturalidade e de desenvolvimento, são agentes de transformação social (CAMPOS; VASCOCELOS, 2011).

A condição de diferente é uma das formas de materialização da identidade migrante, por isso, sua permanência no novo local depende da preponderância entre o seu local de origem e o local de destino. A migração exige do migrante uma constante luta pela adaptação, visto que apesar de fisicamente presente no novo local, suas lembranças, seus hábitos e seus costumes dificultam sua integração perante os demais integrantes (DALL GALLO, 2010).

Segundo Ortiz e Padilla (2014) a identidade dos migrantes estaria ligada a algumas pertencas, para melhor compreendê-las, os autores propõem a explanação desse universo em três distinções: “i) a identidade geopolítica (nacional, local e estrangeira); ii) a auto-identidade (como os migrantes definem a si mesmos); e iii) a identidade social (qual sua percepção sobre como os outros os consideram)”<sup>7</sup>.

Na busca por novos espaços, o indivíduo encontrará micro territorialidades e desvendará nessas novas micro territorialidades os costumes, os hábitos e tradições singulares. As micro territorialidades são evidenciadas pelas experiências intensas, pelos costumes e hábitos transmitidos geração após geração, um reconhecimento que se dá tanto pelos “de fora” quanto pelos “de dentro” (HOLZER, 2014; ARAÚJO, 2016).

De acordo com Ortiz & Padilla (2014) as identidades dos migrantes além de individuais, também podem ser coletivas, estas por sua vez implicam com maior ênfase nos níveis referenciais dos migrantes, das suas experiências e dos referenciais comuns, tais quais os comportamentos, os valores, a classe social, a etnicidade, etc. A identidade coletiva teria o poder de influenciar nas identidades individuais dos imigrantes, para tanto, seria útil considerar suas três dimensões (ORTIZ; PADILLA, 2014, p. 141), a saber:

A partilha de características comuns entre os membros de um determinado grupo, a auto-representação como entidade coletiva e a representação externa que outros fazem dos membros do grupo, para assim refletir sobre as características partilhadas pelos jovens, como se representam ou vêem a si próprios, e como são percebidos pelos outros. Consequentemente, o processo de formação das identidades envolve processos individuais e coletivos e ambos permitem uma melhor compreensão do fenômeno como um todo.

O imigrante também é um emigrante, pela própria lógica do movimento migratório, seu itinerário consiste em um “emigrante de lá” e do “imigrante aqui”. Essa dupla

---

<sup>7</sup> Ortiz e Padilla, 2014, p.142.

dimensão em que se desenrola o movimento de emigração e imigração corresponde ao fato coletivo e ao individual, da mesma forma que constitui as trajetórias e as experiências individuais de cada imigrante, o que denominam emigrantes lá, em outra sociedade, chamamos de imigração por aqui, nessa ordem cronológica (SAYAD, 1998).

A explanação desse contexto migratório também pode ser compreendido como um modelo de identificação. Em contextos identitários, quando utilizamos os termos migração e emigração para rotular o mesmo indivíduo, estamos diante de duas faces de uma mesma realidade, como apontou Sayad (1998, p. 14):

Como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou não tiver sido definitivamente esquecido como tal – e, mesmo assim, isto ainda não é absolutamente certo, pois o emigrante pode ser esquecido como tal pela sociedade da emigração mais facilmente e antes mesmo que tenha deixado de ser chamado com o nome de imigrante.

Sayad (1998) ainda reitera sobre o processo identitário do imigrante:

De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa. Dessa forma, ele se arvora o direito de desconhecer tudo o que antecede esse momento e esse nascimento (p.16).

A presença do imigrante também pode ser vista como a presença de um estrangeiro, cuja percepção remete a ilusão deles estarem associados a uma presença provisória. Esta ilusão governa a justificativa pelo princípio de que o trabalho subordina a presença daquele imigrante, cujo álibi perderá sua razão pelo desfazimento das relações de trabalho (SAYAD, 1998).

Não obstante, Ennes (2016) nos mostra que a imigração funciona como um fator de produção de diversidade, isso porque, o imigrante ao chegar em seu local-destino passa a ser intitulado como estrangeiro, forasteiro, um indivíduo que não compartilha da mesma origem, sua história é outra, não faz parte do mesmo Estado Nacional, entretanto, foram essas atribuições postas ao imigrante que consciente ou inconscientemente, contrastaram com o processo de formação das identidades nacionais.

Nas múltiplas concepções sobre o sujeito, no século XX, as discussões sobre a identidade engendraram pelo campo político (nação de pertencimento e classe) e pelos discursos de classificação (grupos sociais, raciais, étnicos, etc). Porém, as atribuições identitárias aparentaram dimensões de fragilidade, dada as reivindicações particularistas e as contestações que imprimiam uma série de rotulações. “De certo modo, tal debate resultou na possibilidade de visibilidade política e teórica de novos sujeitos sociais, de novas demandas,

de novos direitos, e desestabilizou uma forma ordenada e tangível de vermos o mundo, pulverizando, interesses e multiplicando singularidades” (ENNES; MARCON, 2014, p. 285).

Com o surgimento de novas problematizações a partir do século XX, tanto dentro quanto fora da academia, o estudo sobre as identidades passou a ser referenciado aos aspectos fenomênicos que até então eram estudados como uso de outros termos, tais como a cultura, tradição, costume, entre outros. No mesmo sentido, o uso indiscriminado da ideia de identidade fez com o fenômeno se reduzisse a características de grupo social ou grupo cultural. Na atualidade, observamos que o tempo identidade dar forma e justifica a valorização de culturas locais, legitima grupos sociais, valoriza as diferenças culturais e comportamentais (ENNES; MARCON, 2014).

Ainda sobre o uso do termo identidade nos processos socioculturais, Ennes e Marcon reiteram (2014, p. 285):

Podemos verificar que há uma confusão recorrente quanto ao uso da palavra identidade para nos referirmos a processos socioculturais que seriam descritos mais acertadamente se fossem empregados outros termos ou conceitos como, entre outros, costume, cultura ou grupo social. Tudo passou então a ser positivamente chamado de identidade, o que, na realidade, mais confunde do que informa ou explica, e pouco contribui para a análise e compreensão de novas formas de coerção e transgressão sociais como fenômenos culturais e políticos.

Sem dúvida, surgem novos discursos sobre a imigração, discursos chamados de apaixonados, que não tratam dos outros, da alteridade, mas da identidade do eu, um discurso pelo mais de si, reflexos da aderência parcial ou total a uma lei imigratória.

Correlativamente, a aceitação da existência do imigrante está condicionada a existência da imigração, em outras palavras, somente é possível falar de um universo natural quando naturalmente se compreende as reservas da mesma condição. As especificações pelas quais se define e se identifica o imigrante são encontradas no estatuto político, o princípio gerador, dada a condição do “não-nacional” que o exclui do campo político. No fundo, o entendimento que temos da nossa ordem social e política parte das “percepções coletivas”, onde estas discursões sobre a atualização da definição do imigrante (SAYAD, 1998).

A construção dessa identidade tem sempre um lado individual e outro grupal. As normas universais são socialidades com comportamentos particulares nas identidades grupais, a reciprocidade de direito permite a partilha entre o universal e o particular. Contudo, é preciso lembrar que no interior de um grupo sociocultural existem diferentes identidades, observáveis no gênero, de idade, de origem, de morador, de migrante (SUESS, 2010).

Ainda sobre a construção da identidade do imigrante, Suess (2010, p. 174) realça:

A identidade de grupos e indivíduos precisa da categoria do “outro”, que não faz parte de um grupo estranho ou estrangeiro, mas de um grupo diferente e igual,

próximo e distante ao mesmo tempo. A identidade é construída não em contraste com a não identidade, mas em contraste com a alteridade. A identidade dos migrantes tem como contraste a identidade dos não migrantes, dos cidadãos do país que os recebe, a identidade do micro-organismo de operários e vizinhos com os quais convivem.

De acordo com Cuche (2002), por estar ligada a necessidade de mão-de-obra, os imigrantes eram definidos como “trabalhadores estrangeiros”, dadas as questões que giravam em torno do trabalho “racionalizado”, perdurando a característica de movimento temporário até 1974, descobrindo-se, desde então, o aspecto durável da imigração, pois os imigrantes não voltavam para casa, apesar da crise de empregos. A partir de então, toma-se consciência que a imigração de trabalho transmutou-se em imigração da população e reunião de famílias.

Do ponto de vista cultural, a expressão “cultura dos imigrantes” remete quase sempre a cultura de seu país de origem, “esta é uma maneira sutil de negar a particularidade cultural dos imigrantes em relação a seus compatriotas que ficaram em seu país, uma forma também de fechá-los em uma identidade imutável” (CUCHE, 2002, p. 228).

Quando pensamos em cultura, pensamos nos costumes e na produção simbólica produzida por uma sociedade, criando conexões com a moral, a economia e a política. A noção de cultura no âmbito da produção é resultante das relações sociais, implica em disputas, ambivalências e contradições. Para melhor compreendermos o conceito de cultura, torna-se necessário o desapego dela como propriedade de um determinado grupo, aplicando-se o olhar sobre movimento, as relações e à produção material e simbólica (ENNES; MARCON, 2014).

Nesse sentido, a cultura do imigrante é concebida como uma cultura reificada, um dado preexistente a qualquer forma de relação social. Um erro decorrente de uma série de confusões, a exemplo dos significados atribuídos a “cultura de origem” e a cultura nacional. Em geral, o raciocínio feito sobre a cultura do país é como se ela fosse única, ao passo que as nações deixaram de serem culturas homogêneas. Além disso, deixa-se de analisar a especificidade de cada grupo de emigrantes pertencentes ao mesmo país, bem como, não se analisa a relação de cada imigrante com a cultura nacional de seu país antes da sua instalação no país-destino (CUCHE, 2002).

Outro erro sequencial, da noção cultural do imigrante, refere-se à cultura nacional de origem, pois, geralmente é definida implicitamente como uma cultura imutável, ou então, como uma cultura que fracamente evolui. Entretanto, os países de origem dos imigrantes são geralmente detentores de profundas mudanças que abrangem o campo econômico, social e conseqüentemente, cultural (CUCHE, 2002, p. 229).

O imigrante não pode ser então o representante da cultura de seu país nem mesmo de sua comunidade particular original, pois se encontra fora da evolução (sobretudo

cultural) do país e de sua comunidade. Apesar de seus esforços para continuarem fiéis a sua cultura, os imigrantes estão sempre defasados da cultura que se estabelece depois de sua partida (CUCHE, 2002, p. 229).

Desde o momento em que os imigrantes se fixam com suas famílias no país que os recebe, todas as dimensões da sua existência passam a serem consideradas, rompendo com as analogias de que os imigrantes não passam de uma força suplementar de trabalho. Por manifestarem certas particularidades, as populações de imigrantes despertam nos poderes públicos preocupações sobre como inseri-los na vida local e nacional do país acolhedor. Tais medidas dizem respeito à constatação da cultura do imigrante ser depreciada, dominada no conjunto da sociedade acolhedora, uma cultura que não é mais uma cultura (CUCHE, 2002).

Para Ennes (2014) o paradigma da integração do imigrante pode ser encontrado no gerenciamento da diversidade cultural que eles próprio produz. Mesmo que as repressões e restrições contra o imigrante tenha crescido, ainda que ele esteja legalizado, resta buscar outros meios para que se garanta a coesão social em um país que esteja fadado a diferenças e visões de mundo contrárias.

Ao encarar o novo e o diferente, o migrante se depara com a negociação sociocultural, “re-significa sua cultura e aprende no dia a dia das dificuldades de inserção social a reescrever a sua história e a re-significar a sua identidade”<sup>8</sup>. A relevância em estudar os processos das identidades migratórias, está em esclarecer os motivos que levariam o migrante a hábitos ou denominações, a abandonar ou aderir crenças (RIBEIRO, 2016).

---

<sup>8</sup> RIBEIRO, 2016, p. 22.

## 5 IMIGRAÇÃO COREANA NO BRASIL

No fim do século XIX, a península coreana começa a receber as agressivas investidas do Japão. Com a assinatura do tratado Kanghwa, em 1876, entre Coréia e Japão, os portos coreanos são abertos ao comércio japonês. A partir daí, as crescentes demandas japonesas pelo arroz, produto tradicional da agricultura coreana, base da alimentação local, contribui para o surgimento da crise agrária que, as severas secas ocorridas na Coréia entre 1876 a 1877 e 1888 a 1889, afetaram a próspera região de Chõlla (SILVA, 2016).

Sem conseguir controlar o próprio território, o rei Kojong, em 1894, solicita ajuda a China. Ao saber do feito, o Japão intervém na negociação entre a Coréia e a China, dessa intervenção, surge a Guerra Sino-Japonesa com duração entre 1894 a 1895. Desse embate, o Japão sai vencedor e, como primeira medida protetiva sobre a Coréia, o Japão afasta o rei Kojong do poder, alicerçando em sua primeira medida, o início da modernização que a Coréia viria a sofrer (SILVA, 2016).

Tão logo, sob a influência nipônica, surge a reforma *Kabo*, cujas medidas tinham como propósito: i) reorganizar a administração pública, criando-se pastas para a educação, comércio exterior, comércio local, agricultura e a indústria, além disso, houve uma reforma fiscal e o exército passou a ignorar a origem social de quem se alistava; ii) com a reforma política, a tortura foi proibida e o judiciário tornou-se autônomo; iii) com a reforma social, o sistema de estratificação foi abolido e o trabalho escravo passou a ser proibido, obrigatoriamente, os homens passaram a usar cabelos curtos, o uso de vestimentas que indicassem a origem social foram proibidas, os casamentos passaram a ter um limite etário, os nobres letrados foram proibidos de fumar seus cachimbos característicos, incluindo os *Kat*, tradicionais chapéus feito com a cauda dos cavalos; iv) a moeda japonesa, o *yen*, tornou-se o meio de troca, um marco para o Estado coreano que não cunhava moeda; v) por fim, a reforma do ensino foi conhecida por aceitar pessoas potencialmente talentosas, independente da sua origem social (SILVA, 2016).

Com a colonização advinda do Japão, a Coreia começa a passar por profundas transformações, principalmente, pelo impacto cultural advindo do seu colonizador. Em sua primeira grande transformação, em 1930 a produção agrícola e têxtil perde espaço para a industrialização local de bens relacionados à indústria da guerra (CASTRO, 2006).

Do complexo parque industrial erigido na península pelo Japão, pouco sobreviveria à descolonização e à Guerra da Coreia. O mesmo pode ser afirmado com respeito à infraestrutura física implantada pela metrópole. Mas isto não deve, de modo algum, ser encarado como evidência da insignificância do legado colonial, pois a

experiência colonial teria desempenhado papéis cruciais: i) ventilar uma ordem estamental confucionista estanque, que até então havia falhado em se autorreformular; ii) modernizar deveras o arcabouço institucional daquela economia; e iii) impingir drásticas e dolorosas mudanças à vida cotidiana, material, cultural e intelectual do país (SILVA, 2016, p. 189).

O novo Estado colonial proposto pelo Japão, na Coreia, mantinha as firmas e os investimentos necessários para a industrialização em troca da estabilidade política para essas firmas. Após dez anos, a colaboração firmada entre o Estado japonês e as *Zaibatsus* resultava na produção industrial em grande escala, equiparando-se a produção rural, que ainda se destacava, até aquele momento, como modelo de produção nacional (CASTRO, 2006).

Cabe aqui ressaltar que, por trás desses números de crescimento industrial, encontrava-se uma experiência colonial tão dolorosa que muitos coreanos gostariam de poder apagá-la de sua memória. A extensão de repressão do Estado (com vários massacres de cidadãos coreanos) é bem documentada historicamente, assim como a obrigação de recusa da identidade coreana nacional, a da língua, além de outras terríveis práticas [...] foram as pressões sociais criadas nesse processo que estão por trás da eclosão da Guerra Civil Coreana (CASTRO, 2006, p. 73).

A herança do período colonial, após a Segunda Guerra Mundial, foi sentida como “agitações econômicas”, sociais e militares que relacionavam-se aos aspectos culturais predominantes durante a dominação japonesa. Sem dúvida, a divisão do território coreano em 1948 foi o maior impacto sofrido pelos coreanos. Com a divisão do território, a Coreia do Sul se viu frente a vários dilemas: a perda da indústria pesada, da maior parte dos depósitos de carvão, a redução drástica da capacidade energética que se agravou com a repatriação de técnicos e gerentes, as pressões inflacionárias e a divisão e disposição dos bens e das propriedades pertencentes aos japoneses como uma questão econômica e social (CASTRO, 2006).

Assim, se a sociedade que emergiria da II Guerra já era razoavelmente igualitária (já que guerras possuem o mérito de serem democráticas, destruindo a riqueza de todos), a reforma agrária implementada após 1945 e a posterior Guerra Civil vivida no país lançaram as bases para um modelo de desenvolvimento com igualdade de renda – igualdade esta que politicamente era muito conveniente para evitar o avanço do comunismo no país (CASTRO, 2006, p. 75).

A trajetória dos sul coreano para o Brasil inicia-se, em princípio, sob o caráter oficial e experimental, por um grupo constituído de 92 civis e 11 militares que em dezembro de 1962 desembarcaram no Porto de Santos, em São Paulo, deixando para trás um país marcado pela pobreza e pela ditadura militar (CHI, 2016). Frente aos novos processos migratórios destinados ao Brasil, encontramos deslocamentos direcionados a região Sul do país e ao Estado de São Paulo entre o século XIX e o século XX. Embora estejam presentes em várias Estados do Brasil, a cidade de São Paulo prevaleceu durante a história dessa imigração, como a Capital com maior número de concentração de coreanos. Na década de 90, por exemplo, o

histórico da imigração coreana no Brasil e seus descendentes, em dados oficiais, registravam mais de 40 mil coreanos (CHOI, 1996).

Sobre as motivações que levaram os coreanos a deslocarem-se para o Brasil, Choi (1996) explica:

Tendo sido colônia do Japão, entre 1910 e 1945, a Coréia iniciou seu processo de modernização posteriormente, bem como o processo de emigração. Na realidade, só após a Guerra da Coréia (1950-1953) e, sobretudo, depois da Revolução Militar (1961), foi que os governantes adotaram uma política emigratória no país, visando diminuir a concentração demográfica e os conflitos sociais frequentes (p. 234).

A imigração dos sul coreano para o Brasil objetivava à época, e as que se sucederam, o estabelecimento dos imigrantes no ramo da agricultura, em fazendas e nas terras remotas que possibilitavam o plantio da agricultura de subsistência (CHI, 2016).

Nos anos 60, a desistência da vida no campo passa a marcar o início dos percursos internos no país: a maioria dos imigrantes sul coreanos decidem realizar um novo caminho em direção às cidades, aos grandes centros urbanos, tendo em vista que as dificuldades encontradas no campo, principalmente pela aderência aos métodos rústicos de trabalho, não condiziam ao seu nível instrucional (CHOI, 2011).

[...] Formou-se o primeiro enclave de coreanos na cidade de São Paulo na região do *Glicério*, onde podiam contar com a ajuda de alguns coreanos que haviam chegado ao Brasil junto com a colônia Japonesa e de outros ex prisioneiros de guerra que haviam escolhido o Brasil para morar depois de serem banidos da terra natal. Além disso, o bairro da liberdade era a fonte de informações, com jornais e revistas em japonês em circulação, pois a maioria dos imigrantes coreanos eram fluente em japonês por causa da educação que tinham recebido na época da dominação japonesa sobre a Coreia (CHI, 2016, p. 84).

Durante os primeiros anos do estabelecimento no Brasil, alguns coreanos tornaram-se pequenos empresários nas mais diversas atividades comerciais. As confecções iniciadas em 1965 que enfatizavam a produção de agasalhos e blusas, foram responsáveis pela empregabilidade de outros coreanos, como no caso da colônia estudada por Choi, no Bom Retiro, onde a empregabilidade chegou a 60% entre os integrantes da colônia. Outro apontamento feito por Choi em seus estudos, cujo merece destaque, referiu-se a provável mudança de ascensão profissional entre os coreanos, visto que, boa parte deles, trabalhavam em prol do objetivo de um dia possuírem a sua própria confecção (CHOI, 2011).

Segundo o autor CHI (2016), a ilegalidade também esteve presente na aurora migratória dos coreanos para o Brasil, como podemos observar:

Muitos desses ilegais chegavam via terrestre através dos países vizinhos como Paraguai e Bolívia, que tinham entrada facilitada para coreanos. Desde os meados dos anos 70, os coreanos que viajavam até o Paraguai seguiam para o Brasil como imigrantes ilegais, ou obtinham o visto de permanência mediante pagamento para morar e trabalhar temporariamente enquanto esperavam por uma oportunidade de obter o visto brasileiro e atravessar as fronteiras (p. 85).

Sobre a presença dos imigrantes coreanos ilegais na década de 70, “a presença dos imigrantes ilegais na década de 70 está na base do sucesso econômico dos coreanos no ramo da confecção, pois eles forneciam a preço baixo o que costumavam em casa, nas oficinas caseiras e clandestinas, corroborando com a mão de obra barata”<sup>9</sup>.

A imigração coreana foi constantemente motivada pela busca da riqueza e não teve causas relacionadas diretamente com eventos traumáticos e pontuais [...] o que fez com que a colônia coreana visse o fluxo contínuo de entradas e saídas de migrantes durante toda sua existência, de acordo com a circunstâncias econômicas de cada país<sup>10</sup>.

Nesse sentido, a emigração Coréia-Brasil, partiu da iniciativa dos civis e não dos incentivos dos seus governantes, entretanto, o governo aprovou e apoiou o movimento emigratório, promulgando a primeira Lei de Emigração Coreana, em 15 de março de 1962. “Antes mesmo da chegada da primeira leva de imigrantes coreanos ao Brasil, em 12 de fevereiro de 1963, aqui já residiam alguns coreanos, que vieram na qualidade de japoneses naturalizados ou fugitivos da Guerra Civil Coreana (CHOI, 1996, 234).

Tanto o Brasil quanto a Coréia são exemplos de países que desenvolveram a industrialização tardia. Enquanto o Brasil impulsionava a indústria a partir de 1930, a Coréia iniciava seu processo de industrialização a partir da década de 50. Outras semelhanças entre fatos ocorridos no Brasil e na Coréia podem ser observadas no golpe militar que ambos sofreram na década de 60, na produção e exportação agrícola em seu marco histórico inicial, ambos são países capitalistas (CASTRO, 2006).

Á época do seu estabelecimento, os primeiros imigrantes coreanos precisavam atender a uma das exigências do governo brasileiro que era a residência na zona rural, na condição de agricultores. Os primeiros coreanos eram ex-militares, pertencentes a classe média e alta na Coréia, moravam em centros urbanos, possuíam alto grau de instrução, eram comerciantes experientes (CHOI, 1996).

O alto grau de instrução desses comerciantes era reflexo dos grandes investimentos destinados à educação coreana após a segunda guerra mundial, principalmente entre os anos de 1945 e 1960, quando ocorreu aumento no número de universitário naquele país, de 8.000 mil para mais de 100 mil, além da redução entre os considerados analfabetos que de 78% em 1945, reduziram para 28% em 1960 (SUH, 1992).

Em função das dificuldades, não se adaptaram à vida no campo, apesar dos subsídios do governo coreano. Após três anos de tentativas frustradas de viver no campo, em média, cerca de 90% deles se transferiram para a cidade de São Paulo que, na época, os atraía, pelo crescimento industrial (CHOI, 1996, p. 235).

---

<sup>9</sup> CHI, 2016, p. 85.

<sup>10</sup> CHI, 2016, p. 86.

A cidade de São Paulo foi a grande responsável pelo estabelecimento das primeiras colônias de coreanos no país, nesta cidade, os coreanos também fortaleceram o campo profissional, principalmente o empresarial, em diversas atividades econômicas. Quer seja direta ou indiretamente, os imigrantes passaram a exercer atividades ligadas ao comércio, como no caso das confecções que eram fabricadas e vendidas pelos próprios coreanos no varejo e no atacado. Na época, a capital recebia imigrantes de vários lugares, regiões, países, em tese, a cidade poderia oferecer melhores condições de vida que o campo (CHOI, 1996, 2016).

De acordo com os estudos de Choi (1996), as fases da imigração coreana no Brasil podem ser explicadas conforme o quadro abaixo:

**Quadro 3 - Fases da história da imigração coreana**

Fases	Marco Temporal	Caracterização da Fase
Primeiro Período	1910 – 1956	Denominamos de fase pré-imigratória, quando entraram no Brasil, além de um número desconhecido de coreanos naturalizados japoneses, entre 1910-1945, 50 fugitivos de guerra, em 1956. Esses dois casos ocorreram devido a tragédia da história da Coreia e tornaram-se a força absoluta para adaptação dos imigrantes coreanos que vieram depois. Com o final da Guerra em 1953, alguns capturados pelas tropas da ONU não quiseram voltar para a sua terra de origem e tampouco permanecer na Coreia do Sul, devido ao choque durante a Guerra. Eles abandonaram a nacionalidade coreana e foram para a Índia, país neutro. Após dois anos de estada na Índia, o Brasil ofereceu-lhe para acolher os ex prisioneiros que, ao desembarcarem no aeroporto do Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1956, cantaram o hino nacional brasileiro.
Segundo Período	1962	Fase de imigração semioficial, em que 14 membros da Primeira Delegação Cultural, ligada a Companhia de Promoção de Cooperação entre Brasil e Coreia, chegaram para estabelecer as formas de trazer mais coreanos.
		Fase de imigração oficial, quando se registrou a entrada de mais de 1.300 coreanos, em 5 levadas de agricultores,

Terceiro Período	1963 – 1971	que entre 1963 e 1966 vieram de navio. Em 1971 chegaram de avião 1.400 técnicos, contratados através da Companhia Oficial de Desenvolvimento da Coreia no Exterior.
Quarto Período	1972-1980	Fase clandestina, anos marcados pela entrada de grande número de imigrantes clandestinos, vindos através de outros países a América do Sul, como Paraguai, Bolívia e Argentina.
Quinto Período	1980 em diante	Período da “imigração em cadeia”, isto é, a vinda de imigrantes coreanos realizada como resposta a convites recebidos por parte de familiares.

**Fonte:** Adaptação de CHOI, 1996, p. 234-235.

Em 1972, o Brasil dificultou o interesse dos coreanos em emigrar para o país. O governo brasileiro adotou tamanha medida, tendo em vista que (SHOI, 1996, p. 236)

na segunda metade da década de setenta, a onda migratória de coreanos em direção ao Brasil, via Paraguai e Uruguai, coincidiu com outra onda a de Sul Americanos, em razão do estreitamento das relações entre os referidos países e dos problemas políticos gerados pelos regimes autoritários. O grande número de clandestinos chamou a atenção do governo brasileiro, que temia a presença de subversivos.

Em contrapartida a medida do governo brasileiro, principalmente pelo estremecimento nas relações diplomáticas, o governo coreano decide em maio de 1977, impor barreiras à emigração para a América Latina, tamanho feito estimava resolver os problemas causados pelos coreanos clandestino no país de destino, as disputas por eles criadas no país destino e impedir a formação de uma imagem negativa do país aos latino-americanos. Os resultados do feito dessa medida foram sentidos na considerável diminuição dos fluxos migratórios e dos desencontros e separações de muitas famílias (SHOI, 1999).

O Brasil é reconhecido por uma forte tradição histórica quanto à receptividade de imigrantes no país. Foram os imigrantes de diversas nações que contribuíram para a formação cultural e social do país. Outrora, italianos, alemães, japoneses, portugueses e espanhóis contribuíram para o crescimento da colonização, na contemporaneidade, observamos intensas migrações em múltiplas direções (LIMA; SILVA, 2017). Entre elas, estão os fluxos direcionado a imigração coreana, como podemos observar em seus registros de permanên-

cia<sup>11</sup>, temporário<sup>12</sup> e provisório<sup>13</sup>.

De acordo com a Nova Lei da Imigração, Lei nº. 13.445 de maio de 2017, o art. 127 da referida Lei, observa os critérios para que o imigrante obtenha autorização para residir no país, cujos pedidos serão endereçados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, recepcionados pelo Ministério do Trabalho. Segundo a Lei nº 13.445, o imigrante deverá cumprir alguns critério para que seja concedida sua autorização de residência, a saber: i) em pesquisa, ensino, ou extensão acadêmica; II) em trabalho ou oferta de trabalho; iii) na realização de investimento; iv) na realização de atividade de relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural; v) na prática de atividade religiosa; vi) no serviço voluntário.

Sobre os registros de coreanos permanentes no Brasil, o Departamento da Polícia Federal (DPF) nos apresenta alguns dados que refletem a realidade nacional, conforme demonstramos na tabela abaixo:

**Tabela 1: Número de estrangeiros registrados como permanentes, segundo o país de origem, por ano de entrada, Brasil, 2000-2014**

País de Origem	Antes de 2000	Ano de entrada														
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Coreia do Sul	760	210	289	282	261	238	354	445	435	460	317	587	675	473	391	419

**Fonte:** Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (SINCRE), 2015.

Segundo os dados apresentados na tabela acima, antes dos nos 2000, 760 Sul Coreanos possuíam o registro permanente no Brasil. Os três primeiros anos da primeira década do século XXI, já era maior que todos os pedidos que antecederam os anos 2000. Tanto na primeira década, quanto nos quatro primeiros anos da segunda década, nenhum dos registros dos pedidos daqueles estrangeiros permanentes, foram inferiores aos registros iniciais de cada início da década. Na primeira década, o ano de 2008 correspondeu ao maior número de coreanos permanentes no país, durante todo o período, em 2011 ocorre o maior registro.

<sup>11</sup> Pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece definitivamente no Brasil, de acordo com a Lei. 13.445 de imigração.

<sup>12</sup> Pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporariamente no Brasil, de acordo com a Lei. 13.445 de imigração.

<sup>13</sup> Solicitante de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida, de acordo com a Leiº 13.445 de imigração.

Quando a classificação dos coreanos permanentes registrados por sexo, os dados são apresentados na tabela abaixo:

**Tabela 2: Número de estrangeiros registrados como permanentes, segundo o país de origem, por sexo e ano de entrada, Brasil, 2000-2014**

País de Origem	2000			2001			2002			2003			2004		
	Total	Homens	Mulheres												
Coreia do Sul	210	101	109	289	156	133	282	141	141	261	121	140	238	113	125
	2005			2006			2007			2008			2009		
	Total	Homens	Mulheres												
	354	183	171	445	230	215	435	239	196	460	237	223	317	154	163
	2010			2011			2012			2013			2014		
	Total	Homens	Mulheres												
	587	307	280	675	359	316	473	261	212	391	210	181	419	233	186

**Fonte:** Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (SINCRE), 2015

Para iniciar a análise da tabela acima, faz-se necessário informar os registros por sexo que antecedem os anos 2000 e que não estão na tabela anterior, tão logo, assim são postos: foram 389 homens registrados e 371 mulheres. Na primeira década do século XXI, os registros masculinos foram maiores em 2000, 2001, 2005, 2006, 2007 e 2008; em 2003, 2004 e 2009, as mulheres representaram o maior número de registros; em 2002, observamos um empate entre eles. De todo o período, o maior número de homens registrados foi em 2011, enquanto que o maior número de mulheres registradas também ocorreu em 2011.

Além dessas informações, torna-se importante analisar o comportamento dos registros realizados quanto a faixa etária do grupo de permanentes, para melhor entendermos a dinâmica do seu funcionamento. Dessa forma, recorreremos aos registros por “ano de entrada” dos coreanos no Brasil para construir a tabela que informamos logo abaixo:

**Tabela 3: Número de estrangeiros registrados como permanentes, segundo grupo de idade, por ano de entrada, Brasil, 2000-2014**

Grupos de Idade	Ano de Entrada															
	Antes de 2000	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
0  -- 15	1719	1232	1463	1560	1457	1710	1699	1724	1857	2418	1792	2197	2321	2079	1848	1898
15  -- 25	2412	962	1058	1380	1445	2514	3424	2161	2870	5761	3513	4041	4710	4189	2695	2582
25  --40	12795	4397	5252	5779	5509	6665	7402	7034	7614	10212	8253	9496	12636	12666	11326	11288
40  -- 65	13728	2614	2986	3596	3697	4187	4805	5229	5411	6041	5227	5885	6581	6909	6429	6251
65  --	5232	275	280	418	510	588	668	710	712	792	742	685	698	684	616	765

**Fonte:** Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (SINCRE), 2015.

Nesta tabela, chama-nos atenção um maior número de coreanos nos grupos de idades que antecedem o ano de 2000, que não foram citadas nas tabelas anteriores. Essa diferença é justificada pelo modelo de construção dos dados, cuja interpretação da tabela acima, leva em consideração o registro com base no ano de entrada dos coreanos no Brasil.

Dessa forma, os dados nos confirmam que os mais interessados em fixar “raízes” no Brasil seria o grupo de idades entre 25 e 40 anos, a partir de 2000, como podemos destacar durante os 15 anos de registros. Além disso, esse mesmo perfil apresentou crescimento quanto ao número de solicitações de permanência no país, ocorrendo uma leve queda, apenas, entre os pedidos de 2013 e 2014. Destacamos o perfil de idade acima de 65 anos, como o grupo com menor solicitação.

Quanto as solicitações que antecedem o ano 2000, encontramos o inverso dessa análise. O grupo de idade entre 40 e 65 anos, foi o grupo que mais solicitou a permanência no país, enquanto que o grupo com menor registro é identificado entre aqueles que apresentaram idade entre 15 e 25 anos. De fato, percebemos uma mudança de interesses entre o perfil de geração.

Quanto aos registros dos coreanos temporários, estes por sua vez, representam uma oscilação dos pedidos durante o período de 2000 a 2014. A soma de todos os pedidos que antecederam os anos 2000, representavam um número bem menor que os pedidos realizados os anos 2000, com crescimentos mais expressivos em 2012, 2013 e 2014, como podemos identificar na tabela abaixo:

**Tabela 4: Número de estrangeiros registrados como temporários, segundo país de nascimento, por ano de entrada, Brasil, 2000-2014**

País de Origem	Ano de Entrada															
	Antes de 2000	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Coreia do Sul	11	97	156	141	133	96	176	289	251	161	139	227	605	1180	1166	1644

**Fonte:** Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (SINCRE), 2015.

Quanto aos registros por sexo e ano de entrada dos coreanos no Brasil, nos registros de temporários, podemos identificar que os homens são maioria, registrando seu maior número em 2014, como podemos observar na tabela abaixo:

**Tabela 5: Número de estrangeiros registrados como temporários, segundo país de nascimento, por sexo e ano de entrada, Brasil, 2000-2014**

País de Origem	2000			2001			2002			2003			2004		
	Total	Homens	Mulheres												
Coreia do Sul	97	79	18	156	132	24	141	111	30	133	106	27	96	66	30
	2005			2006			2007			2008			2009		
	Total	Homens	Mulheres												
	176	141	35	289	220	69	251	191	60	161	115	46	139	99	40
	2010			2011			2012			2013			2014		
	Total	Homens	Mulheres												
	227	170	57	605	525	80	1180	1010	170	1166	979	187	1644	1469	175

**Fonte:** Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (SINCRE), 2015.

Na tabela 5, os registros são bem mais expressivos que os ocorridos antes dos anos 2000, cujo registro geral dos coreanos temporários correspondia a 9 solicitações de homens e duas solicitações de mulheres.

Sobre o quadro de idade entre registros temporários, antes dos anos 2000, não foi registrado nenhum pedido entre o grupo com faixa etária dos 40 aos 65 anos, sendo o menor grupo de solicitantes jovens de até 15 anos, o maior grupo entre adolescentes e fase adulta inicial compreende dos 15 a 25 anos. Entre os anos 2000 a 2014, o maior número de solicitações do grupo de até 15 anos ocorreu no ano de 2007, e seu menor número foi registrado em 2010; do grupo dos 15 até os 25 anos, o maior registro ocorreu em 2014 e o menor registro ocorreu em 2000; do grupo dos 25 aos 40 anos, o maior registro ocorreu em 2014 e seu menor registro em 2000 e 2004; do grupo dos 40 aos 65 anos, o maior registro

foi em 2014 e o menor registro em 2000, 2002 e 2003, sucessivamente. Do grupo cuja idade compõe os 65 anos ou mais, o maior registro ocorreu em 2014, seguido de nenhum em 2001, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, sendo o menor registro ocorrido em 2000, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2013. Os dados podem ser confirmados na tabela abaixo:

Sobre o quadro de idade entre registros temporários, antes dos anos 2000, não foi registrado nenhum pedido entre o grupo com faixa etária dos 40 aos 65 nos, sendo o menor grupo de solicitantes jovens de até 15 anos, o maior grupo entre adolescentes e fase adulta inicial compreende dos 15 a 25 anos. Entre os anos 2000 a 2014, o maior número de solicitações do grupo de até 15 anos ocorreu no ano de 2007, e seu menor número foi registrado em 2010; do grupo dos 15 até os 25 anos, o maior registro ocorreu em 2014 e o menor registro ocorreu em 2000; do grupo dos 25 aos 40 anos, o maior registro ocorreu em 2014 e seu menor registro em 2000 e 2004; do grupo dos 40 aos 65 anos, o maior registro foi em 2014 e o menor registro em 2000, 2002 e 2003, sucessivamente. Do grupo cuja idade compõe os 65 anos ou mais, o maior registro ocorreu em 2014, seguido de nenhum em 2001, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, sendo o menor registro ocorrido em 2000, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2013. Os dados podem ser confirmados na tabela abaixo:

**Tabela 6: Número de estrangeiros registrados como temporários, por grupo de idades e ano e entrada, Brasil, 2000-2014**

Grupo de Idades dos Estrangeiros Temporários da Coreia do Sul						
Anos	Total	0  -- 15	15  -- 25	25  --40	40  -- 65	65  --
Antes de 2000	11	1	5	3	0	2
2000	97	35	34	20	7	1
2001	156	38	77	21	20	0
2002	141	47	57	28	7	2
2003	133	49	52	25	7	0
2004	96	18	42	20	16	0
2005	176	47	85	28	16	0
2006	289	63	100	107	19	0
2007	251	69	125	32	25	0
2008	161	34	67	42	17	1
2009	139	24	71	32	11	1
2010	227	12	54	107	53	1
2011	605	30	78	236	260	1
2012	1180	57	128	474	514	7
2013	1166	59	126	480	500	1
2014	1644	36	136	511	952	9

**Fonte:** Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (SINCRE), 2015.

Quanto aos registros dos estrangeiros provisórios, verificaremos a tabela abaixo:

**Tabela 7: Número de estrangeiros registrados como provisórios, segundo o país de nascimento, por ano de entrada, Brasil, 2000-2014**

Registros Provisórios dos Imigrantes Coreanos por Ano de Entrada no Brasil																
País de Origem	Antes de 2000	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Coreia do Sul	38	6	11	12	11	12	21	24	39	124	17	0	1	0	0	0

**Fonte:** Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (SINCRE), 2015.

Segundo os dados do SINCRE mencionados acima, o maior registro ocorreu no ano de 2008, sendo seu menor registro no ano de 2011. Em 2010, 2012, 2013 e 2014, não foram registrados nenhum coreano na categoria de provisório. Os registros que antecedem o ano de 2000, nos demonstra que 38 registros foram realizados durante os anos antecessores. Vejamos a classificação por sexo:

**Tabela 8: Número de estrangeiros registrados provisórios, segundo o país de nascimento, por sexo e ano de entrada, Brasil, 2000-2014**

País de Origem	2000			2001			2002			2003			2004		
	Total	Homens	Mulheres												
Coreia do Sul	6	2	4	11	7	4	12	8	4	11	3	8	12	8	4
	2005			2006			2007			2008			2009		
	Total	Homens	Mulheres												
	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	17	7	10
	2010			2011			2012			2013			2014		
	Total	Homens	Mulheres												
	550	309	241	713	383	330	605	314	291	420	221	199	0	0	0

**Fonte:** Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (SINCRE), 2015.

Inicialmente, o SINCRE nos informa que do total de 38 registro realizados antes dos anos 2000, 23 foram concedidos a homens e 15 concedidos a mulheres. Entre os anos 2000 e 2014, constatamos que os homens representam a maioria entre essa modalidade de registro, em dados representativos.

No entanto, em alguns momentos, identificamos que as mulheres superaram os registros masculinos, como nos anos de 2000, 2003 e 2009. Nesse mesmo período, não ocorreram registros nos anos de 2005, 2007, 2008 e 2014.

Quanto ao grupo de idades que se refere aos registros provisórios dos coreanos, destacamos as seguintes informações abaixo:

**Tabela 9: Número de estrangeiros registrados como provisórios, segundo o país de nascimento, por grupo de idades e ano de entrada, Brasil, 2000-2014.**

Grupo de Idades dos Estrangeiros Provisórios da Coréia do Sul						
Anos	Total	0  -- 15	15  -- 25	25  --40	40  -- 65	65  --
Antes de 2000	38	0	2	9	22	5
2000	6	0	1	0	3	2
2001	11	2	1	2	4	2
2002	12	0	0	4	5	3
2003	11	0	0	3	5	3
2004	12	0	1	3	6	2
2005	21	0	2	6	9	4
2006	24	1	1	7	11	4
2007	39	2	9	8	15	5
2008	124	8	26	38	40	12
2009	17	2	6	3	4	2
2010	0	0	0	0	0	0
2011	1	0	0	0	1	0
2012	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0

**Fonte:** Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (SINCRE), 2015.

Sobre o quadro de idade entre registros temporários, antes dos anos 2000, não foi registrado nenhum pedido entre o grupo com faixa etária até os 15 anos, sendo o menor grupo de solicitantes jovens e iniciantes da vida adulta que compreendem as idades entre 15 e 25 anos, o maior grupo de idade foi entre os adultos na faixa etária dos 40 aos 65 anos. Entre os anos 2000 e 2014, o maior número de solicitações do grupo de até 15 anos ocorreu no ano de 2008, e seu menor número foi registrado em 2006, seguido de nenhum registro nos anos de 2000, 2002, 2003, 2004, 2005, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014; do grupo dos 15 até os 25 anos, o maior número de registros ocorreu em 2008, seguido pelo menor registro em 2000, 2001, 2004 e 2006, em 2002, 2003 e de 2010 a 2014, não correram registros; do grupo dos 25 até os 40 anos, o maior registro ocorreu em 2008, seguido pelo menor registro em 2001, nos anos 2000 e, 2010 a 2014, não ocorreram registros; do grupo dos 40 aos 65 anos, o maior número de registros ocorreu em 2008, seguido pelo menor registro em 2001, em 2010 e nos anos de 2012 a 2014, não ocorreram registros; do grupo acima dos 65 anos, o maior número de registros ocorreu em 2008, seguido pelo menor número de registro em 2000, 2001, 2004 e 2009; de 2010 a 2014 não ocorreram registros. Apenas os anos de 2007 e 2008 superaram os

registros somados que antecedem o ano 2000. No balanço geral, o menor número de registros aconteceu em 2011, sendo que em 2010, 2012, 2013 e 2014, não ocorreram nenhum registro.

Entre o estado provisório e o estado definitivo da imigração, as circunstâncias oscilam frente à situação em que o migrante se depara. No passado, a forma que se via, com grande frequência os migrantes, era em seu caráter provisório com base em seu direito eminentemente provisório, ao contrário da atualidade, a definição tida como oficial no passado cai por terra, pois o que se observa agora é que os imigrantes são tendenciosos a se instalarem cada vez mais de forma duradoura (SAYAD, 1998).

## 6 ESTUDO DE CASO: UMA CONTRUÇÃO DA IDENTIDADE COREANA

*“O pressuposto tácito de boa parte da literatura sociológica de que as maiorias estão naturalmente ligadas a uma importância maior, nem sempre é confirmado pelos fatos. Os grupos minoritários podem ter uma significação sociológica que ultrapassa em muito sua importância quantitativa. Podemos ver com clareza por quê, [...] uma minoria [...] tem um impacto inteiramente desproporcional a seu número na vida e na imagem de um bairro” (ELIAS, 2000, p. 121).*

### 6.1 ESTUDOS PRECURSORES SOBRE A IMIGRAÇÃO EM SERGIPE

Do ponto de vista sociológico, duas obras serviram de contributivo para o entendimento acerca das imigrações e suas representações identitárias no Estado de Sergipe. A luz desses estudos, identificamos a dissertação de mestrado intitulada “Processos Identitários e a Produção da Presença Chinesa em Aracaju”, do autor Allisson Gomes dos Santos Goes, defendida em 2013, bem como a “Enésima Itália – Dimensões Sociológicas da Migração de Empreendedores de Origem Italiana para o Estado de Sergipe nos Últimos Anos”, do autor André Luiz Santos de Oliveira, sendo essa dissertação de mestrado defendida em 2018. Trabalhos esses que foram desenvolvidos frente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, sendo o trabalho de Goes (2013), oriundo do Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder (GEPPIP/UFS), assim como o fruto desta dissertação.

Na primeira dissertação citada, o autor procura apresentar ao leitor uma compreensão sobre os processos identitários que são produzidos com a presença dos imigrantes chineses na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. Seu estudo está pautado nas migrações internacionais, sob influência do campo econômico, que por sua vez, é tomado como o espaço da produção e da presença dos empresários chineses na cidade e, conseqüentemente, da construção de sua identidade. Segundo o autor, a produção da identidade chinesa repousa nas relações de poder que são percebidas na localização, classificação, hierarquização, contestação e transgressão entre os chineses estudados. Destarte, no campo, o empiricismo possibilitou analisar e construir um retrato das disputas e das tensões que permeiam a produção da identidade chinesa na cidade. Nesse sentido, os resultados obtidos na dissertação do autor Goes (2013), mostram que em Aracaju, a identidade chinesa não possui apenas um sentido, sendo a construção atribuída através das heteronomeações e das autonomeações entre os chineses estudados e pelas nomeações atribuídas pelos brasileiros, em questão, os sergipanos.

Na dissertação do autor André Luiz Santos de Oliveira, seu estudo sociológico apresenta contribuições significativas no âmbito das migrações e seus efeitos para o campo econômico no Estado de Sergipe, cuja demarcação de estudo contempla também Aracaju.

Frente a imigrantes donos do seu próprio negócio, dessa vez italianos, o autor procura apresentar aspectos identitários que ajudam a melhor compreender a identidade italiana no empreendedorismo. Para tanto, o autor realiza uma discussão sobre o quadro político-institucional em que esses italianos estão inseridos, dialogando com a mobilização dos recursos necessários para que os italianos se tonem empreendedores.

Entre os resultados desse trabalho, o autor nos apresenta que o capital econômico representa um ponto que diferencia o perfil financeiro entre aqueles empresários. Além disso, o capital étnico está fortemente presente no modelo de negócios dos empreendedores italianos e que o quadro político, social e econômico da cidade são favoráveis para a mobilização do capital necessário para manter a dinâmica dos empreendimentos.

## 6.2 DESCRIÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Ao utilizar uma pequena unidade social como foco da investigação, pretende-se, com ela, apresentar problemas que podem ser encontrados em outra unidade social diferente e maior. A possibilidade de explorar problemas com uma minúcia considerável, microscopicamente falando, torna útil o estudo de uma pequena unidade na construção de um modelo explicativo que, apresentado em pequena escala, pode figurar como algo que acreditamos ser universal (Elias, 2000).

A construção do Estudo de Caso, aqui proposto, deu-se no campo profissional dos coreanos, ao estudarmos um pequeno grupo de empresário que se estabeleceu na cidade de Aracaju, a partir do ano de 2008. Neste estudo, não procuramos explicar as relações resultantes das diferenças raciais e/ou étnicas que se dão, geralmente, nos estudos sobre os imigrantes, mas da construção identitária e simbólica desses imigrantes na atmosfera que é criada ao entorno da sua profissão nos liames das empresas.

Para tanto, tomamos as empresas que a eles pertencem, como observatório empírico, para construir o nosso objeto de estudo. Sabendo que as relações desse grupo, por um aspecto cultural, são constituídas na atividade profissional e que, no espaço do trabalho, podemos encontrar o mundo simbólico desses imigrantes, nosso “paradigma empírico” debruça-se o olhar sociológico na tentativa de compreender a configuração, as características estruturais, as razões e o funcionamento desse pequeno grupo de imigrantes empresários.

### 6.3 RECONHECENDO O TERRITÓRIO DO ESTUDO

Ao andar pelas ruas do centro comercial de Aracaju, deparei-me com uma nova realidade: o estrangeirismo nunca foi tão presente na cidade. Nas faixadas das lojas encontramos simbolismos estrangeiros; são lojas com o nome em língua inglesa, francesa, italiana, chinesa e Japonesa; outros estabelecimentos com o nome em língua portuguesa, mas que ali são vendidos produtos importados; andamos um pouco mais pelo centro comercial da cidade e, então, em outra loja, em sua entrada, uma caixa de som emite uma música em inglês, nessa loja de origem local, um de seus empregados, caracterizado como um dos personagens da *Disney*, busca atrair quem passa por ali, com aquele *merchandising*.

São 17h, na esquina entre duas ruas movimentadas, uma multidão se aglomera. Em meio ao fluxo intenso de consumidores, trabalhadores e estudantes que caminham em direção ao terminal rodoviário que fica perto dali, ouço uma voz masculina que se dissipa: “ói chinês...tá vendendo coisa barata”, não demora muito, ouço outra voz, ainda mais alta, e dessa vez feminina, cuja senhora por ali passava, apressada como ela própria, olhando rapidamente para o senhor que a acompanhava, falou: “bora passar lá Zé, óia quanta gente no japonês”.

Naquele cenário o “estrangeirismo” pregava uma peça, causava uma confusão e fazia de “dois indivíduos” o não pertencimento dele mesmo. Aquela forma de identificação nos pareceu tratar-se da busca por uma identidade que, para muitos, se traduz nos traços biológicos de um indivíduo, mas que, naquele instante, essa forma de identificação mais causava uma confusão sobre o outro, do que a descrição de quem ele era.

Mas afinal, quem era ele? a resposta veio de um senhor que, com a aparência eufórica, cujos traços em sua linguagem corporal parecia um tanto incomodado com o “chinês” e o “japonês” atribuído aquele homem sério que só movimentava os lábios após ser perguntado sobre o preço dos perfumes que ele vendia e, então, o senhor falou: “...que japonês que nada, que chinês que nada ele é coreano”.

Naquele momento, a fala daquele senhor chamou-me a atenção: como alguém que parecia entender a confusão que se formava a sua volta não se manifestou sobre o que dele se falava. Por que mesmo após ser chamado de “chinês”, “japonês” e coreano ele preferiu se manter no anonimato? curioso com aquela situação, dirijo-me até aquele que, ao meu olhar era apenas um imigrante e, na tentativa de descobrir afinal quem seria ele, observo atentamente aquele mesmo senhor que o chamara de coreano, agora, insistentemente pede para que ele (o imigrante) confirme que ele (o imigrante) é coreano.

Com minha expectativa quase frustrada sobre a identificação daquele imigrante, por aguardar uma confirmação que não vinha, poucos instantes após a última insistência daquele senhor, com um gesto sutil com a cabeça, responde que sim, o coreano. Ao certo, disso tudo, uma coisa me pareceu problemática: a identidade coreana resistia silenciosa na cidade de Aracaju.

Ao que me pareceu, o adjetivo posto como racial ou étnico, como observamos nesse contexto, apresenta-se como um sintomático tanto na sociologia, como para a sociedade em geral. Durante seu emprego, chama-se a atenção para aspectos que são periféricos como a cor da pele e o lado biológico, enquanto desvia-se o olhar sobre aquilo que é central, como os diferenciais de poder que se mantém imperceptíveis e a subjugação por exclusão do grupo na ascensão ao poder, pelo menos, em um primeiro momento (ELIAS, 2000).

Aquele personagem rotulado muitas vezes por “chinês” e “japonês”, tratava-se de um coreano. Um entre outros prováveis que vêm se estabelecendo na cidade, ao longo dos anos, mantendo-se aparentemente no anonimato, nas sombras da sua própria existência, aceitando ser o “outro” para aos poucos conquistar seu espaço, territorializar-se, fortalecer-se.

Instigado pelo fruto sociológico que poderia surgir de um estudo sobre os coreanos, iniciei um observatório sobre aquele imigrante, escrevendo em meu diário de campo, os detalhes dele observados. Após alguns dias de observação, precisamente após o sexto dia e, preocupando-me por já quase acreditar que talvez estivesse enganado com aquele problema sociológico, uma pista me pareceu bastante otimista: um rapaz, pelo menos foi o que me aparentou ser, ao ver sua característica mais jovial que senhoril, com seus traços físicos que se assemelhavam aos daquele coreano que já observava há quase uma semana, após cumprimentá-lo e ser respondido de forma carismática, ajudara na arrumação daqueles perfumes que estavam espalhados em cima de um forro sobre o chão.

Nesse mesmo dia, acompanhando-os como quem, por entre os mesmos lugares apenas passava, finalizando aquele percurso em frente a uma lanchonete que às 13h de um sábado ainda estava aberta, naquela lanchonete eles adentraram. Era um sábado chuvoso e, ao que tudo indicava, esse teria sido o motivo para que sua atividade profissional encerrasse mais cedo, pois se tratando de um sábado e, como se sabe, o comércio é bastante movimentado nesse dia.

Seguindo a esperança de encontrar outros imigrantes que viessem a, junto com aqueles seguidos, compor um grupo de coreanos, resolvo adentrar naquela lanchonete. Ao adentrar na lanchonete, dirijo-me até o balcão. Enquanto espero ser atendido, observo rapidamente a estrutura interna do estabelecimento e não encontro nada fora do nosso comum.

A atendente, então, aproxima-se e, no primeiro momento em que a vejo, percebo uma semelhança em seus traços biológicos com os daqueles coreanos. Entre a espera do salgado que peço e o gole de um suco que a atendente entregou-me antecipadamente, observo aqueles coreanos falando com um senhor que surgiu de repente da cozinha.

Com uma linguagem que para mim não era familiar, a língua coreana que fui descobrir mais tarde, eles conversam; o senhor guarda as coisas daqueles dois, os dois se vão. Enquanto anoto aqueles detalhes em meu diário de campo, uma mulher chega, fala a mesma língua que aquele senhor falou com os dois seguidos. Aquela mesma mulher assume o posto do caixa, ela também possui aqueles mesmos traços biológicos. Entre esses acontecimentos, outros ali estavam, mas aqueles outros não se assemelhavam a esses, aqueles eram brasileiros em um momento de alimentação. Então, lá estava eu, dentro de uma realidade ainda não imaginada: uma lanchonete com salgados feitos para o paladar brasileiro, comprando de coreanos e pagando com a moeda nacional.

Após frequentar aquele estabelecimento por um mês, fiz meu primeiro contato como pesquisador. Utilizei esse tempo como estratégia para criar uma imagem visual entre eles sobre a minha presença. Debruçando-me sobre os estudos da cultura coreana, durante esse tempo, constatei que eles eram bastante receosos, fechados e observadores, por isso, vez ou outra, durante o período de um mês, comparecia naquele estabelecimento para consumir algo e fazer-me lembrado, visualmente presente.

Entre o cumprimento de boa tarde e o pedido de um salgado, desta vez, apresentei-me a atendente como pesquisador e a disse que estava pesquisando sobre os coreanos em Aracaju. Em seguida, comentei para ela que gostaria de conversar com o dono do estabelecimento e, então, ela o chamou. Como lhe é de costume, sua retração sobre a minha proposta de pesquisa, foi aparentemente percebida. Para mostrar que se tratava de um estudante pesquisador, mostrei-lhe meu vínculo institucional e em termos gerais, o que pesquisaria.

Em sua resposta, obtive a promessa de um retorno, uma conversa em outro momento que ele próprio agendara em data e horário pré-definidos. Na data marcada, em uma pequena sala ao fundo daquela lanchonete, o coreano empresário solicita que seja reforçada a “proposta de trabalho”, então, volto a explicar o motivo da minha presença.

Entre meus interesses postos de estudos e as perguntas que por ele eram feitas, correspondia, assim como as minhas eram correspondidas por ele, como a afirmação de que existiam outros empresários coreanos na cidade e que ele os conhecia. Pronto, o objeto de

estudo estava decidido, surgia naquele instante à ideia de um estudo de caso sobre os “coreanos empresários” que se estabeleceram na cidade de Aracaju.

#### 6.4 ATORES SOCIAIS DO ESTUDO

Em todos os Estudos de Casos, observamos personagens que auxiliam na construção e no entendimento do caso. Neste estudo, tomamos como personagens um grupo de empresários coreanos cujos estabelecimentos comerciais estão localizados na cidade de Aracaju. O estudo fundamenta-se na composição do perfil empresarial desses coreanos, mas não descarta a contribuição de outros personagens na construção da identidade empresarial.

Nesse sentido, além dos quatro empresários coreanos estudados, suas esposas e seus filhos também foram incluídos no estudo, como fonte de análise indireta. Ainda indiretamente, foram observadas as relações existentes entre eles e os autóctones, cujo objetivo também identificou a influência cultural entre os grupos, assim como, o que de simbólico pode ser identificado a partir do estabelecimento das relações entre eles.

Em virtude do sigilo exigido pelos empresários em nosso estudo, atribuímos nomes fictícios que são utilizados como identificadores de cada coreano ao longo do estudo de caso. Tão logo, compilamos algumas informações que julgamos interessantes para esse estudo, conforme apresentamos nos quadros abaixo:

**Quadro 4 - Dados da imigração**

Nome do imigrante (nomes atribuídos)	País de Origem	Chegada ao Brasil (ordem)	Estado/Cidade em que morou antes de Sergipe	Idade em que chegou ao Brasil	Ano de chegada em Aracaju	Motivo do deslocamento
Chung-hee	Coréia do Sul	1985	São Paulo Capital	23 anos	2008	Trabalho
Kwan	Coréia do Sul	1997	São Paulo Capital	21 anos	2010	Trabalho
Chin-hwa	Coréia do Sul	2000	São Paulo/Capital	18 anos	2011	Trabalho
Dong-sun	Coréia do Sul	2001	São Paulo/Capital	22 anos	2013	Trabalho

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Em primeiro momento, constatamos uma das afirmações postas pela teoria de Ravestein em 1889, cujo deslocamento entre os imigrantes para longas distâncias são direcionados para grandes centros comerciais, estando o deslocamento atrelado às oportunidades profissionais que podem ser encontradas nesses grandes centros urbanos. A longa distância percorrida pelos imigrantes em tela é representada pela sua partida do país de origem (Coréia do Sul) e seu estabelecimento no Brasil (no Estado de São Paulo).

Além disso, segundo o exemplo do grupo estudado, a primeira migração ocorreu para uma grande cidade, permanecendo nesse mesmo sentido, no segundo ato migratório, corroborando com o pensamento de CHOI e CHI quando estes afirmam que as migrações entre coreanos não são mais direcionadas para o campo.

Outro apontamento sobre a imigração diz respeito à possibilidade de surgir novas migrações, dentro do mesmo país, cujo estabelecimento já ocorreu, inclusive entre os Estados desse país, onde a migração é redirecionada, mas mantida por motivo de trabalho.

Segundo o autor Paiva, “são os homens que, geralmente, iniciam o primeiro passo do ato migratório e constituem a maior parte entre o grupo de integrantes”. Essa afirmação pode ser constatada no quadro abaixo:

**Quadro 5: Dados Pessoais dos Empresários Coreanos**

Nome do Imigrante (nomes atribuídos)	Sexo do Empresário (a)	Casou-se na Coréia	Casou-se no Brasil	Naturalidade do Cônjuge	Grau de Parentesco
Chung-hee	Masculino	Sim	Não	Coreana	Tio do segundo e do terceiro coreano estabelecido
Kwan	Masculino	Sim	Não	Coreana	Sobrinho do primeiro imigrante estabelecido e irmão do segundo imigrante estabelecido.
Chin-hwa	Masculino	Não	Sim	Descendente/nascida no Brasil	Sobrinho do imigrante 1 e irmão do terceiro imigrante estabelecido.
Dong-sun	Masculino	Não	Sim	Descendente/nascida no Brasil.	Sobrinho do primeiro imigrante estabelecido e primo do segundo e do terceiro imigrante estabelecido.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

O fato de o homem ser considerado como responsável pelo ato migratório foi apresentado no quadro acima. Durante a constatação dos dados matrimoniais desses imigrantes, observamos que dois entre os quatro coreanos, casaram-se no país de origem, enquanto que os outros dois, casaram-se no país acolhedor. São os homens que estão à frente da tomada de decisão, cabendo às mulheres, acompanharem suas escolhas.

Dessa forma, podemos afirmar que no caso dos coreanos Chung-hee e Kwan, a decisão migratória partiu deles. Quanto aos coreanos Chin-hwa e Dong-sun, estes migraram sozinhos e servem como exemplos da confirmação de que os naturais e os descendentes constituem laços matrimoniais para manterem a identidade do grupo, a tradição coreana.

Quanto à forma do seu estabelecimento no Brasil, nosso olhar recai sobre o processo de redes. De acordo com os dados apresentados no último quadro acima, o modelo de estabelecimento desse pequeno grupo, seguiu os critérios dos laços familiares e a afinidade dos objetivos profissionais. A vinda do primeiro imigrante foi fundamental para que os demais familiares seguissem o mesmo caminho. Da mesma forma que, aqui, vieram buscar uma nova oportunidade de trabalho.

## 6.5 TRAJETÓRIA IMIGRATÓRIA EM REDES

Os traços que caracterizam a situação da própria história do imigrante só podem ser totalmente compreendidos quando relacionadas à própria história do imigrante. Para tanto, precisamos, ainda, identificar como uma determinada realidade social é construída, pensada e dada em diferentes lugares e momentos. Alguns caminhos podem ser utilizados para responder essa tarefa, caminhos esses que servem como organizadores do apreender, da percepção e apreciação do mundo social (CHARTIER, 2002).

Nesse sentido, encontramos nas redes a construção de uma teoria que repousa nas explicações sobre as motivações que antecedem e compõem a estrutura imigratória, cujas explicações são observáveis nos laços familiares estreitados durante esse processo, na criação, manutenção e vinculação dos laços de amizades e suas extensões (TRUZZI, 2011).

No caso da rede de imigração entre os coreanos, sua estruturação ocorre ao entorno do grupo, tendo como principal agente o membro masculino. Não que as mulheres sejam excluídas desse processo, é que as coreanas deslocam-se acompanhadas por seus pais, irmãos, primos e maridos, quando se trata de um contexto migratório. Aqui, cabe-nos explicar que, antes mesmo de uma análise que alimente o pensamento sobre insegurança ou

vulnerabilidade que recai sobre a mulher, em tela a coreana, antecipamos como resposta que esse aspecto representa um dos elementos culturais do país de origem.

Os coreanos são movidos pela força do trabalho, para eles “o trabalho dignifica o homem”, como bem expressa um de nossos ditados populares. Ao longo da história, os fluxos migratórios de coreanos destinados ao Brasil, *a priori*, sempre ocorreram por força de trabalho. Entre o modelo migratório coreano do passado e o modelo migratório atual, algumas diferenças e semelhanças podem ser encontradas, para tanto, observemos o relato abaixo:

“...Um irmão meu tinha vindo pra cá, ele dizia que aqui era melhor, ganhava mais [...] ele primeiro veio só, depois trouxe a mulher e o filho [...] acho que dois anos depois ele trouxe a esposa e filho [...] ele veio trabalhar em uma empresa aqui que também era de lá [...] aí meu irmão conseguiu um trabalho aqui e eu vim [...] mas eu vim com a esposa e meu filho [...] moramos com ele no início” (Informação verbal)<sup>14</sup>.

A partir da fala acima, em primeiro momento, apreendemos no discurso daqueles coreanos, a importância atribuída a questão financeira no âmbito do trabalho. A passagem “ganhava mais”, antecede a informação sobre o relato imigratório. Outro ponto interessante dessa análise, é que a mesma expressão serve como corroborativo para outro adjetivo impregnado na identidade coreana: eles são atraídos por atividades altamente rendosas.

Em seguida, observamos o primeiro passo para o estabelecimento de uma rede pelo laço familiar, mas antes disso, ainda temos a veracidade de informações que são captadas como espécies de sinais que antecedem a sua tomada de decisão migratória. Tão logo, percebemos que não basta ser um familiar para que se confirme a migração, as informações que deles partem, necessitam ser valiosas.

Contrário ao percurso estabelecido por seu irmão, que deixou para trás, esposa e filho, procurando estabelecer-se primeiro para depois trazê-los, Chin-hwa nos aponta uma das características que as redes proporcionam aos imigrantes, elas viabilizam a instalação do próximo imigrante que se estabelece, proporcionam a aproximação e reaproximação dos laços familiares, dão-lhe uma “segurança” no local-destino, ainda que seja provisória.

Quando no passado, pelo menos no início da imigração coreana no Brasil, a ambientação e o trabalho se dava no espaço rural, sendo que mais tarde, alguns daqueles primeiros imigrantes que por aqui se estabeleceram e que, partiram em direção ao urbano, face às novas perspectivas de trabalho, na contemporaneidade, estão se estabelecendo nas grandes cidades, são nelas que eles trabalham, são recebidos pelos familiares, reforçam a identidade de grupo. Tais afirmações podem ser verificadas na fala abaixo:

---

<sup>14</sup> Informação fornecida pelo coreano Chin-hwa.

“Quando mudei pra cá, meu tio já morava aqui há um tempo. Disse ele, que no bairro, que ele morava era mais fácil de conseguir trabalho para mim [...] no bairro que ele morava tinha muitos coreanos [...] meu tio trabalhava em uma empresa, me disse que não tinha como me colocar na empresa que ele trabalhava, mas tinha um conhecido dele, também coreano, que tinha trabalhado com ele e agora era dono do seu negócio [...] meu tio disse que ele tinha perguntado se ele (meu tio) tinha algum conhecido [...] que fosse coreano, daqui ou dá Coréia para trabalhar lá”<sup>15</sup> (Informação verbal).

Quando perguntado sobre a sua ambientação e sobre as dificuldades encontradas por ele no bairro em que se estabeleceu, o mesmo coreano acrescenta:

“não sabia muito não o português, mas meu tio também não sabia quando veio, meu tio aprendeu aqui. Meu tio falou que seria bom eu trabalhar no bairro que ele morava, porque eu aprenderia o português logo [...] muitos coreanos moravam lá para aprender, para treinar o português, eu já conhecia algumas coisas da língua daqui, mas era pouco, [...] então, eu fui morar e trabalhar naquele bairro também por isso”<sup>16</sup> (Informação verbal).

Para o imigrante, a língua do país-destino ainda representa uma das maiores dificuldades encontradas por ele em sua ambientação. É necessário comunicar-se, mas como conseguir essa comunicação quando não se fala a linguagem daquele local? Como resposta a essa pergunta, temos a construção de território pelos imigrantes coreanos.

A construção é simbólica, essa demarcação refere-se à criação de uma “nova atmosfera” cujos simbolismos encontramos na preservação cultural, como no exemplo acima, a língua de origem preservada e as relações entre os imigrantes sendo construídas em grupo. Essa reafirmação de grupo fica ainda mais clara quando o coreano vai trabalhar para outro coreano.

Por um momento, poderíamos interpretar essa relação de trabalho como uma hierarquia, como quem diz “quem aqui mais tempo está, adquire um status diferente, superior, hierárquico”. No fundo isso faz sentido. Faz parte da identidade coreana a busca pela superação profissional, principalmente nas relações de trabalho que são estabelecidas com os nativos. Trabalhar para o nativo seria uma “parte do seu processo” de estabelecimento, uma forma de conhecer o território desconhecido, para então construir o seu.

No geral, enquanto trabalham para os nativos e também para os próprios coreanos que são empresários, muitos deles alimentam o desejo de conseguir juntar seus próprios recursos para finalmente ter seu próprio negócio (CHI, 2016).

Nessa relação de trabalho, o processo de rede também se faz presente. Ainda que o familiar não consiga estabelecer a viabilidade da imigração, outros conhecidos que fazem parte do ciclo de convívio do grupo poderão estabelecer a rede. Tomemos o caso do imigrante

<sup>15</sup> Informação fornecida pelo coreano Kwan.

<sup>16</sup> Informação fornecida pelo coreano Kwan.

mencionado acima para melhor compreender. Na ocasião, o tio desse imigrante, por meio de um amigo que também era coreano, conseguiu um emprego na loja daquele coreano que, por sua vez, viabilizou a sua vinda.

O tio e o amigo desse tio trabalharam juntos, iniciaram a relação de amizade no mesmo trabalho, e foi através do trabalho, que esse mesmo tio apresentou o sobrinho coreano para esse amigo. A identidade coreana, aqui, a princípio, foi o primeiro passo na continuidade da rede, além disso, ela inicia com as relações entre os imigrantes no trabalho e se estendem as posições de trabalho que são encontradas e criadas por eles.

uma característica básica da imigração coreana foi sua constituição familiar. Cada família buscava ampliar o pequeno capital de que dispunha inicialmente, no menor prazo possível. Dois mecanismos aparecem como fundamentais à compreensão da rápida mobilidade econômico-social experimentada pelos coreanos: o engajamento da família no trabalho e a capacidade de articular redes internas à colônia para facilitar a inserção na nova pátria (TRUZZI, 2011, p. 151).

Na busca por informações sobre o local-destino, antes de decidir migrar, a decisão do coreano sempre é com base racional e estratégica. A condição racional do ato migratório estaria presente na escolha do local-destino, cuja análise considera o mercado de trabalho existente, já do ponto de vista estratégico, encontramos as redes que são formadas para expandir as relações de trabalho, cuja expansão pode provocar uma mudança na posição profissional, possibilitando maiores ganhos financeiros e *status* no grupo (TRUZZI, 2011).

Nesse sentido, essa forma peculiar de estabelecer a “ascensão profissional” no processo de rede estaria interligada ao “sistema *Kye*”<sup>17</sup>. Para tanto, deve existir a prática de uma cooperação financeira entre os coreanos, capaz de gerar grandes oportunidades de capital sem a necessidade de utilizar a intermediação bancária, cuja mediação por meios bancários interferiria no controle dos serviços e na limitação do acesso. Esse sistema de autofinanciamento econômico para empresários coreanos, assim é caracterizado:

As pessoas que desfrutam de um mesmo círculo tendem a formar um *kye*, uma espécie de consórcio destinado a reunir capitais que serão revertidos para um determinado objetivo perseguido por seus membros. Típico expediente utilizado na terra natal e em qualquer país que abrigue coreanos, os *kyes* podem envolver a captação de recursos para a colheita agrícola, para a educação ou o casamento dos filhos, para a realização de futuros funerais, ou, o que mais nos interessa, para a montagem de um negócio (TRUZZI, 2011, p. 152).

O coreano passa a integrar ao *kuy* quando se estabelece no país-destino, esse modelo até pode ser utilizado como um dos caminhos para conseguir os recursos financeiros que tanto deseja, entretanto, o consórcio está indiretamente ligados a construção da identidade empresarial do coreano, antes da mudança, como podemos observar no relato abaixo:

---

<sup>17</sup> Espécie de consórcio existente entre os coreanos, cuja constituição objetiva iniciar algo em comum.

“quando decidi mudar para o Brasil, recorri ao *kuy* na Coréia, mas essa primeira vez que entrei no *kuy* foi para conseguir o dinheiro para morar no Brasil, até procurei saber se alguém conhecia algum *kuy* que fosse para construir um negócio aqui, mas não encontrei. Aqui, encontrei outro *kuy* que me ajudou a abrir meu negócio, o meu e do meu irmão”<sup>18</sup> (Informação verbal).

De acordo com a fala do coreano acima, constatamos que o *kuy* contribuiu em duas etapas do seu ato migratório, a primeira diz respeito a realização do primeiro passo, sua saída do país de origem; a segunda, o “enraizamento” no país destino. O segundo *kuy*, o realizado no local-destino, contribuiu para a reafirmação profissional e, conseqüentemente, sua permanência no país que se estabeleceu. A relação entre a formação do *kuy* e a rede que se estabelece a partir dele, torna-se visível ao considerarmos sua forma de constituição (entre coreanos), seus personagens envolvidos (para coreanos), e os laços que são evidenciados na constituição deles (parentes no mesmo processo e seus objetivos atingidos).

Quando o contexto econômico e/ou político do local-destino já não são mais atrativos, um novo trajeto é pensado. Dentro dessa “não atratividade”, vários aspectos podem ser levados em consideração, entre eles, um coreano revela:

“Eu e meu irmão fazíamos parte de um *kuy* quando morávamos em São Paulo, entramos no *kuy* para conseguir montar uma pastelaria e um restaurante, eu uma pastelaria e ele o restaurante. Onde morávamos, já existiam muitas pastelarias e restaurante. Então, um tio que morava aqui (fazendo menção a Aracaju) que tinha se mudado pra cá (fazendo menção a Aracaju), nos falou que aqui era um lugar bom para morar, que não tinha problemas com “nois” coreanos, ele sabia de muitos chineses que já moravam aqui e que tinham pastelarias, mas eram poucas [...] meu tio abriu uma lojinha de confecções e deu certo. Então a gente decidiu mudar, eu vim primeiro e meu irmão veio depois”.

No passado, o medo pelo preconceito e pela discriminação sofrida por eles, seguido pela indisposição de se integrarem a outro grupo “hoje, quando entrevistados, os coreanos reconhecem que os japoneses facilitaram a vida dos primeiros coreanos que vieram a São Paulo, sobretudo pela possibilidade de comunicação (muitos coreanos sabiam o idioma japonês), muito embora sintam-se “envergonhados”<sup>19</sup>, principalmente, pelas inúmeras ocasiões em que se passaram pelos seus opressores no passado (TRUZZI, 2011).

Durante o estabelecimento dos imigrantes coreanos no novo local, isto é, em Aracaju, pouco contato ou quase nenhum foram realizados com os autóctones. Inversamente ao que ocorre com aqueles que se mudam para outro local, o primeiro passo após sua chegada, seria a iniciação de um contato amigável, buscando construir novas relações com aqueles que naquele lugar já residem.

<sup>18</sup> Informação fornecida pelo coreano Kwan.

<sup>19</sup> TRUZZI, 2011, p. 151

No caso dos coreanos, desde seu primeiro estabelecimento em São Paulo e, posteriormente, em Aracaju, eles optaram pelo fechamento do grupo, pelo fortalecimento de um nós, não se vendo como intrusos no novo local, mas como intrusos aqueles que tentam adentrar ao seu grupo. “Eles”, os intrusos, deveriam ser mantidos a distância, porque “eles” seriam os responsáveis pela desestruturação e pela descaracterização do grupo, do “nós” como costumam falar os coreanos (ELIAS, 2000).

## 6.6 O SIMBÓLICO NO CAMPO DO TRABALHO

As representações do mundo social construído, são sempre determinadas pelos interesses do próprio grupo que mesmo fundado na razão e aspirando a universalidade da realidade, forjam-nas. “São esses esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 2002, 17).

Uma das ideias norteadoras sobre os autóctones, no contexto das imigrações, diz respeito à maneira como eles podem ser diferenciados dos nativos a partir das formas que se inserem no mercado de trabalho. Haja vista as vantagens econômicas e sociais que são advindas do meio laboral inserido (VILELA, 2008).

Alguns grupos de imigrantes são referenciados pelas singularidades, comportamentos e o modo que se articulam para manter a sobrevivência do grupo. Tomando como exemplo os coreanos, alguns dados sobre esses grupos nos chamam a atenção. A convivência entre eles, sobretudo, se dá na esfera dos negócios, principalmente, com o engajamento de toda a família no trabalho (TRUZZI, 2011).

No “comércio étnico”, a convivência entre os coreanos pode ser vista como um espaço de trocas simbólicas. Nesse espaço, a comunidade de imigrantes tem a oportunidade de entrar em contato com outros imigrantes, quer sejam membros da família biológica ou não, o espaço também serve como campo da cultura imaterial; manter a própria língua por meio da reprodução contínua entre eles, fortalecer as relações empresariais por meio de parcerias nos negócios, trocar informações sobre parentes que vivem em outras regiões do local-destino ou no país de origem, educar os filhos, conseguir casamentos (MONTEIRO, 2010).

pensar o patrimônio relativo aos imigrantes é inicialmente pensar em patrimônio imaterial, tendo em vista que ao deixar seu país de origem, estes bravos cidadãos do mundo abrem mão da materialidade da sua cultura e trazem consigo todo seu repertório intangível, como o saber, a técnica, o modo de pensar e agir. Ao se estabelecerem em suas novas terras, os imigrantes vão refazer suas vidas mesclando o seu saber “nativo” com aquele do local que o acolhe, para formar uma nova

materialidade ou cenário que permite a existência dessas práticas culturais, aqui tratadas como patrimônio cultural imaterial (MONTEIRO, 2010, p. 9).

Destarte, as construções de empresas pelos imigrantes podem ser vistas como modelos de demarcação de território. Nesses espaços, os coreanos encontram a oportunidade para minimizar os choques culturais existentes no país que se estabelecem. Então, os territórios construídos na atmosfera da empresa servem para manter a própria cultura, os costumes e as regras do grupo. Ao adentrarmos nesse espaço, os imigrantes que ali trabalham podem nos revelar muito mais do que nossos olhos são capazes de captar.

Geralmente, os coreanos costumam contratar apenas coreanos como empregados, pelo menos essa foi a leitura que se fez durante muito tempo sobre o grupo. Esse simbolismo tem uma explicação óbvia, como estratégia de sobrevivência do grupo, a preservação da identificação cultural fala mais alto, por isso, por muito tempo, o grupo fechou-se. As relações pessoais não poderiam ser estreitadas e, permitir que um integrante de outro grupo trabalhasse para eles, seria possibilitar novas relações, visto que, para os coreanos, o ambiente de trabalho, é um campo de interações pessoais.

Não obstante, o trauma cultural sofrido pelos coreanos durante a colonização japonesa, cujos reflexos foram sentidos no afastamento deles quanto as posições governamentais, de planejamento e gerenciamento econômico do país, também pode ser posto como uma provável justificativa das raízes de fechamento do grupo (CASTRO, 2006).

Na medida em que alguns coreanos saíam das empresas que atuavam na condição de empregados para abrirem seus próprios estabelecimentos, outros coreanos aceitavam sair das empresas brasileiras onde eram empregados, para trabalharem nas empresas daqueles coreanos, agora empresários. Outro quadro de formação dos empregados coreanos pode ser visto na imigração direta, fossem eles parentes do empresário ou indicados por outro coreano. Além disso, observa-se a forma clássica de constituição no modelo de negócio entre os imigrantes coreanos: marido, esposa e filhos.

Para compreendermos a forma em que se estrutura o ambiente de trabalho coreano, é necessário recorrer à hierarquia e a subordinação, dois elementos que se interligam e que são encontrados naquela cultura. Na Coreia, ao nascer, o novo integrante da família já tem seu lugar determinado, isto é, quem são seus integrantes superiores, a quem esse novo integrante deverá ter ou, então, cobrar respeito.

Na rotina de trabalho entre coreanos, a relação de hierarquia e subordinação é observada:

“os coreanos realizam suas tarefas, com olhares atentos, observam os clientes no estabelecimento, pouco conversam. De repente, o proprietário surge aos que ainda não notaram, rapidamente são avisados da sua presença. Por um instante, tudo se para e, então, levemente curvados para frente, cumprimentam através do gesto aquele empresário”<sup>20</sup>.

Muitas famílias de imigrantes, com filhos nascidos ou criados no Brasil, mantêm a língua coreana como uma forte expressão cultural, mesmo quando podem se comunicar em português (MONTEIRO, 2010). Durante a rotina laboral, enquanto atendem consumidores brasileiros, “arranham” no português. Entre uma fala e outra portuguesa, ouvimos a língua coreana. As crianças não são uma exceção à regra, enquanto brincam por ali, em uma das partes do estabelecimento, cujo acesso não é permitido aos clientes, visualmente é possível observá-las, elas brincam com bonecos e jogos com traços coreanos, leem gibi coreano, falam a língua mãe. São práticas materiais como essas que ajudam na perpetuação cultural entre os nativos, mas principalmente, entre os descendentes.

Essas mesmas crianças que brincam, vez um momento ou outro, observam os irmãos mais velhos trabalhando. Suas fisionomias muito nos falam. Atentamente, elas acompanham algumas tarefas laborais que já são realizadas pelos irmãos mais velhos, também observam os pais durante o momento que estão ali, momento esse que pode se prolongar por algumas horas durante o dia. As famílias de coreanos não costumam deixar seus filhos com babás, ou até mesmo com familiares mais próximos, se trabalham para eles próprios, o cuidar das crianças ocorre simultaneamente nas relações de trabalho.

Já no início da vida, as crianças se deparam com uma situação confusa sobre o ambiente em que estão. As experiências intrafamiliares são tomadas pelas normas e valores implícitos no campo do trabalho. O mundo lá fora parece pequeno quando comparado ao mundo de “dentro”, pois naquele espaço, a infância é apreciada pelo sentimento de orgulho e orientação dos saberes idênticos e apreciados pelos seus familiares.

Quando menino, a criança observa as atividades laborais que o irmão ou o pai realiza; quando menina, a criança concentra-se em observar as tarefas que a irmã mais velha executa ou aquelas que a sua mãe está à frente. Essa forma natural de observação tem um teor de aprendizagem. A criança aprende desde cedo que a “vida” do coreano é para o trabalho e no trabalho, sua própria experiência confirmará essa afirmação. Se desde pequeno ali é inserido, logo deverá assumir seu papel perante o grupo, perante a família, o trabalho.

No ambiente laboral, regras vão se revelando, adolescentes chegam do colégio, correm para cumprimentar o pai, o chefe (chefe de família, chefe do trabalho), o empresário,

---

<sup>20</sup> Relato de uma observação no estabelecimento empresarial do coreano Dong-sun.

aquele que se deve obediência por uma questão de respeito, antes de tudo. Após o feito, vão até a mãe, sua autoridade em segunda instância, cumprimentada, dirigem-se aos demais coreanos que ali trabalham para cumprimentá-los, iniciando a ritualística pelos que trabalham há mais tempo. Em caso de existir alguém com idade elevada, é para ela o cumprimento em forma de curvatura, antes mesmo de saudar o pai e a mãe.

Ainda hoje, o campo do trabalho continua sendo um local de inúmeras possibilidades culturais, dentre elas, o matrimônio entre os coreanos. As relações que são iniciadas no trabalho possibilitam uma extensão ao laço familiar, principalmente quando ambos compartilham o desejo se abrirem seu próprio estabelecimento. Um dos imigrantes entrevistados nos fez a seguinte revelação:

“tempos atrás, muitos coreanos que viajavam ... (pensa um pouco) já eram casados, os que não eram casados, casavam-se com coreanas que conheciam no trabalho. Eu não era casado quando mudei para o Brasil. Conheci minha esposa na fábrica que trabalhamos juntos. Conheço coreanos que também casaram aqui no Brasil, mas suas esposas são descendentes, apresentadas por algum parente ou amigo em comum”<sup>21</sup> (Informação verbal).

Sobre os laços afetivos que são gerados entre os coreanos, como o matrimônio, geralmente, acontece pela afinidade cultural e pela convivência aproximada entre eles. Quando trabalham no mesmo ramo de negócios, principalmente quando eles são membros de uma comunidade, as oportunidades para firmar alianças entre famílias são mais propensas, inclusive, os negócios podem ser uma oportunidade para buscar sucessores (CHI, 2016).

Ao adentrar em seus estabelecimentos, muitos brasileiros não sabem que se trata do território do imigrante, haja vista a ausência de sinais mais objetivos no ambiente. Na faixa da loja, o nome é em português, internamente, a estrutura do estabelecimento segue os padrões nacionais, o que eles vendem, é direcionado ao público brasileiro, ainda “arranham” a nossa língua e, quando falam o coreano, é como se falasse o “chinês” ou o “japonês” para a maioria do público atendido, essa é percepção de identidade nacional atribuída a eles. O uso da fluência da língua em que eles se expressam (o coreano), reforça o reconhecimento em sua condição de grupo.

Entre os coreanos, a prática da língua nativa pode ganhar outra conotação durante a comunicação no local de trabalho, como revela um coreano entrevistado:

“é prática nossa falar o coreano aqui, como o brasileiro não entendi a língua que falamos, quando quero falar sobre o dinheiro do caixa, que vou levar o dinheiro, trocar o dinheiro eu falo em coreano. Quando eu vou “dar bronca” em nós coreanos, eu falo em coreano”<sup>22</sup> (Informação verbal).

<sup>21</sup> Informação fornecida pelo coreano Kwan.

<sup>22</sup> Informação verbal do coreano Chung-hee.

Durante as observações de campo, por muitas vezes, ouvia os coreanos pronunciarem a expressão “*Pali, Pali*”, na língua portuguesa, essa expressão equivale dizer a “depressa, depressa”. Durante a rotina de atividades dos Sul Coreanos, cada vez que essa expressão era dita, uma grande agitação era percebida.

Nos momentos em que ocorria um maior movimento de clientes no estabelecimento, essa expressão então era falada constantemente. Pedido atrás de pedido, entrega atrás de entrega, eles pronunciavam “*Pali, Pali*”. Esse “depressa, depressa” fala muito sobre a cultura coreana, ela traduz uma nação movida pelo espírito “desenvolvimentista”, historicamente reconhecida pelos altos índices de produtividade humana e de crescimento econômico (CASTRO, 2006).

Com o estabelecimento dos coreanos na cidade, a feição oriental vai se materializando entre os sinais deixados por eles, podemos identificá-los nas conversas ao se utilizarem do idioma próprio, dos simbolismos quanto a sua referência, além da presença forte como comerciante (TRUZZI, 2001).

## 6.7 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO EMPRESÁRIO

A infraestrutura criada pelos japoneses durante os trinta e cinco anos de dominação colonial, fora decisiva no contributo para a modernização em diversas áreas empresárias da Coreia, como nas áreas de transporte, comércio e serviços financeiros. Ocorrera, então, durante a colonização, uma “aculturação” japonesa, cujo modelo de reestruturação envolvia os aspectos econômicos que, conseqüentemente, impactava no modelo de negócios (CASTRO, 2006).

Em grande medida, pode-se dizer que o colonizador foi o responsável pelo desenvolvimento da economia coreana, introduzindo práticas modernas na agricultura (tal como o uso de fertilizantes), bem como desenvolvendo a indústria de base após os anos 1930 – embora se deva reconhecer que os coreanos não participavam diretamente desse processo (CASRO, 2006, p. 68).

A consideração de uma atividade profissional rendosa pelo sul-coreano, tem sua base no “plano financeiro” da experiência obtida durante a fase da colonização japonesa. A experiência obtida pelo “desenvolvimentismo” que fora inserida pelo seu colonizador (1910-1945) desembocou na implantação de um novo modelo econômico naquele país, cuja estratégia de colonização teve como propósito a reformular do planejamento econômico. Para alcançar o tão sonhado plano econômico, foram necessários outros incrementos, tais quais os incentivos do crédito governamental e a concessão de licenças para que empresas japonesas se

instalassem no país. Logo, a “indústria do campo” deu lugar para os grandes grupos econômicos japoneses e, com isso, o maior objetivo foi atingido: a nova proposta econômica fez crescer o mercado interno (MASIERO, 2003).

Muitos coreanos nutrem o desejo de abrir sua própria loja com o capital que adquirem das atividades profissionais que exercem enquanto ocupam posições de empregados. Esse fato fica ainda mais evidente, quando decidem morar em outro país. No Brasil, nos anos 70, o exemplo dos coreanos que atuavam como representantes dos judeus reforça essa tese. Foram nas estratégias de mapeamento, conhecimento e inserção das áreas de produção de tecidos, que muitos coreanos, durante a fase de intermediários de atacadistas e varejistas judeus, adquiriram o *know-how* suficiente para, mais tarde, dominarem o ramo das confecções. A experiência conquistada na atuação como representantes de fábricas de confecções permitiu aos imigrantes coreanos a entrada nesse setor que, até então, era um espaço onde predominavam os judeus e árabes (CHOI, 1996).

Na década de 80, os coreanos já assumiam posições de prestígio no ramo das confecções, agora, na condição de produtores e também de empresários. Nessa década, muitos dos coreanos que chegavam no Brasil como imigrantes na condição de empregados, tornavam-se seus próprios patrões, pouco tempo depois. Com uma lógica voltada à produção familiar, eles se tornavam lucrativos, para tanto, duas estratégias adotadas por eles foram decisivas. A primeira consistiu na produção de réplicas do desenho do vestuário entre as peças que fabricavam; a segunda se referiu as muitas horas diárias de trabalho (CHOI, 2011).

Nos anos 90, os imigrantes coreanos que se tornaram empresário no Brasil possuíam as seguintes características:

[...] almejavam maior grau de especialização profissional e formalização dos negócios, eliminando aos poucos irregularidades e vícios típicos de pequenos negócios familiares. À medida que cresciam o faturamento e o volume de mercadorias que manipulavam, [...] sentiam mais urgência em regularizar seus negócios, desejo expresso quando mencionam “deixar de ser comerciantes para virar empresários de verdade”. No entanto, este tem sido um desafio difícil para quem alcançou sucesso econômico sem conhecimentos próprios de um administrador, copiando fórmulas de negócios dos vizinhos e conhecidos, e sem ter refletido muito sobre a ética subjacente e seus valores morais (CHI, 2016, p.104).

Com a abertura da economia do Brasil, novas empresas passaram a atuar pelo quesito da qualidade e não da quantidade, como era proposto pelos coreanos (CHI, 2016). Na década de 90, viram-se obrigados a superar os produtos asiáticos importados pelos brasileiros, principalmente em nível de qualidade. Buscando superar o impacto negativo provocado aos seus negócios, a mudança profissional fez-se necessária. Muitos daqueles coreanos que persistiam pela sobrevivência no ramo das confecções, buscaram formação profissional no

estilismo, sequenciada de algumas viagens internacionais, cujos destinos eram a Europa e Nova Iorque, almejando pesquisar as novas tendências, como também antecipar as coleções que só chegavam no Brasil com seis meses de atraso. Essas medidas foram decisivas para manterem a competitividade frente aos produtos asiáticos (CHOI, 2011).

As confecções coreanas distinguem-se das oficinas de costuras, pois enquanto nestas encontramos os serviços de costuras, naquelas concentram-se todas as etapas que vão desde a produção até a venda, quer sejam varejistas, quer sejam atacadistas. Nas confecções coreanas repousam a moda feminina, a modalidade preferida de negócio entre os coreanos; além disso, terceirizam o serviço de costura para agilizar a produção, uma vez que o giro das mercadorias é rápido; como são confecções no modelo de negócio familiar, os donos participam ativamente na produção (CHI, 2016). “Nessas condições, reduzem ao máximo o número de funcionários externos ao núcleo familiar, o que naturalmente deprime de modo sensível custos advindos de salários e outros encargos. Por causa disso, reúnem possibilidades de praticar preços menores”<sup>23</sup>.

Destarte, o aspecto da lucratividade, passa a funcionar como uma razão norteadora do modelo de negócio entre os coreanos. De uma atividade cujo objetivo inicial era a subsistência, as confecções foram vistas como uma atividade altamente rendosa, seu aspecto financeiro tornou-se um chamariz para outros coreanos, não só pelos ganhos que daquela atividade provinha, mas também pelo lado do “bem sucedido” profissionalmente aos empresários das confecções, afinal, segundo a cultura coreana, quanto mais lucrativa for à profissão, mas bem sucedido o coreano é visto entre o grupo (CHI, 2016; SHOJI, 2004).

Atualmente, na constituição dos modelos de negócios, vivenciamos uma fase de mudança na geração coreana. Diferentemente do passado, quando surgiam com afinco no ramo das confecções, agora, outros modelos são desejados por eles, apesar da permanência e da insistência de muitos coreanos nesse ramo. Estrategistas por natureza, seguem mapeando regiões cujas possibilidades de rendimentos lhes parecem possíveis e interessantes.

Ao identificar a cidade, o bairro ou qualquer outro espaço potencial, iniciam uma nova etapa – o alinhamento entre a atividade profissional que querem e que podem exercê-la, com a compatibilidade da região. Tão logo, uma nova migração passa a ser realizada, desta vez, dentro do próprio país, como nos afirma o coreano mencionado abaixo:

“antes de mudar para o Brasil, eu trabalhava em uma fábrica na Coréia do Sul [...] essa empresa instalou uma de suas fábricas no Brasil e enviou um grupo provisório de coreanos para o Brasil para trabalhar aqui. O acordo era ficar inicialmente cinco anos, nós ficamos um pouco mais. Depois de um certo tempo, eu comecei a gostar

---

<sup>23</sup> Truzzi, 2011, p. 158.

daqui, conheci outros coreanos que já moravam aqui, coreanos e descendentes que já moravam aqui e foram trabalhar na fábrica, não me sentia mais sozinho [...], minha esposa é descendente, trabalhava na fábrica também [...], foi lá que nos conhecemos. Quando estava perto de voltar para a Coreia, eu resolvi continuar aqui [...] já estava casado com a minha esposa, ela também não queria ir para a Coreia [...], então, com o dinheiro que juntei nos anos que trabalhei na fábrica, abri um negócio no ramo das confecções, mas não deu certo, já tinham muitas pequenas fábricas de confecções em São Paulo. [...] Um dia eu vi uma reportagem que falava de Aracaju na TV, era uma reportagem que falava que a cidade tinha qualidade de vida (pensativo)... acho que em 2008. Pesquisei sobre a cidade, cheguei a viajar pra cá pra conhecer. Aqui eu resolvi abri uma loja de confecções pra revender, lá eu fabricava as peças, aqui eu só vendo”<sup>24</sup> (Informação verbal).

A trajetória profissional dos coreanos perpassa por algumas reconstruções durante sua vida profissional. Enquanto alguns realizam o percurso da migração por vontade própria, outros são deslocados por causa da própria atividade profissional, cuja experiência adquirida durante os longos anos na mesma empresa, torna-se imprescindível para a instalação de uma nova unidade em outro país.

“Os coreanos não costumam mudar de emprego ao longo da vida e, geralmente quando isso ocorre, não parte da decisão dele, mas de uma adequação da própria empresa”<sup>25</sup>. No contexto da imigração, essa relação é invertida, mesmo trabalhando para uma empresa de origem coreana em outro país, a tendência é construir outro percurso profissional. Entretanto, a condição financeira é uma peça-chave desse processo de mudança, sendo assim, quando alcançado esse objetivo, cabe à decisão de sair da empresa que o emprega para iniciar a construção da identidade empresarial.

Outro fato constatado entre eles, nos parece uma repetição ao longo da história - a insistência pelo ramo das confecções quando se tornam empresários. Muitos coreanos ainda se vislumbram pela possibilidade lucrativa que o “ramo das confecções” proporciona. Entretanto, é preciso reconhecer que a realidade encontrada no passado já não é mais a mesma, o cenário mudou, a concorrência aumentou e a “estabilidade” que antes era vista naquele ramo, não condiz com a nova realidade desses empresários.

Nesse sentido, observamos o nítido exemplo da reconstrução da sua identidade de empresário. No caso do imigrante Chung-hee, ele produzia confecções e, agora, passou a vendê-las, uma decisão que repousa na segurança do conhecimento do negócio. Este coreano não optou por recomeçar em outro ramo, para ele foi mais importante redirecionar os negócios e continuar na “grande área das confecções”.

<sup>24</sup> Informação fornecida pelo coreano Chung-hee.

<sup>25</sup> Informação verbal do coreano Chin-hwa.

Além disso, os coreanos não costumam voltar as atividades bases, aquelas iniciadas em cargos que não lhes dão muito prestígio, uma vez tomada a decisão de virar empresário, “essa decisão é tomada com muita cautela e bastante estudo sobre o negócio que se deseja abrir”<sup>26</sup>, o regresso, então, é mais que um sinal de fracasso, trata-se da construção de uma imagem negativa perante o grupo. Tão logo, no exemplo mencionado acima, à situação é revertida pelo empresário em sua segunda tentativa, pois foi necessário uma nova mudança para conseguir esse “novo trabalho”, outro deslocamento para se reafirmar profissionalmente.

Quando questionado se a empresa teria realizado algum tipo de preparação cultural para amenizar os impactos que eles provavelmente sofreriam no Brasil, o coreano Chin-hwa respondeu que “durante os dois anos que antecederam a vinda dele e de outros para o Brasil, a empresa realizou um curso básico de língua portuguesa”.

Ainda sobre a possibilidade de abrir o próprio negócio, o recurso financeiro que tanto necessitam pode ser conquistado pelo próprio consórcio estabelecido entre esse grupo, o consórcio *kuy*, desde que o negócio esteja compreendido nos mesmos anseios empresariais. A importância do *kuy* frente à abertura do negócio pode ser verificada no relato abaixo:

“Eu trabalhava para um coreano, mas não ganhava muito. Meu irmão trabalhava para ele também. A gente trabalhava em uma pastelaria. A gente queria abrir um negócio, queria abrir uma pastelaria, eu queria abrir uma e ele queria abrir outra. A gente não tinha dinheiro suficiente para começar, então a gente foi para o *kuy*. O coreano tem honra, o *kuy* não tem problema, [...] entramos no *kuy*. Agente ficou no *kuy* mais de dois anos, como entramos depois de outros que já estavam, a gente conseguiu o dinheiro só depois deles”<sup>27</sup>.

Destarte, compreendemos o *kuy* como um sistema de ajuda mútua bastante semelhante ao *mojim*. Originário da identidade cultural japonesa, o *mojim* preserva os mecanismos de solidariedade entre os japoneses que decidem ingressar nessa modalidade de consórcio, principalmente, pela aversão que também possuem dos laços de dependência financeira, assim como os coreanos (ENNES, 2001).

Sobre a criação do *mojim* pelos japoneses, Ennes (2001) afirma que a modalidade de consórcio contribuiu significativamente para a prosperidade dos negócios japoneses e que, sem a dependência do poder público, ainda que o êxito dos negócios não fossem alcançados, a tradição e o espírito japonês permaneciam vivos, distanciando suas práticas das clientelistas e paternalistas adotadas pelo controle dos brasileiros.

Ainda sobre a constituição do *mojim*, Ennes (2001) reitera:

No Brasil foi fator de grande importância para a ascensão social e econômica dos imigrantes e seus descendentes. Consiste na formação de um grupo que realizava

<sup>26</sup> Relato oral do imigrante Kwan.

<sup>27</sup> Relato oral do imigrante Dong-sun.

periodicamente coleta de dinheiro. A soma era obtida por meio de sorteio ou segundo as necessidades dos membros do grupo. Trata-se de um mecanismo de ajuda mútua não institucionalizado e baseado nos códigos de honra de seus participantes (p.148).

Com efeito, observamos um traço cultural fortemente enraizado pelos coreanos frente ao seu colonizador. Apesar da denominação tipológica do consórcio coreano ser diferente do japonês, a essência idealizadora continua sendo mantida, o que nos aparenta a constatação de um processo identitário construído a partir da cultura japonesa.

A mudança que muitas vezes encontramos entre a atividade profissional do imigrante, aquela em que decidem ser empresário, vai ao encontro da hierarquização profissional criada pelo próprio grupo. Na cultura deles, se o coreano passa cerca de dez anos na mesma atividade de trabalho, quando essa atividade não confere um prestígio, que geralmente advém do *status* adquirido com a atividade profissional, ele é visto como incompetente. Para os coreanos, certas atividades não podem ser permanentes (CHOI, 1996).

Da mesma forma, a experiência outrora adquirida no ramo das confecções que contribui para sua formação empresarial, agora pode ser verificada em outras atividades profissionais. Percebemos que ao longo dos anos, outras áreas de trabalho também se tornaram atrativas para eles, como demonstrou o exemplo do coreano empresário que ao invés de ingressar no ramo das confecções, cuja experiência não tinha, resolveu adentrar no ramo da alimentação, cujo conhecimento fora adquirido como empregado.

Tais explicações sobre essas questões estão fundamentadas na experiência profissional adquirida pelo imigrante no início da sua trajetória profissional no país acolhedor. Essa experimentação funciona como um norte para a abertura de um negócio, trata-se do “primeiro conhecer, para depois querer ser”<sup>28</sup>.

Com o processo de transformação da estrutura agrária coreana numa sociedade industrial, a partir de 1932, a coreia viu nascer os primeiros *chaebôls*<sup>29</sup>. O termo *chaebôls* surge na economia coreana em resposta ao *zaibatsus*<sup>30</sup>. Grandes estruturas industriais, em atividades diversas que, antes da II Guerra Mundial no Japão, foram criadas (CASTRO, 2006).

Apesar da discrepância entre o porte das *chaebôls* e os pequenos negócios dos coreanos aqui estudados, foi possível encontrar algumas afinidades entre os modelos de negócio, isso porque, os negócios dos pequenos empresários coreanos comportam-se como

---

<sup>28</sup> Informação verbal do coreano Dong-sun.

<sup>29</sup> Termo correspondente aos grandes conglomerados familiares coreano (Choi, 1996).

<sup>30</sup> Termo correspondente a grandes conglomerados familiares na linguagem japonesa (Choi, 1996).

modelos de negócios espelhados nas *chaebôls*. A primeira característica similar diz respeito ao modo de gerir os negócios, ambos são geridos pela própria família.

O controle administrativo e financeiro é compartilhado. Coreanos quando parentes, como no caso dos dois irmãos estudados, compartilham o acesso administrativo e financeiro entre as empresas que a eles pertencem. Aqui, cabe fazer uma ressalva, a forma de compartilhamento posto como exemplo, não constitui a característica de sucessão. Apesar de ambos serem donos das duas empresas, cada um possui uma participação maior em cada uma das empresas constituídas, a concessão desses direitos recai sobre menção das relações de confiança e de lealdade que são presumidas entre os membros da família, mas por uma necessidade de ajuste, de ajuda, do que pelo aspecto de controle.

Sobre a prática de sucessão nos negócios, ela ocorre, em primeira instância, pelo critério do primogênito. Esse critério, diz respeito à sucessão da figura do empresário que transfere o controle dos negócios para seu filho mais velho. Em caso da incapacidade do pai ou mesmo seu falecimento, o filho mais velho deve assumir os negócios.

Geralmente, o primogênito começa a ser preparado ainda em sua adolescência. No turno contrário aos estudos, sua presença é exigida no estabelecimento, pelo menos durante algumas horas e alguns dias durante a semana. Mas que ajudar nas atividades do negócio, essa fase é fundamental para o seu aprendizado. Durante esse período, o empresário transfere alguns conhecimentos e o instrui sobre o negócio. A fase ideal para sucessão, caso necessite, seria após a conclusão dos estudos, incluindo-se a formação superior. Aos olhos dos coreanos empresários, o sucesso dos negócios depende do conhecimento que se adquire. Assim, como ocorreu nas experiências da década de 90, hoje eles se especializam na área de atuação para se tornarem mais competitivos, por isso, os filhos precisam realizar alguma formação no ramo dos negócios antes de se tornarem sucessores.

Outra possibilidade de sucessão constatada refere-se ao “parentesco consanguíneo” do lado paterno do empresário. De modo temporário, esse parente assume o estabelecimento até que o primogênito esteja preparado para assumi-lo. No caso do empresário não ter filho, o “parente consanguíneo” assume até seu retorno, ou em caso de falecimento, o “parente consanguíneo” permanece como gestor até que a viúva se case novamente, processo esse, que deve ser aprovado pela família do “parente consanguíneo”.

Segundo a cultura dos coreanos, a função da “mulher” (esposa e filha) fica limitada a outros afazeres que não estejam vinculados a administração geral do negócio. Dessa forma, o “primogênito homem, na tradição coreana, tem a obrigação de zelar pelos pais

em sua velhice e de assumir o comando da família, com o falecimento desses” (TRUZZI, 2011, p. 161).

Enquanto se projetam para viver em um nível superior ao de subsistência, diferente do passado, a sua nova fonte de renda possibilita outras aspirações humanas. São os casos de não se sentirem tão inferiorizados socialmente e manterem uma condição de poder pelo *status* que advém da sua condição de empresário. “O resultado é que hoje os coreanos dominam as atividades comerciais de um bairro” (TRUZZI, 2011, p. 152).

## 6.8 RELAÇÕES DE PODER DA IDENTIDADE COREANA

As relações de poder entre coreanos no Brasil não é um fato da história recente. Na construção de indústrias têxteis, eles exerceram uma relação de dominação sobre os empregados brasileiros. Esse estado de dominação, parte da relação patrão-empregado, cujo papel de patrão, na indústria têxtil, era ocupado por coreanos e o papel dos empregados era exercido por brasileiros (IM HONG, 2009).

Não é uma tarefa fácil entender a mecânica do funcionamento das relações de poder que existem entre um grupo, por menor que seja sem uma análise rigorosa do papel que cada integrante faz do seu grupo pertencente. E não seria por acaso, os grupos dominantes atribuem a si mesmos uma coletividade e, ao mesmo tempo, poderes entre aqueles que os integram, incluindo nesse rol, a família e os demais indivíduos que compartilham de um mesmo carisma grupal, pois (ELIAS, 2000, p. 26)

todos os que "estão inseridos" neles participam desse carisma. Porém têm que pagar um preço. A participação na superioridade de um grupo e em seu carisma grupal singular é, por assim dizer, a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo. Esse preço tem que ser individualmente pago por cada um de seus membros, através da sujeição de sua conduta a padrões específicos de controle dos afetos. O orgulho por encarnar o carisma do grupo e a satisfação de pertencer a ele e de representar um grupo poderoso — e, segundo a equação afetiva do indivíduo, singularmente valioso e humanamente superior — estão funcionalmente ligados à disposição dos membros de se submeterem às obrigações que lhes são impostas pelo fato de pertencerem a esse grupo. Tal como em outros casos, a lógica dos afetos é rígida: a superioridade de forças é equiparada ao mérito humano e este a uma graça especial da natureza ou dos deuses. A satisfação que cada um extrai da participação no carisma do grupo compensa o sacrifício da satisfação pessoal decorrente da submissão às normas grupais.

No grupo dos coreanos estudados, a hierarquia estabelecida entre eles representa um “preço a pagar”. As mulheres que fazem parte desse grupo não podem ocupar os cargos profissionais mais elevados, isto é, a posição de empresária. Dentro do campo do trabalho, elas possuem um papel bastante relevante: são elas que representam uma “segunda

autoridade”. Se por um lado, o *status* de empresário só pode ser ocupado pelo homem, o marido das coreanas ou seu primogênito, elas ficam responsáveis pela linha de frente dos negócios, são elas quem supervisiona os demais coreanos que trabalham no estabelecimento, respondem pelo caixa, pela cozinha, controlam as vendas.

Nesse espaço de embate e de rearranjo, de posições determinadas *a priori* de agentes, encontramos o campo, o local de disputas em torno dos interesses pela posição que se deseja alcançar (BOURDIEU, 2010). A ação do empresário coreano já está disposta, dessa forma, para efetivar sua ação, basta apenas seguir o caminho.

No campo existem regras e maneiras de agir já estabelecidas, se por exemplo, a esposa do empresário tentar assumir a posição do marido, haverá uma certa penalidade. Para interagir naquele campo e ganhar alguma coisa, a esposa precisa seguir a regra, mantendo-se na posição de “dominada”, para que o marido permaneça na categoria de “dominante”.

O acúmulo de capital social e de maximização desse capital é fundamental para que se possa galgar algumas posições dentro dessa estrutura, no entanto, a maximização do capital social e seu acúmulo somente ocorre se a posição ocupada pelo agente no campo permita que acumule, como ocorre no caso do coreano empresário.

Mesmo ocupando a posição de “segunda autoridade”, ainda são proibidas pelo grupo de chegar à posição máxima de autoridade por ali e, mesmo estando à frente de tanta responsabilidade, suas decisões são tomadas com base na autorização do seu “superior”.

A autoimagem de um grupo, em termos de relações de poder, está na superioridade a outros grupos interdependentes em virtude do quadro social que se apresenta, como a posição em que homens ocupam em relação às mulheres, a classe trabalhadora estabelecida em relação a uma nova povoação de trabalhadores (ELIAS, 2000).

Sobre as relações entre os membros do grupo estudado e os autóctones, constatamos o que Elias denominou de categoria “humanamente superior”. Os coreanos ainda recusam, em certa medida, o contato mais próximo com outros indivíduos que não sejam do seu grupo, como podemos observar no relato abaixo:

“minha loja é pequena, aqui só trabalha a gente da família e tem uma vendedora que foi indicada para trabalhar aqui por meu primo, mas ela também é coreana. Quando precisamos de alguém pra ajudar no trabalho, a gente sempre consegue alguém que é indicado (fazendo menção aos coreanos)”<sup>31</sup> (Informação verbal).

Aqui, o *habitus* se faz presente nas representações em que os coreanos fazem de si e sobre si a realidade social por eles constituída (BOURDIEU, 2010). Nesse sentido, podemos identificar na prática fechada do grupo, suas aspirações enquanto relações socialmente

---

<sup>31</sup> Informação verbal do coreano Dong-sun.

construídas, suas identificações, crenças e valores, ao passo que constituem estruturas estruturadas e são influenciados pelas estruturas estruturantes. Além disso, são as incorporações dessas estruturas que levam o grupo a agir de forma harmoniosa.

A exceção desse contato pode ser encontrada durante as suas atividades profissionais. Como nos estabelecimentos estudados o público-alvo também é de brasileiros, o tabu quanto a esse controle social do próprio grupo passa a ser flexibilizado durante as relações de consumismo, neste momento, a socialização ainda que breve, ocorre entre o coreano e outro grupo distinto, principalmente, no compartilhar da mesma língua.

Em certa medida, a produção de estratégias por um grupo, acaba impondo uma autoridade à custa de outra, por isso, as práticas sociais não podem ser vistas como discursos neutros, mas como forma de legitimar um projeto formulador e justificá-lo enquanto conduta e escolha do próprio indivíduo ou do seu grupo. As representações, então estariam sempre colocadas no campo da concorrência e da competição em termos de poder e dominação (CHARTIER, 2002).

Mesmo nos casos em que a luta pela distribuição dos recursos econômicos parece ocupar o centro do palco, como no caso da luta entre os operários e a direção de uma fábrica, há outras fontes de disputa em jogo além da relação entre salários e lucros. Na verdade, a supremacia dos aspectos econômicos tem acentuação máxima quando o equilíbrio de poder entre os contendores é mais desigual — quando pende mais acentuadamente a favor do grupo estabelecido (ELIAS, 2000, p. 33).

Os coreanos não se conformam com as posições de base que a eles são impostas pelo local onde se estabelecem, querem fazer parte da supremacia e conseguem. A desigualdade dá espaço ao equilíbrio e, como numa relação inversa, somos nós (os brasileiros) que passamos a depender deles. Das disputas pela sobrevivência, hoje competem como empresários; de empregados das firmas “transnacionalistas”, hoje empregam seu próprio grupo, se um dia se alimentaram do que produzíamos, hoje recorremos aos seus negócios para satisfazer as nossas vontades.

As lutas de representações tem tanta importância quanto às lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social” (CHARTIER, 2002, p. 17).

A supremacia dos aspectos econômicos sempre foi algo de predileção entre os coreanos (CHI, 2016). Entretanto, se no passado a posição que eles poderiam exercer no campo do trabalho, principalmente durante a chegada dos primeiros imigrantes coreanos no Brasil, era braçal, na atualidade, decorre mais do intelectual, do estratégico e do *status* que passa a adquirir dentro do próprio grupo quando se tornam empresários.

Quando um grupo atribui a outro grupo o rótulo de “valor humano inferior”, os grupos tidos como superiores nas disputas pelo poder, buscam, assim, manter a superioridade social. Nesse contexto, a rotulação atribuída ao outro grupo urge como uma das armas utilizadas pelo grupo que se sente superior, o estigma que fora imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso penetra na autoestima daquele cujo poder é inferior, buscando o enfraquecimento e o desarmamento deste (ELIAS, 2000).

Mesmo sendo um coreano empresário, o que lhes confere uma posição de status, tanto para os seus quanto para outros grupos, a conquista por esse *status*, ainda que alcançada, não se torna aparentemente visível. Da mesma forma que, por vezes, os coreanos se passaram por japoneses no passado, quando aquela forma de andar sobre “as sombras do outro” lhes parecia uma eficiente estratégia de sobrevivência, seu anonimato ainda se faz presente.

O grupo dos coreanos pode ser visto como as “minorias dos melhores”, pois eles estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço de interdependência e pela tensão da desigualdade. Se no passado eles se passavam por “outra identidade” para alcançarem a conquista de um espaço na terra dos autóctones, hoje a mesma estratégia continua valendo para que eles sobrevivam na condição de empresários. O maior excedente de poder pode ser observado na reserva de posição de trabalho em potencial, excluindo-se dessa participação qualquer membro de outro grupo (ELIAS, 2000).

Para o grupo estudado, manter-se no anonimato faz parte de uma estratégia eficiente de demarcação do território. Apesar das rotulações que a eles são impostas como as de “exploradores do trabalho familiar e clandestino, sonegadores de impostos, cínicos ao se fazerem passar, quando lhes convém, por ignorantes da língua, todos esses atributos certamente concretizam-se em casos reais, emprestando-lhes verossimilhança”<sup>32</sup>, essas rotulações são pontuais de comportamentos singulares estereotipados entre os coreanos que são donos de grandes empresas, um perfil diferente do grupo de pequenos empresários aqui estudados.

Evidentemente, quando um grupo perde sua capacidade de estigmatizar o outro grupo, seja ela diminuída, invertida ou quando não se pode mais manter o monopólio sobre as principais fontes de poder existentes em uma sociedade, as disparidades de forças podem ser diminuídas, ocorrendo então, a desigualdade do equilíbrio de poder, contribuindo para o surgimento de novos outsiders (ELIAS, 2000).

---

<sup>32</sup> TRUZZI, 2011, p.163

Superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos que iluminam exemplarmente as relações de poder<sup>33</sup>. Um exemplo retirado das observações de campo, durante a atividade laboral, muito nos ajuda a entender esse contexto, vejamos: uma senhora coreana entra na loja, a atendente coreana segue para atendê-la, antes mesmo de iniciar o diálogo com aquela senhora que dela se aproxima, naquela loja de confecções, uma referência é feita: a vendedora coreana curva-se para aquela senhora também coreana, atribuindo-lhe um gesto de referência ao respeito, esse é o modo de cumprimentar os mais velhos, enquanto prática cultural coreana.

Durante toda a fase do seu atendimento, falaram em coreano, mesmo mais tarde tendo confessado a vendedora que aquela senhora sabia falar a língua portuguesa. Em outro atendimento, naquele mesmo dia, desta vez com uma senhora brasileira, aquela receptividade atribuída anteriormente a senhora coreana nos pareceu recolhida. Sem nenhum sorriso no rosto, ou qualquer simpatia e carisma, a vendedora coreana, desta vez, se aproxima da cliente de nacionalidade brasileira e espera que a cliente se pronuncie. A senhora entra na loja e, como uma sombra, a vendedora a acompanha.

Durante os passos da venda, a coreana se mantém apática, responde “arranhando” a nossa língua. Sem comprar, a senhora sai da loja, agradece a vendedora que com um gesto sutil, balanço a cabeça em movimentos verticais, como quem quis dizer um “volte sempre”, se despede daquela senhora e volta ao seu posto na entrada da loja.

Nessas observações, podemos constatar que, além da existência de uma preservação do elemento cultural de seu país de origem, os coreanos buscam sobrepor tais aspectos indeníveis aos do local destino. No exemplo citado, constatamos que a prática cultural estabelecida por eles e entre eles (os coreanos), promove uma diferenciação de tratamento entre os integrantes do próprio grupo, não se importando com as reações que os autóctones poderão ter. A convivência entre e com os imigrantes pode ser vista como um cenário de trocas simbólicas nas relações puramente comerciais (MONTERO, 2010).

Outro exemplo de hierarquia entre os coreanos está no uso do idioma. A língua deve ser utilizada constantemente e, corretamente, principalmente quando a comunicação for direcionada para alguém que seja hierarquicamente superior no trabalho, como no caso do chefe. Isso também ocorre nas relações de parentescos, quando nestes casos, a linguagem proposta deve ser respeitosa e culta perante os mais velhos da família.

---

<sup>33</sup> NEIBURGO, 2000, p. 8

Entre os trabalhadores coreanos, tornam-se visíveis as limitações de qualquer teoria que explique o poder tão somente pela posse monopolista de objetos, no caso dos meios de produção, ou ainda pela consideração dos aspectos implicados no grau de organização dos seres humanos que figura entre os diferenciais do poder (ELIAS, 2000).

A racionalidade, herdada na cultura coreana, continua sendo um caminho para explicar a perpetuação de uma ideia de nacionalidade e do ideal de “nós” do grupo. O aspecto econômico tão fortemente presente em seu país de origem, transcende a cultura nacional e os colocam frente a balança que tende a regular os papéis sociais do imigrante. Simbolizando o peso maior na balança, pelo menos naquele grupo estudado, os coreanos vão se articulando na formação de grupos, adentram em forma de redes como empresários e alcançam espaços que pareciam impossíveis. Enquanto alguns empresários nacionais vão perdendo seus status de potência, o grupo de coreanos ascende em seu território.

## 6.9 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Em primeiro momento, cabe dizer que a imigração é um deslocamento de pessoas no espaço físico, por isso, as ciências que procuram conhecer a população como a demografia e a geografia, adentram suas pesquisas na ocupação de territórios, na forma como uma população está distribuída, inclusive a da imigração. Entretanto, os estudos voltados para a imigração não podem ser limitados ao espaço físico, existe um espaço que pode ser qualificado em muitos sentidos, como socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente, por isso, outras ciências, como a sociologia, buscam na imigração as variações que coadunam com as particularidades de cada ciência.

Nesse sentido, as relações de forças do fenômeno migratório iniciam com a emigração e se estende a imigração. Tudo começa pelo campo do trabalho. Na sociedade de emigração, o cuidado é posto sobre a preparação intelectual dos imigrantes; as causas endógenas vinculam-se as causas, as razões, princípios que explicam as estruturas internas (econômicas, de mercado de trabalho, estruturas sociais, etc.). À sociedade de imigração, cabe o trabalho sobre a imigração e a constituição dessa fonte de trabalho, uma causa exógena.

Destarte, nesta pesquisa, deparamo-nos com a representação social que se tem sobre o imigrante, e da representação de si, principalmente, quando ocorre seu prolongamento no local-destino, quando existe uma intensificação dada a esse prolongamento, sua tendência é romper com o liame atribuído a sua esfera e com as limitações para ele impostas,

desmentindo a denominação que sempre fora dada, conquistando um novo estatuto no espaço social.

Cabe destacar a presença da imigração coreana no Estado de Sergipe, dado esse que não encontramos no último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, como também não encontramos nos registros da Polícia Federal. Essas ausências podem ser justificadas pelo modelo migratório adotado por eles: geralmente, deslocam-se para grandes centros onde existam colônias, e realizam uma trajetória interna quando não conseguem o objetivo profissional.

No caso dos coreanos estudados, constatamos que o processo imigratório vai além da busca por uma atividade laboral. De fato, o acesso dos coreanos ao Brasil, pelo menos entre o grupo estudado, dar-se-á pela inserção em uma atividade laboral neste país, entretanto, suas motivações não encerram quando esse objetivo é atingido. O desejo de muitos coreanos é o de constituir uma empresa por menor que ela seja. O desejo maior entre eles é o de utilizar o ganho financeiro e a experiência adquirida profissionalmente nos empregos que aqui conseguem para futuramente criar seu próprio negócio.

A velha ordem simbólica de uma estrutura que negava os proveitos materiais e que mascarava as relações de forças a favor da sociedade de imigração, cujo modelo os colocava na condição de devedores e não de credores, incontestavelmente, uma nova tendência tem proporcionado aspectos mais positivos na experiência dos imigrantes.

Podemos dizer que novas aquisições obtidas por eles vão de encontro à condição de imigrante. Através do modelo de trabalho produzido, podem ser chamados de “evoluídos”, diferenciando-se, este grupo, dos outros de imigrantes, servindo a própria experiência como um modelo de distinção dentro da própria “comunidade de imigrantes”.

Pelo menos entre os coreanos estudados, o que se alimenta e se reforça é o fato de que eles ocupam uma posição que até então é dominante de forma absoluta pelos autóctones, em certa medida, o sentido do novo discurso proferido seria contrário às sujeições que os imigrantes receberam ao longo da história.

Nesse sentido, naquele pequeno grupo de imigrantes foi percebido o fracasso da “reabilitação” cultural de origem e da sua língua nativa, um paradoxo fora posto sobre a iniciativa de “reaculturação”, ali si viu um reencontro com eles mesmos, um redescobrimento do seu país, uma reconciliação com a cultura natal, as tradições e a língua.

Desde as últimas décadas, as identidades culturais vêm se destacando enquanto fenômeno social, instigando a construção de novas proposições teóricas sobre o assunto. As

questões identitárias, desde então, têm servido para afirmar e reafirmar as singularidades de cada indivíduo e/ou grupo que compõe o quadro das minorias.

A problemática que atualmente está situada no centro das discussões acadêmicas entre sociólogos, antropólogos, historiadores, filósofos, e geógrafos, busca ser compreendida, pelos estudiosos, quanto ao seu processo de formação e transformação no contexto sociocultural da contemporaneidade. Nesse mesmo sentido, ocorre a necessidade de reflexões e análise das teorias que fundamentam o fenômeno para que se possa discutir e, quando conveniente, rever as proposições que ainda são postas.

Com efeito, o campo nos revela muito sobre os coreanos. Os laços pessoais e a atividade profissional são dois aspectos que se unem para dar forma aos coreanos empresários. Do chefe de família ao chefe do negócio, o empresário reveza seu tempo entre seu lado paternal ao trabalhador. É no trabalho que os coreanos ampliam seus laços com outros coreanos, ficam mais próximos da família, educam seus filhos e os preparam ao mesmo tempo para a sucessão dos negócios, por isso, os coreanos são reconhecidos como indivíduos que não desassociam a vida pessoal da vida profissional.

O olhar sobre a identidade empresarial coreana pode partir de várias formas. Em primeiro momento, nosso olhar direciona-se para a presença masculina frente aos negócios. Essa relevância, antes de tudo nos chama a atenção, não somente por todos os empresários estudados serem homens, mas pelo aspecto que é cultural e mantido enquanto tradição, mesmo distante do país de origem e das adaptações que ocorrem no país de destino.

Também identificamos erroneamente a identidade posta sobre eles, entre muitos sergipanos, que atribuem a identificação dos coreanos pelas características biológicas, confundindo-os com chineses e japoneses, classificando-os, assim como “empresários chineses” ou “empresários japoneses”.

A identidade de empresário coreano ainda é vinculada a figura do chefe da família, assim como as regras em casa partem do homem na condição de marido, o controle no trabalho parte do homem na condição de empresário, como as relações da família são estendidas ao campo do trabalho, ali ocorrem tanto a resolução das questões pessoais como as profissionais entre eles.

Quanto à classificação dos próprios empresários sobre a sua identidade profissional, eles demonstram que o “empresário coreano” é o resultado de um processo construído ao longo da sua vida, levando em consideração que, apesar de todos os integrantes do grupo terem se tornado empresários, possuem em comum a trajetória profissional por

outras atividades de base, sendo ainda em comum o compartilhamento de todos construírem seu próprio modelo de negócio.

Então, o “empresário coreano” não pode ser visto apenas como um imigrante que, por conservação de um elemento material da sua cultura, está à frente dos negócios, mas sim por levar em consideração a experiência vivida anteriormente na condição de empregado, no mesmo ramo em que atua como empresário.

Quanto aos aspectos imateriais identificados na identidade profissional coreana a expressão “*pali pali*” serviu como identificador da preservação de um dos aspectos da identidade cultural do seu país de origem. O “depressa, depressa” traduz uma nação movida pelo espírito “desenvolvimentista”, historicamente reconhecida pelos altos índices de produtividade humana e de crescimento econômico.

Nos grupos estabelecidos desde longa data, naqueles em que os jovens e, quem sabe, seus pais e os pais de seus pais absorveram essas crenças desde a infância, junto com os símbolos correspondentes de louvor ou injúria, esse tipo de imagem grupal positiva e negativa impregna profundamente a imagem pessoal do indivíduo. A identidade coletiva e, como parte dela, o orgulho coletivo e as pretensões carismáticas grupais ajudam a moldar a identidade individual, na experiência que o sujeito tem de si e das outras pessoas.

Por meio da convivência com seus conterrâneos, os impactos entre os seus costumes e aqueles encontrados na nova terra são minimizados. A língua desconhecida, a esperança por uma cooperação mútua e o fato de estarem próximos, são aspectos que levam os coreanos a se aglomerarem, criando seu próprio território.

Os coreanos não se misturam, permanecem como uma comunidade fechada. Não se pode ignorar os esforços da comunidade no sentido de manter sua cultura e língua materna, como procederam, aliás, outros grupos étnicos. Entretanto, seria possível falar que o grupo utiliza esse fechamento como uma estratégia de sobrevivência, ao passo que, se fortalecem e conseguem manter relações de poder, como podemos identificar no modelo de consórcio denominado *kuy*.

De acordo com Elias (2000) nenhum indivíduo cresce sem alicerce de sua identidade pessoal na identificação com um ou vários grupos, ainda que ele possa manter-se tênue e ser esquecido em épocas posteriores, e sem algum conhecimento dos termos elogiosos e ofensivos, dos mexericos enaltecidos e depreciativos, da superioridade grupal e da inferioridade coletiva que a acompanha. Assim, uma versão do etnocentrismo pode ser encontrada entre os coreanos estudados, importa conhecer aquilo que se tem interesse, procura-se entender o que se precisa entender, a criação de um conhecimento se torna

necessária, o interesse de um objeto social está condicionado a outros interesses que são sequenciados pelo interesse primário entre eles, isto é, a imigração.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as migrações internacionais são comuns. Com efeito, encontramos entre seu “povo” exemplos de deslocamentos dentro das fronteiras nacionais, dos quais, poderíamos citar os imigrantes que vislumbraram a possibilidade de superar as limitações que encontravam em seu local de origem, mas também no primeiro local em que se estabeleceram no país-destino.

As razões que determinam as migrações e o deslocamento de indivíduos, família e grupos, ainda são pela força do trabalho e, conseqüentemente, pela busca por melhores condições econômicas. No entanto, é preciso atentar-se a forma como esses migrantes são recebidos e aos problemas que eles encontram onde fixam a residência.

Por muitas vezes, a recepção desses imigrantes é acompanhada de rótulos e suas representações, o que, em alguns casos, não condiz com sua auto identificação. Quando são julgados por apenas critérios biológicos, sem buscar um aprofundamento daquele grupo, passam a ser vistos como representantes de um outro grupo, cuja afinidade não lhes é pertencente, como no exemplo dos coreanos que ainda são confundidos biologicamente com os chineses e os japoneses.

Com a presença dos imigrantes, os espaços urbanos vivem constantemente em alteração e, boa parte dessas mudanças, deve-se a caracterização dos deslocamentos populacionais. A análise das transformações no espaço promovido pelos processos migratórios coloca em discussão as implicações econômicas, culturais, históricas e as contradições da presença dos territórios da migração.

É digno de análise, portanto, o tema das territorialidades, das (des) territorializações e (re) territorializações de vastos contingentes de migrantes, antes estrangeiros e hoje principalmente nacionais, que para cá vieram trabalhar e deixaram marcas significativas no espaço urbano: arquitetura, estilos de vida, cultura, hábitos alimentares, espaços públicos, rios, praças, monumentos em diferentes redes de sociabilidade.

Os deslocamentos migratórios muitas vezes agridem o indivíduo, “roubando-lhes” a territorialidade, levando-os ao estranhamento simbólico. Desta forma, “desterritorialização e desculturização” são processos sociais que se desencadeiam dialeticamente, porquanto o migrante, no novo ambiente, “perde” e “doa” nova cultura, novo quadro de vida. O território, pois, mais do que o espaço físico, é identitário, da memória, um “Lugar”.

No caso dos empresários coreanos estudados, podemos afirmar que o negócio constituído por eles é tomado por uma atmosfera cultural cuja identificação imigrante e profissional é bastante peculiar. Naquele ambiente, observamos a imigração nos traços biológicos dos coreanos, na língua de origem por eles tão falada, no fechamento do próprio grupo, nos papéis profissionais bem definidos naquele ambiente, inclusive, o da hierarquia e respeito em que ora se alterna do empresário que comanda todas as atividades para com todos que ao seu redor se encontra, ao indivíduo chefe de família que utiliza aquele mesmo espaço para nutrir as relações familiares, de afeto, de educação dos filhos.

Não obstante, institui-se, pois, com as migrações um sistema de recompensas diferenciais para localizações espaciais diversas. Isso se aplica aos que apresentam mobilidade socioespacial, aos que migram e aos que não migram. Por isso é inegável a relação entre renda, classe social, lugar, etnia e a ocupação do espaço urbano.

Na trama das relações sociais, em que os significados devem ser compartilhados com certa previsibilidade, os sistemas de significados se alteram e as identidades não são definitivas: as pessoas não são isto ou aquilo; elas estão sendo, buscando seu “eu”, os fragmentos que compõem sua vida, procurando sua identidade, construindo seu “eu” através do “outro”, no seu confronto.

Ao estudarmos um pequeno grupo de imigrantes, deparamo-nos com uma variedade de problematizações. A grande questão nesse instante é identificar as questões centrais que conferem ao grupo pesquisado um caráter específico, para em seguida, apresentarmos um quadro dos processos identitários encontrados em um pequeno grupo e examiná-los de acordo com o contexto migratório e econômico.

Após a investigação do grupo de coreanos, o estudo evidencia que o poder existente nas relações entre os grupos é mutável. Em linhas gerais, esse poder ainda urge, entre os imigrantes, das relações econômicas que são construídas ao longo dos anos no trabalho e em torno dele. Constatamos no exemplo do grupo de imigrantes coreanos que uma minoria unida pode exercer poderes sobre uma maioria mais unida e mais organizada.

Do ponto de vista sobre a ascensão e declínio entre grupos ao longo do tempo, é possível afirmar que as posições que antes eram negadas aos imigrantes, como no caso de um status conferido ao poder, a partir deste estudo, possam a ser repensadas, principalmente pelo poder que possa ser alcançado pelo caminho do trabalho.

Na realidade migratória, apreende-se que o problema social construído na imigração é relativamente independente da população que concerne, seriam as condições sociais responsáveis pelas inúmeras possibilidades de análise quanto aos traços específicos

apresentados por eles. São a partir dessas inúmeras possibilidades que surgem nossas percepções, definições e pensamentos sobre a imigração enquanto um problema social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: **XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS**, 6 a 11 de setembro de 2011. *Anais...* Recife-PE: UFPE, 2011.

ALMEIDA, Gisele. **Au Revoir Brésil: um estudo sobre a imigração brasileira na França após 1980**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

ALVES-MAZZOTTI, A. Usos e Abusos do Estudo de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, set./dez. 2006p. 637-651.

ANDRADE, T. et al. **Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: A experiência do período 1980/96** In: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td0747.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0747.pdf).

ARAÚJO, Danieli Barbosa de. **Identidade e Lugaridades: A Ontologia do Ser Migrante**. XI Seminário de Pesquisa em Ciência Humana – SEPECH. Humanidades, Estado e Desafios Didático-Científicos. Londrina, 27 a 29 de julho de 2016.

AZEVEDO, Joana; CHALANTE, Catarina Sabino e Susana; MACHADO, Fernando Luis; PEIXOTO, João; PINHO, Filipa; PIRES, Rui Pena; VAZ, Maria João. **Portugal: Atlas das Migrações Internacionais**. Lisboa: Tinta-da-China, 2010.

BAENINGER, R. A. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: **Núcleo de Estudos de População**, 2012. 152p. (v. 1).

\_\_\_\_\_. **Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil**. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, Ano 20, n. 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BAENINGER, ROSANA; BRAGA, Antônio Mendes da Costa, TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BARTZ, Alessandro. **Trânsito Religioso no Brasil: Mudanças e Tendências Contemporâneas**. Congresso Internacional da Faculdades EST, 1., 2012, São Leopoldo. Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012. p.258-273.

BARTH, Fredrick. **Lesgroupesethniquesetleurs frontieires**. In: POUTIGNAT, STREIFF-FENART J., théories de l'ethnicité, PUF, col. Paris: Le sociologue, 1995.p. 203-249.

BAGANHA, Maria Ioannis (1991c), Recensão crítica a David Higgs (Ed.), **“Portuguese Migration in Global Perspective”**, Análise Social, Vol. 26, Nº 111, pp. 443-449.

BAUMAN, Z. (2005). **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1999.

BEAUD, S. & WEBER, F. Preparar e Negociar uma Entrevista Etnográfica. In: **Guia para Pesquisa de Campo**. RJ, Vozes, 2007. Pp. 118-150.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BELTRÃO, K. I; CAMARANO, A. A. **Distribuição espacial da população brasileira**: mudanças na segunda metade deste século. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2000.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDHAL, S. (orgs.) **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Bourdieu, Pierre (1991). **Language and Symbolic Power** (John B. Thompson, ed.; transl. by Gino Raymond and Matthew Adamson) Cambridge: Polity Press.

BRITO, F. **Brasil, final de século**: a transição para um novo padrão migratório? In: CARLEIAL, A. N. Transições migratórias. Fortaleza: Iplance, 2002.

Bücher, Karl. **Industrial Evolution**. New York: H. Holt and company, 1901.

CAMARGO, L; MARTINE. G. **Crescimento e distribuição da população brasileira**: tendências recentes. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, Abep, v. 1, n. 2, p. 99-143, jan./dez. 1984.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CAMPOS, Marden Barbosa de. **A Dimensão Espacial das Redes Migratórias**. Redes (St. Cruz Sul, *Online*), v. 20, n. 3, p. 14-30, set/dez, 2015.

CAMPOS, Tânia Mara de Araújo Campos; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Histórico da Pesquisa “Pojeta Migratório”. In: DULTRA, D.; MERINUCCI, R; SANTIN, Terezinha. **Vidas em Trânsito**: mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos. Brasília: CSEN, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Lavinia Barros de. **Financiamento do Desenvolvimento**: teoria, experiência coreana (1950-80) e reflexões comparativas ao caso brasileiro. (tese de doutorado), 2006, 260f.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Editora DIFEL, 2002.

CHI, Yun Jung. **O bom retiro dos coreanos**: descrição de um enclave étnico. Faculdade de arquitetura e urbanismo. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016.

CHI, Yun Jung. Migrantes coreanos na formação do polo atacadista de moda feminina de pronta-entrega no Bairro do Bom Retiro, São Paulo. **Revista do Programa de Pós-Graduação e Urbanismo da FAUUSP**, v. 23 n. 41, p. 90-107. São Paulo, dezembro de 2016.

CHOI, Keum Joa. A vida na cidade de São Paulo. In: Comitê de Organização da História da Imigração Coreana no Brasil. **A história de 50 anos da imigração coreana no Brasil, 1962-2011**, p. 271-365. Associação dos Coreanos do Brasil. Ed. Gyo Um as, seul, 2011.

CHOI, Keum Joa. **Imigração Coreana na Cidade de São Paulo**. Rev. Inst. Est. Bras., SP, 40: 233-238, 1996.

CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDHAL, Z. & CORRÊA, R. L. (orgs.) **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CONCEIÇÃO, Túllio José Leite; SILVA, Fábio Rodrigues da. **Abadiânia – GO: Análise da Infraestrutura Turística**. Trabalho de Conclusão (Faculdade de Tecnologia - SENAC), Goiânia, GO, 2012. P. 29.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Migração e a desigual distribuição espacial do capital humano**. Revista Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 02, p. 273-286, jul-dez, 2002.

CUNHA, Guilherme da. Migrantes e refugiados: marco jurídico e estratégia no limiar do século XXI. In PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (organização). **Direitos Humanos no Século XXI**. Rio de Janeiro: IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão, 1998, p. 495-518.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DAL GALLO, Priscila M. A experiência de ser migrante: entre identidades e transitoriedades. 70f. **Monografia** (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010.

DÍAZ, Gustavo. **Aproximaciones metodológicas al estudio de las migraciones internacionales**. UNISCI Discussion Papers, Madrid, n. 15, p. 157-171, outubro 2007. Disponível em:

<http://revistas.ucm.es/index.php/UNIS/article/view/UNIS0707330157A/27883>> Acesso em: 18/01/2018.

DORNELAS, Sidnei Marco. A migração interna e as muitas faces da urbanização no Brasil. In: DULTRA, D.; MERINUCCI, R; SANTIN, Terezinha. **Vidas em Trânsito: mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos**. Brasília: CSEN, 2011.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: A interpretação de uma Mutação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DURHAN, Eunice R. **A Caminho da Cidade**. Editora Perspectiva. São Paulo, 1973.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das rela es de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2000.

ENNES, Marcelo Alario. **A constru o de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. A Imigra o estrangeira em Sergipe (1985-1930). **História** (São Paulo) v.30, n.2, p. 312-334, ago/dez 2011. ISSN 1980-4369.

\_\_\_\_\_. Origem e Destino: Mudanças na vida de migrantes em Aracaju/SE. In: DULTRA, D.; MERINUCCI, R; SANTIN, Terezinha. **Vidas em Trânsito: mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos**. Brasília: CSEN, 2011.

\_\_\_\_\_. Produ o da diversidade: identidades e imigra o. **Revista Brasileira de Sociologia**, Vol 04, No. 08 | Jul/Dez/2016.

\_\_\_\_\_. Aprender com o Imigrante: A Produ o Multi/Intercultural da Diversidade em Portugal. **CADERNOS CERU**, série 2, v. 25, n. 1, junho de 2014.

FERREIRA, A. **Migra es internas e subdesenvolvimento: Uma discussão**. Revista de Economia Política, v. 6, n. 1, jan./abr. 1986.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, jan/abr 2014, p. 274-305.

FROST, Everett L.; HOEBEL, E. Adamson. **Antropologia Cultural e Social**. São Paulo: Cultrix, 2006.

GALLO, Priscila Marchiori dal. Lugar e identidade na experiência migrante: entre eventualidade e transitoriedade. **Geograficidade** v.01, n.01, Inverno 2011. p.48-62.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Polity Press. 2001.

\_\_\_\_\_. **As conseq ncias da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIANFALDONI, M. H. T. A; MOROZ, M. **O Processo de pesquisa: inicia o**. Brasília: Plano, 2002.

GOES, Allisson Gomes dos Santos. **Processos Identitários e a Produção da Presença Chinesa em Aracaju**. Dissertação (Mestrado Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. 160f.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Editora da Universidade Federal de Fluminense. p. 293. 1997.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Ed. Bertrand Brasil Rio de Janeiro. 2007.

HAESBAERT, R. Des-caminho e perspectiva do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: *Unioeste*, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. 12. Ed. Editora Vozes, 2011.

HEYMANN, L. Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, v. 10, n. 19, 1997, pp. 41-66.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**, 4 ed. Tradução de Wanda Caldeira Brant. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. **Cidades**, grupo de estudos urbanos, UNESP, v. 10, n. 17, p. 19-29, out. 2014.

IM, Yun Jung; HONG, Daniela et. al. **The second generation of koreans in Brazil: a portrait**. UCLA Center for Korean Studies. Disponível em: <http://international.ucla.edu/media/files/JRP-2008-2009-Im-2nd-Generation-Brazil.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2015. University of California. Los Angeles, 2009.

IMB. Instituto Mauro Borges. **Migração em Goiás entre 2005 e 2015**. Outubro, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: 2010.

ISRAEL, L. O uso de arquivos em sociologia. In: PAUGAM, S. **A Pesquisa Sociológica**. Vozes, Petrópolis, 2015, pp.141-155.

LEE, E.S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H.A. de (Coord). **Migração interna:** textos selecionados, Fortaleza: BNBIETENE, 1980. T.I, p.89-114.

LIBÂNIO, João Batista. **A religião no início do milênio.** São Paulo: Loyola, 2002.

LUSSI, Carmem, Teorias da Mobilidade Humana. In: DURAND, J; LUSI, C. Metodologias e Teorias no Estudo das Migrações. Jundiaí, Paco Editorial, 2015, pp. 43-116.

LUXEMBURG, Rosa. (1984), **A Acumulação do Capital.** Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. São Paulo, Abril Cultural, 2 vols.

MAIA, Rui Leandro Alves da Cota. **O sentido das diferenças.** Migrantes e naturais: observação de percursos de vida no bonfim. Braga: Rio de Janeiro, 2003.

MACHADO, Maria Helena P. T. **João de Deus:** um médium no coração do Brasil. Editora Fontanar, 2016.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

MARTINS, J. S. O vô das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J.S. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis: Vozes, 1986.

MARINUCCI, Roberto. **“Identidade e alteridade religiosa em contexto migratório”**, in Travessia, v. XX, n. 57, 2007.

\_\_\_\_\_. Trânsito religioso no contexto da mobilidade humana. In: DULTRA, D.; MERINUCCI, R; SANTIN, Terezinha. **Vidas em Trânsito:** mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos. Brasília: CSEN, 2011.

McNamara, Dennis L. (1990), **Te colonial origins of Korean enterprise:** 1910-1945. Cambridge, Cambridge University Press.

MARINUCCI, Roberto; S., Délia Dultra da; SANTIN, Terezinha L. **Vidas em Trânsito:** mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos. Brasília: CSEN, 2011.

MARTINE. G, **A redistribuição espacial da população brasileira Durant a década de 80.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n. 239).

\_\_\_\_\_. A evolução espacial da população brasileira. In: AFONSO & SILVA (orgs.) **Desigualdades regionais e desenvolvimento.** Federalismo no Brasil. São Paulo, FUND/UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Migrações internas no Brasil:** tendências e perspectivas, 1987. 18p.

MASIERO, Gilmar. As Lições da Coréia do Sul. **RAE**, Vol. 1, n. 2, nov, 2002 a jan. 2003.

MASSEY D. S. et al. **Worlds in motion.** Understanding international migration at the end of the millennium. Oxford/New York: Oxford University Press, 2005.

MATOS, Ralfo. **Migração e Urbanização no Brasil**. Revista Geografias, Belo Horizonte, pp. 07-23, janeiro-junho de 2012.

MASSEY, D. et al. **The social organization of migration**. In: Return to Aztlan - the social process of international migration from Western Mexico, Berkeley, University of California Press, 139-171, 1990.

MAUSS, Marcel. (2003), “**Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de eu**”. In: M. Mauss. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

MAZZA, Débora; SIMSON, Olga Von. **Mobilidade Humana e Diversidade Sociocultural**. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

MELUCCI, A. **Um objetivo para os Movimentos Sociais**. Lua Nova, n. 17, jun. 1989.

MONTEIRO, Rafael Galvão. O Patrimônio Cultural Imaterial dos Imigrantes Coreanos no Bom Retiro/SP. **VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo** 20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP.

MOURA, Helio; H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1980.

MUHLEN, Caroline Von; SANTOS, Rodrigo Luis dos; WEIZENMANN, Tiago. **Migrações históricas e recentes**. Lajeado: Ed. da Univates, 2017.

NOGUEIRA, Olinto José Nogueira. **Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria**. Ver. Anál. & Conj., Belo Horizonte, v. 6, nº 1, jan./abr, 1991.

NOGUEIRA, Pablo. O Homem de Abadiânia. **Revista Galileu**. Ed. 209, dez. 2008. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Galileu/0,,EDG85321-7943-209,00-O+HOMEM+DE+ABADIANIA.html>>. Acessado em: 06 mar. 2018.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A religião na sociedade urbana e pluralista**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2013.

OLIVEIRA, André Luiz Santos de. **Enésima Itália: Dimensões Sociológicas da Migração de Empreendedores de Origem Italiana para o Estado de Sergipe nos Últimos Anos**. Dissertação (Mestrado Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. 132f.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; OLIVEIRA, Luiz Antônio pinto de. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. IBGE. Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, O. de, STERN, e. **Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos**. In: MOURA, H.A. de (Coord). Migração interna: textos selecionados, Fortaleza: BNBIETENE, 1980. T.I, p.245-265.

OLIVEIRA, Maria Coleta. **Demografia da exclusão social – Temas e abordagens**. Campinas, SP: Editora Unicamp, Nepo, 2001.

OLIVEIRA, Márcio de. **O Tema da Imigração na Sociologia Clássica**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, nº 1, 2014, pp. 73 a 100.

ORTIZ, Alejandra; PADILLA, Beatriz. **Construção das Identidades de Jovens de Origem Imigrante em Europa: Resultados Dum Projeto Europeu**. REMHU - Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXII, n. 42, p. 133-158, jan./jun. 2014.

PACE, Enzo. (2009a). **Narrar Deus: a religião como meio de comunicação**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, n. 70, p. 9-15.

\_\_\_\_\_. (2009b). **Raccontare Dio**. La religione come comuncazione. Bologna: Il Mulino.

PACE, Enzo; RAVECCA, Andrea. **Religioni, genere e generazioni in movimento**. Mondi migranti. N. 2, p. 43-60, 2010.

PAIVA, Odair da Cruz. **Histórias da (I) migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.

PANASIEWICZ, Roberlei; VITÓRIO, Jaldemir. **Espiritualidades e Dinâmicas Sociais: Memórias – Prospectivas**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

PARK, Robert Ezra. **A migração humana e o homem marginal**. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia, v.1, n.3, p. 114-123, novembro de 2017.

PARIZOT, I. A Pesquisa por Questionário. In: PAUGAM, S. **A Pesquisa Sociológica**. Vozes, Petrópolis, 2015, pp. 85-101.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas**. SOCIUS Working Papers, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>> Acesso em: 03/03/2018.

PHAN, Peter (2007). Migrazioni nell'era pastristica: storia e teologia. In CAMPESE, Giocchino; GROODY, Daniel. **Missione com i migranti, missione della Chiesa**. Roma: Urbaniana.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, Vol. 5, nº 10, p. 200-212. 1992.

PORTES, Alejandro e József BÖRÖCZ (1989), "**Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation**", International Migration Review, Vol. 28, Nº 3, pp. 606-630.

PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. In: **Revista e Experimental**. São Paulo: FFLCH/USP, v. 2, mar. 1997, p. 11-24.

QUINQUIOLO, Lívia. **Migração e configuração das territorialidades no Vale do Araguaia-MT**. Dissertação de Mestrado, Viçosa, MG, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Ecogénèse territoriale et territorialité**. In: AURIAC, F. 1986.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993-RATZEL, F. **As leis do crescimento espacial dos estados**. In: MORAES, A. C. Ratzeí. São Paulo: Ática, 1990a. p. 175-192.

RIBEIRO, Ailton. **Religiosidade e Identidade (s) na Diáspora**: por uma etnografia entre migrantes haitianos em Porto Velho. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal de Rondônia), Porto Velho: Rondônia, 2016. P. 143.

ROCHA, Cristina. **A globalização da cura espírita**. Biomedicina, João de Deus e seus seguidores australianos.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das Migrações**. Universidade Aberta: Portugal, 1995.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University. 1986.

SALADINI, Ana Paula Sefrin. **Trabalho e Migração**: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais. Dissertação de mestrado (Ciências Sociais). Jacarezinho: PR, 2011.

SANTOS, Roseli Alves dos; SAQUET, Marcos Aurélio; VALE, Ana Lia Farias. **O território**: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. Revista Faz Ciência, vol. 7, pp. 11-26, 2005.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In; RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.) **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p.121-147.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

\_\_\_\_\_. **L'immigration ou les paradoxes de l'altérité**. Bruxelles: Editions Universitaires & De Boeck Université, 1991.

\_\_\_\_\_. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Prefácio Pierre Bordieu; tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Rodrigo Luiz Medeiros da. Capitalismo, confucionismo e teoria weberiana. Reflexões empíricas sobre o caso sul-coreano. Tempo Social, **Revista de Sociologia da USP**, v. 28, n. 1 pp. 179-202, abr. 2016.

SINCRE. **Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros - SINCRE** /Ministério da Justiça-Polícia Federal, 2015.

SEYFERTH, Giralda. Cartas e Narrativas Biográficas no Estudo da Imigração. DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo. In: **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

SHOJI, Rafael. Reinterpretação do Budismo Chinês e Coreano no Brasil. **Revista de Estudos da Religião** Nº 3 / 2004 / pp. 74-87.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições Metodológicas para a Análise das Migrações. DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo. In: **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

SINGER, Paul Israel. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. 2. Ed. São Paulo, HUCITEC, 1976.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

SOARES, Weber. **Da Metáfora a Substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipiranga**. Tese de Doutorado (Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - UFMG), 2002, 344 folhas.

SINGER, P.I. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**. In: MOURA, H.A. de (Coord). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNBtETENE, 1980. T.I, p.2II-244.

SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. **Turismo e Dinâmica Territorial No Eixo Brasília-Goiânia**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia), Uberlândia-MG, Setembro de 2008. P. 447.

STAKE. R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454.

SUESS, Paulo. **Migração, identidade, Interculturação**. Teses e Fragmentos para um Discernimento Teológico-Pastoral. Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XVIII, Nº 34, p. 169-183, jan./jun. 2010

TEIXEIRA, Ivan Manoel Ribeiro. **O conceito de território e seu emprego nos estudos sobre migrações: contribuições geográficas para a Sociologia**. Revista Dialogus, v.4, n.1, pp. 243-260, Ribeirão Preto, 2008.

TOMÁS, Maria Isabel. **Pluralidade Religiosa, Fluxos Migratórios e Cidadania**. Revista Lusófona de Ciência da Religião. n. 20, 2017.

TRUZZI, Oswaldo. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 27, 2001, p. 143-166.

\_\_\_\_\_. Redes em processos migratórios. In: LANNA, Ana Lúcia D.; PEIXOTO, Fernanda Arêas, et. al. (Org.), São Paulo, **os estrangeiros e a construção das cidades**, p. 19-38, Alameda, São Paulo, 2011.

VILELA, Elaine Meire. **Imigração Internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro**. (Tese de doutorado), Belo Horizonte, UFMG/Fafich, 2008.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. Rejeições Religiosas do mundo e suas direções. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. Max Weber. **Ensaio de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. London: Sage, 1984.